

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA CIVIL-  
MILITAR EM SANTA MARIA (1964-1968)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Mateus da Fonseca Capssa Lima**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2013**



# **MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA CIVIL-MILITAR EM SANTA MARIA (1964-1968)**

**Mateus da Fonseca Capssa Lima**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História, Poder e Cultura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História.**

**Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2013**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lima, Mateus da Fonseca Capssa  
Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em  
Santa Maria (1964-1968) / Mateus da Fonseca Capssa  
Lima.2013.  
156 p.; 30cm

Orientador: Diorge Alceno Konrad  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em História, RS, 2013

1. Movimento Estudantil 2. Movimentos Sociopolíticos  
3. Ditadura Civil-Militar 4. Rio Grande do Sul 5. Santa  
Maria I. Konrad, Diorge Alceno II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA CIVIL-MILITAR EM  
SANTA MARIA (1964-1968)**

elaborado por  
**Mateus da Fonseca Capssa Lima**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em História**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Diorge Alceno Konrad, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**Carlos Fico da Silva Júnior, Dr. (UFRJ)**

**Carla Simone Rodeghero, Dra. (UFRGS)**

**Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM/Suplente)**

Santa Maria, 4 de fevereiro de 2013.



## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em História, que proporcionam qualificação profissional e acadêmica gratuita e de qualidade.

À CAPES, pela bolsa que possibilitou o realização dessa pesquisa.

Aos professores e servidores vinculados ao mestrado.

Ao meu orientador Diorge Alceno Konrad, sempre aberto ao debate, auxiliando o trabalho e me fazendo crescer como pesquisador.

À minha companheira Maíra Capra Bertoldo, que esteve ao meu lado em todos os momentos.

Aos meus colegas pela amizade e pelo conhecimento compartilhado.

Aos meus entrevistados, que se dispuseram a compartilhar algumas de suas memórias mais preciosas.

A Luiz Carlos Grassi, James Pizarro, Paulo Sarkis e Milton Saldanha, cujas informações foram cruciais mesmo que não tenhamos formalizado nossas conversas.

A Yuri Rosa de Carvalho, com quem compartilhei e amadureci muitas das ideias que aqui estão expostas.

A todos os arquivistas e historiadores que me atenderam, cujo trabalho foi indispensável.

À minha família pela confiança depositada.





## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Santa Maria

### **MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA CIVIL-MILITAR EM SANTA MARIA (1964-1968)**

**AUTOR: MATEUS DA FONSECA CAPSSA LIMA**

**ORIENTADOR: DIORGE ALCENO KONRAD**

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 4 de fevereiro de 2013.

Este trabalho investiga a ação e organização do Movimento Estudantil em Santa Maria, entre 1964 e 1968. Considera-se, sobretudo, a heterogeneidade desse movimento, entendendo-o como espaço de disputa entre diferentes projetos. Assim, no contexto da Ditadura Civil-Militar, os estudantes se dividiram entre apoios e resistências. Procura-se expressar essa diversidade a partir da Cidade de Santa Maria e, dessa forma, questionar as afirmações mais genéricas da imprensa e de parte da historiografia de que o Movimento Estudantil seria homogeneamente de esquerda ou de que haveria uma essência revolucionária entre os estudantes. Partindo de entrevistas com militantes, pesquisa em jornais, atas de conselhos, entre outras fontes, mostra-se a atuação tanto de grupos críticos à Ditadura quanto dos que deram suporte ou foram simpáticos a ela. São analisadas as disputas eleitorais nas duas principais entidades estudantis da Cidade, a União Santamariense dos Estudantes (USE) e o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (DCE-UFSM), e a ação de organizações como o Grupo da Vanguarda Cultural (GVC) e o Movimento Decisão. Essa divisão é, como se procura demonstrar nessa pesquisa, bastante perceptível em Santa Maria, não sendo, no entanto, restrita à Cidade. As tentativas de articulação, tanto das esquerdas quanto das direitas, indicam que as disputas se estendiam ao conjunto do Movimento Estudantil no Rio Grande do Sul e, em diferentes graus, a todo o Brasil. O recorte temporal estabelecido nesse trabalho inicia-se com o Golpe de 1º de abril de 1964, que dá início à Ditadura Civil-Militar, e encerra-se com o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, que modifica a dinâmica das disputas entre os estudantes.

**Palavras-chave:** Movimento Estudantil. Movimentos Sociopolíticos. Ditadura Civil-Militar. Rio Grande do Sul. Santa Maria.



## **ABSTRACT**

Master Course Dissertation  
Graduation Program in History  
Universidade Federal de Santa Maria

### **STUDENT MOVEMENT AND CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN SANTA MARIA (1964-1968)**

**AUTHOR: MATEUS DA FONSECA CAPSSA LIMA**

**ADVISER: DIOERGE ALCENO KONRAD**

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 4 de fevereiro de 2013.

This study investigates the action and organization of the Student Movement in Santa Maria, between 1964 and 1968. It takes into account mainly the heterogeneity of this movement, considering it as an area of dispute between different projects. Thus, in the context of the Civil-Military Dictatorship, students were split between support and resistance. The aim of this research is to express this diversity as from the city of Santa Maria and thereby questioning the generic assertions in the media and part of the historiography, that the Student Movement was homogeneously left-wing orientated or there would be a revolutionary essence among students. Based on interviews with activists, research in papers, minutes of the University Board, among other sources, is shown the performance of both opponents and supporters of the dictatorship. The study analyzes the electoral contests in the two major student organizations of the city, União Santamariense de Estudantes (USE) and the Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (DCE-UFSM), and the action of organizations like the Grupo de Vanguarda Cultural and Movimento Decisão. This division, as it seeks to demonstrate this research, is quite noticeable in Santa Maria, however, is not restricted to the city. Attempts to articulate, both by the left-wing or the right-wing, indicate that disputes reached to the whole student movement in Rio Grande do Sul and in varying degrees, throughout Brazil. The time frame established in this work starts with the Coup of April 1, 1964, initiating the Civil-Military Dictatorship, and ends with the Institutional Act No. 5, on December 13, 1968, which modifies the dynamics of disputes between students.

**Keywords:** Student Movement. Sociopolitical movements. Civil-Military Dictatorship. Rio Grande do Sul, Santa Maria.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Posse da Gestão 64/65.....	43
Figura 2 – Ensaios da peça <i>A Respeitosa</i> , com o Teatro da USE ainda em construção.....	56
Figura 3 – Presidente do DCE-UFSM e candidatos à sucessão em visita ao reitor substituto.....	90
Figura 4 – Público no Encontro de Estudantes.....	106
Figura 5 – Mesa que coordenou os trabalhos após as lideranças de esquerda se retirarem.....	108



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Ação Popular
ASI	Ação Secundarista Independente
ASPES	Associação Santamariense Pró-Ensino Superior
CAs	Centros Acadêmicos
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEC	Centro Estudantil de Cultura
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CPC	Centro Popular de Cultura
CRMs	Conselhos Regionais de Medicina
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DAs	Diretórios Acadêmicos
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEEs	Diretórios Estaduais de Estudantes
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FEUP	Federação dos Estudantes Universitários Particulares
FEURGS	Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul
FEUSM	Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria
FIC	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição
FJD	Frente da Juventude Democrática
GAP	Grupo de Ação Patriótica
GVC	Grupo de Vanguarda Cultural
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial-Militar
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LSN	Lei de Segurança Nacional
MAC	Movimento Anti-Comunista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDU	Movimento Democrático Universitário
MED	Movimento Estudantil Democrático
MUC	Movimento Universidade Crítica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
POC	Partido Operário Comunista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
TAC	Tríplice Aliança Cultural
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TPE	Teatro Paulista do Estudante
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundários
UDN	União Democrática Nacional
UDR	Democrática Ruralista
UEE	União Estadual de Estudantes
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UGES	União Gaúcha dos Estudantes Secundários
UGEM	União Gaúcha dos Estudantes de Madureza
UME	União Metropolitana de Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPF	Universidade de Passo Fundo
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
USE	União Santamariense dos Estudantes
USM	Universidade de Santa Maria
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária



## LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Relatório da Gestão 63-64 da USE (Capa e Epígrafe).....	124
Anexo B – Ata de Fundação do Grupo de Vanguarda Cultural.....	126
Anexo C – Capa do Livro <i>Saudade Branca</i> (Edições Vanguarda).....	127
Anexo D – Capa do Livro <i>Apresentação da Poesia Santamariense</i> (Edições Vanguarda) .....	128
Anexo E – Cartaz da Peça <i>A Respeitosa</i> .....	129
Anexo F – Capa da Revista Vanguarda.....	130
Anexo G – Cartaz do Show <i>Resolução</i> .....	131
Anexo H – Ata da 60ª Sessão do Conselho Universitário.....	132
Anexo I – Reportagem do Jornal <i>A Razão</i> sobre o Encontro Estudantil de 1968 .....	142
Anexo J – Modelo de Carta de Cessão.....	143
Anexo L – Trechos das Entrevistas.....	144



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>1 “O PODER JOVEM”: OS ESTUDANTES CONTRA O GOLPE E A DITADURA</b> .....	<b>32</b>
1.1 Santa Maria e o Ensino nos Anos 1960.....	32
1.2 A USE e o Protagonismo Secundarista.....	35
1.3 O Grupo Vanguarda Cultural: Arte e Política nos Anos 1960 .....	47
1.4 Clandestinidade e Dupla Militância.....	62
<b>2 OS DEMOCRATAS”: O LIBERALISMO ELITISTA ENTRE OS ESTUDANTES</b> .....	<b>66</b>
2.1 “Democratas” ou liberais elitistas? Uma discussão Conceitual .....	67
2.2 A Ascensão Liberal Elitista no Rio Grande do Sul .....	74
2.3 O DCE-UFSM e a Hegemonia Liberal Elitista.....	83
<b>3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL ENTRE APOIOS E RESISTÊNCIAS</b> .....	<b>92</b>
3.1 Os Estudantes Diante do Golpe de 1964.....	92
3.2 A Passeata dos “Bixos” de 1966 .....	97
3.3 O Ano de 1968 em Santa Maria .....	102
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>116</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>124</b>



## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil são centrados, em sua grande maioria, nos movimentos de resistência ou na ação do Estado e de seus órgãos. Dessa forma, constrói-se uma História em que apenas os militares deram o Golpe em 1964 e todo o resto da sociedade sofreu com as consequências. Aqueles que resistiram sofreram com a repressão e, mesmo os que se acomodaram, o fizeram por medo.

Contudo, essa é apenas parte da História. Nessa dissertação, parte-se do princípio de que nenhum poder se mantém apenas pela força. São necessários uma base social de apoio e um discurso legitimador.<sup>1</sup> Nesse sentido, o Golpe e a Ditadura foram apoiados por parte da sociedade organizada.<sup>2</sup>

A historiografia, entretanto, pouco reflete a importância desses movimentos sociopolíticos liberais e conservadores. Na extensa bibliografia recolhida por Carlos Fico na obra *Além do Golpe*, publicada em 2004, fica clara a disparidade na produção: enquanto temos 94 títulos, entre teses, artigos e livros, classificados como “Esquerda, Resistência, Luta Armada”, temos sete cujo tema é classificado como “Empresários” e três sobre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).<sup>3</sup> Um estudo atenta dessa bibliografia revela a carência dos estudos sobre os partidos políticos de direita, sobre os setores conservadores da Igreja Católica, sobre os movimentos operário e estudantil, entre outros.<sup>4</sup>

No Rio Grande do Sul, as lacunas sobre o período parecem ser ainda maiores. A historiadora Carla Rodeghero relata que, diante da tarefa de escrever um texto mais geral sobre o período no estado, ficou desanimada diante da “quase inexistência de estudos”.<sup>5</sup> Os trabalhos por ela coletados:

[...] davam acesso a temas como a atuação dos grupos de esquerda e do Movimento Estudantil, expurgos de professores universitários, funcionamento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), perseguição aos Grupos dos Onze, composição e funcionamento da Assembleia Legislativa, movimentos sociais no campo e na Cidade, etc. A atuação do executivo estadual, todavia, foi tema sobre o qual pouco se encontrou.<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Sobre a necessidade de um discurso legitimador ver BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH Edmund et all. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

<sup>2</sup> Por esse motivo sempre farei referência a eles adicionando o adjetivo Civil-Militar.

<sup>3</sup> O IPES reuniu empresários, políticos e militares e foi fundamental na construção do Golpe.

<sup>4</sup> A bibliografia encontra-se em FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 139-206.

<sup>5</sup> RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre história e historiografia da Ditadura Militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 3., 2008, São Leopoldo. In: *Anais...* Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008, p. 1-2.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 2.

O estágio da produção determinou então a temática escolhida por Rodeghero: privilegiar a atuação da oposição. Seguir por esse caminho, entretanto, “não significou defender que a postura de oposição foi mais intensa do que a adesão ou à apatia frente ao grupo no poder. Estudos mais aprofundados seriam necessários para dar conta de tal questão”.<sup>7</sup>

Pelo que se pode perceber pelo relato da autora, os estudos sobre o Executivo Estadual e sobre os movimentos que apoiaram o Golpe e a Ditadura Civil-Militar ainda são muito escassos.

Além disso, apesar da maioria dos autores que trabalham com a Ditadura Militar e Civil atribuir um papel significativo ao Movimento Estudantil nas manifestações de resistência à Ditadura, seja nas grandes passeatas, seja na adesão à luta armada, o tema é escasso em trabalhos específicos, sobretudo no Rio Grande do Sul. O mesmo é verdadeiro para Santa Maria, onde os trabalhos sobre o Movimento Estudantil nesse período se resumem a alguns artigos.<sup>8</sup>

Nos estudos sobre o período, os estudantes são normalmente caracterizados como jovens rebeldes e utópicos movidos mais por um romantismo juvenil do que por convicção políticas. Entretanto, esses trabalhos ficam limitados por não analisarem profundamente o movimento, não reconhecendo suas diferenças e conflitos internos. Além disso, não dispõem de um instrumental teórico para analisar o movimento, incapazes, portanto, de identificar os conteúdos de classe de suas manifestações.

Em 1968, no calor das manifestações estudantis de esquerda, foi publicado o clássico *O Poder Jovem*.<sup>9</sup> O autor, Artur José Poerner, era jornalista do *Correio da Manhã* e militante do ativo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, entidade que representava os estudantes de Direito da Faculdade Nacional. A obra, portanto, é perpassada por uma urgência política.

*O Poder Jovem* busca recuperar a História do ativismo estudantil desde os tempos do Brasil Colonial, passando pela construção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e culminando na luta contra a Ditadura. Essa busca pelas raízes tinha o objetivo claro de compreender e, sobretudo, dar legitimidade às manifestações de 1967-1968.

---

<sup>7</sup> RODEGHERO, 2008, p- 3-4.

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Maria Margareth Freitas. O Movimento Estudantil universitário de Santa Maria de 1960 a 1968. In: QUEVEDO, Júlio; IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Movimentos Sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização*. Santa Maria: MILA, 2007; MARTINS, Antonia Leite. Movimento Estudantil Universitário em Santa Maria. In: SCHERER, Amanda Eloina; NUSSBAUMER, Giseli Marchiori; FANTI, Maria da Glória di. *Utopias e Distopias: 30 anos de maio de 1968*. Santa Maria: Departamento de Ciências da Informação/Mestrado em Letras, 1999.

<sup>9</sup> POERNER, Artur José. *O Poder Jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

A versão construída por Poerner, na sua condição de militante, é uma mitificação do estudante. Segundo o autor, “o estudante brasileiro é um oposicionista nato”.<sup>10</sup> Este “oposicionismo nato” se explicaria pela condição específica do estudante brasileiro: primeiramente, teria que passar pelo processo altamente excludente do vestibular, para depois ingressar numa Universidade arcaica, gerando uma unânime decepção no primeiranista; o estudante perceberia, então, que a Universidade arcaica seria um reflexo da estrutura arcaica do País – “precisamos renovar a estrutura para que a Universidade também se renove”.<sup>11</sup>

Não há na obra uma reflexão teórica aprofundada. Poerner cita poucos autores e quando o faz é, em geral, para dali extrair alguma informação específica. As ideias desenvolvidas pelo autor, todavia, refletem as teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual ele militava. O PCB, no início dos anos 1960, caracterizava o Brasil como possuidor de estrutura arcaica, o que entravava o desenvolvimento das relações capitalistas, que seriam necessárias em uma primeira etapa da Revolução Nacional.<sup>12</sup> Essa noção de um Brasil arcaico, com um ensino arcaico, é apresentada por Artur Poerner como causa para a militância do estudante, que se veria decepcionado com essa realidade. Essa explicação é ao mesmo tempo estruturalista, ao destacar o arcaísmo, e psicologizante, colocando um sentimento – decepção – como motivador principal da ação política do estudante.

A origem social dos estudantes ou a relação deles com o trabalho não tem peso na explicação do autor. Poerner considera, por outro lado, o papel definidor do conflito de gerações. Segundo ele:

Esse processo tem suas origens na adolescência, com o início da desmistificação da figura paterna. Em geral, apesar de não se achar, então, formado o todo da imagem que o jovem pretende de e para si na vida, ele descobre, desde logo, como uma das suas primeiras “verdades”, que é preciso, de imediato, adotar a figura do pai – como conjunto de ideias e concepção – por antítese [...]. / O adolescente ainda não sabe o que deseja ser, mas já tem a certeza de que não pretende ser, de jeito nenhum, aquele pai “quadrado” e tacanho, que tem por Deus o Dinheiro, por Diabo o Comunismo e por Bíblia o vespertino *O Globo*. O pai que justificou, com um sorriso nos lábios, em nome da “civilização ocidental-cristã”, o assassinato, a *napalm*, de crianças e adolescentes vietnamitas, e que só lamenta as favelas cariocas como fator de perturbação da bela paisagem do Rio de Janeiro. O pai que é dado a súbitos e extemporâneos acessos de intimidade para com o filho, quando resolve, num rasgo de pseudogenerosidade, lhe transmitir a bagagem de “experiência” acumulada em astutas calhordices e velhacarias financeiras e mesmo – nos mais “moderninhos” – eróticas, mas que é incapaz de dar aos filhos uma orientação, que dirá uma educação sexual sadia, por considerar “imoral” o comentário e a consulta sobre “essas coisas”, quando partem de jovens.<sup>13</sup>

<sup>10</sup> POERNER, 1979, p. 32.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>12</sup> RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2010, p. 27.

<sup>13</sup> POERNER, op. cit., p. 37-38.

Ou seja, a rebeldia estudantil se explicaria também pelo conflito de gerações, ao opor o novo e o velho, os valores arcaicos aos valores modernos. O pai não seria apenas velho, ele seria “quadrado”, ou seja, teria uma postura que já se encontraria fora do contexto das relações sociais. Neste sentido, na adolescência, a identidade seria construída em oposição à identidade do pai – oposição ao seu “conjunto de ideias e concepções”. Este atrito, para Poerner, teria também um caráter político:

O conflito de gerações existe no Brasil, como em quase todo mundo, e é fácil constatá-lo pelo espaço crescente que lhe dedicam jornais, revistas e livros. Mas, em nosso País deixa de ser simples conflito para se transformar em rebelião social da juventude, quando o “velho”, aos olhos do jovem, deixa de ser simplesmente um “quadrado” para se transformar num reacionário.<sup>14</sup>

Em um contexto de Ditadura, o “Velho” se tornaria reacionário, não contempla mais nem as pequenas mudanças em direção à modernização. O “Novo” assumiria assim a sua “missão histórica de aniquilamento do Velho”.<sup>15</sup>

Como se vê, a análise das motivações da militância estudantil contidas em *O Poder Jovem* considera que todos os estudantes participariam politicamente e que todos eles seriam oposicionistas. A explicação caminha entre o social e o cultural, mas sempre de forma estrutural: a sociedade/Universidade arcaica, a decepção do estudante, o conflito entre o novo e o velho – questões às quais todos os estudantes estão submetidos e que, portanto, determinariam seu ativismo.

Mas então como explicar a atuação das direitas estudantis que, inclusive, estiveram na direção da UNE entre 1950 e 1956? Como explicar o Comando de Caça aos Comunistas? Como explicar que várias entidades tiveram chapas conservadoras ou mesmo reacionárias eleitas? Como explicar que havia estudantes de direita dispostos a serem nomeados pelos interventores? Poerner resolve este problema de duas formas: a) ignorando ou minimizando vários desses aspectos; b) condicionando a ação destes grupos à “infiltração norte-americana”.<sup>16</sup>

Uma perspectiva semelhante à de Poerner segue Antônio Mendes Jr. no livro *Movimento Estudantil no Brasil*, publicado em 1981 pela Editora Brasiliense na série Tudo é História.<sup>17</sup> Mendes Jr. participou do Movimento Estudantil nos anos 1960, chegando à presidência do Centro Acadêmico do Curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>14</sup> POERNER, 1979, p. 38.

<sup>15</sup> Ibid., p. 39.

<sup>16</sup> Ibid., p. 181-182

<sup>17</sup> MENDES Jr., Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1981.



O autor apresenta a hipótese de que o ativismo estudantil – que muitas vezes foi a “ponta de lança” dos movimentos de transformação – se explica, em grande parte, pela condição de transitoriedade do estudante:

Em nossa opinião, o que permitiu aos estudantes desempenhar esse papel foi justamente aquilo que é por muitos apontado como a “falha” do Movimento Estudantil. Em outras palavras, é a situação de transitoriedade, de descompromisso relativo com o processo de produção, de ausência de responsabilidade – em grande parte – para com o sustento de uma família que faz do estudante um ator político de maior mobilidade, de maior “agilidade”, se quiserem, que pode atuar quando outros segmentos da sociedade, pelos mais variados motivos, estão impedidos de fazê-lo.<sup>18</sup>

Diante de um contexto ditatorial, onde vários segmentos da sociedade estão controlados, impedidos de se manifestar, os estudantes, por sua característica de fluidez, de desapego, de não necessidade de sustento da família, estaria mais livre para manifestar-se politicamente. Há de se considerar, no entanto, que se o estudante tomado na sua individualidade é transitório, o Movimento não é, visto que as correntes, os partidos políticos e as entidades a ele relacionadas permanecem existindo. Temos aqui, mais uma vez, uma análise incapaz de dar conta da heterogeneidade do Movimento Estudantil. Neste sentido, Mendes Jr. também deixa de reconhecer a participação dos grupos de direita no movimento.

Refletindo sobre as manifestações de 1968 no Brasil, o autor contribui ao reconhecer a influência dos protestos estudantis na Europa, sobretudo na França. Isso é importante porque considera que não são apenas os fatores internos, da estrutura da sociedade brasileira, mas também os fatores externos.<sup>19</sup>

A produção militante destes dois autores (POERNER e MENDES JR.), em seu conjunto, constrói uma história mítica do Movimento Estudantil. Os estudantes se caracterizariam pela tendência oposicionista e mesmo de esquerda. Este fato seria explicado de forma estrutural: seja pela situação arcaica da sociedade e do ensino, que entraria em choque com as expectativas dos estudantes, seja pela condição de transitoriedade, que o deixaria livre para protestar. Deste modo, representam o movimento como homogêneo, o que só pode ser feito minimizando ou ignorando a ação das direitas estudantis.

Em 1993, Marcelo Ridenti publicou o livro *O fantasma da revolução brasileira*, resultado de sua tese de doutorado, defendida na USP, em 1989. A obra tem como tema a guerrilha urbana e sua inserção social. O autor dedica uma parte da obra para analisar a esquerda estudantil, visto que esta teria exercido um peso bastante grande nos projetos de luta armada urbana. Ridenti propõe que, para compreender o Movimento Estudantil, é necessário

---

<sup>18</sup> MENDES Jr, 1981, p. 8-9.

<sup>19</sup> Ibid., p. 82.

“tomar simultaneamente três momentos: a origem, o período de transição na Universidade e o lugar que a sociedade promete ao futuro profissional diplomado”.<sup>20</sup> Ao ressaltar esses três momentos, o autor critica a suposta posição de João Roberto Martins Filho, de reduzir a questão estudantil, em suas “contradições, ambiguidades e vacilações” à origem de classe dos estudantes.<sup>21</sup> Avaliemos detidamente este ponto.

Ridenti afirma a necessidade da análise nesses três pontos. Contudo, ao longo de sua argumentação, fica clara a sua preferência pelos dois últimos momentos. O autor destaca, por exemplo, a importância que a “ideologia de ascensão social” tinha para todas as classes despossuídas, com destaque para os operários e, portanto, não seria apenas uma ideia ligada à classe média. Esta ideologia teria menos a ver com a origem de classe e mais com o terceiro momento discutido por ele.<sup>22</sup> Além disso, ele considera que o ingresso na Universidade proporciona o contato com ideais humanistas que entram em contradição com duas dimensões da sociedade brasileira na conjuntura de 1967-1968: de um lado, a miséria de grande parte dos brasileiros e a ausência de direitos fundamentais e, do outro, o modo de o governo enfrentar a questão universitária. Destaca, portanto, a situação de transitoriedade do estudante.<sup>23</sup>

A preocupação de Marcelo Ridenti é justificada: a ênfase na origem de classe poderia atribuir um fracasso do Movimento Estudantil às ambiguidades da classe média, visto que a maioria dos estudantes era oriunda dela. A isso se contraporía uma verdadeira postura revolucionária, que seria representada pelo proletariado. Ou seja, como os estudantes eram em sua maioria da classe média e não da classe proletária, o Movimento Estudantil estaria condenado ao fracasso.<sup>24</sup> Como veremos, essa não é a posição de Martins Filho. Antes, entretanto, cabe destacar ainda dois pontos da análise de Ridenti.

Em primeiro lugar, as considerações feitas pelo autor complementam a análise de Martins Filho, mas não podemos cair no lado oposto, minimizando excessivamente a origem de classe. Em segundo lugar, em *O fantasma da revolução brasileira* os conceitos de classe, estrato e camada social são usados sem que sejam definidos. Esse ecletismo, quando não articulado, dificulta a investigação sobre a inserção social do estudante.

Para entender os estudantes, João Roberto Martins Filho se apropria da conceituação de *categoria social* de Nicos Poulantzas.<sup>25</sup> Para o autor grego, uma categoria social estaria ligada às origens de classe de seus membros (*adscrição de classe*), ou seja, não está nem à

---

<sup>20</sup> RIDENTI, 2010, p. 137-138.

<sup>21</sup> Ibid., p. 137.

<sup>22</sup> Ibid., p. 139.

<sup>23</sup> Ibid., p. 145.

<sup>24</sup> Ibid., p. 137.

<sup>25</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 20.

margem das classes, nem se confunde com elas, o que não significa submissão político-ideológica. Existe, na categoria social, uma espécie de autonomia relativa, resultado da sua vinculação com os aparelhos de Estado.<sup>26</sup> Neste sentido, para analisarmos o Movimento Estudantil, teríamos de nos referir à origem de classe dos estudantes, mas também considerarmos as vinculações destes com o Estado através da escola e, portanto, a sua autonomia relativa.

Os estudantes universitários nos anos 1960, segundo Martins Filho, seriam provenientes, sobretudo, da classe média, resultado da expansão do ensino superior a partir do segundo governo de Getúlio Vargas. Como membros da classe média, os estudantes expressam a própria ambiguidade dessa classe, divididos entre posições políticas mais à esquerda e mais à direita.<sup>27</sup> Ao contrário da interpretação de Ridenti, a busca pela origem de classe não tem, em Martins Filho, o sentido de justificar um fracasso do movimento, mas de entender a sua diversidade.

Não há, portanto, uma essência contestatória, rebelde, revolucionária ou de esquerda entre os estudantes, conforme defende certa perspectiva militante, criadora de uma autoimagem idealizada. Martins Filho caracteriza como formalistas aqueles que analisam o Movimento Estudantil pela forma de sua atuação, ignorando o conteúdo. Ou seja, o estudante é visto como rebelde pela forma “violenta” de sua atuação. Essa visão obscurece as divergências existentes dentro do próprio movimento.<sup>28</sup>

Aqui, cabe também compreender a utilização do conceito de classe média pelo autor. Martins Filho considera o proletariado em sentido estrito, ou seja, não são os trabalhadores assalariados, mas os produtores diretos que compõem essa classe. A que classe então pertenceriam os trabalhadores assalariados que não participam da produção direta? Para Poulantzas, eles pertenceriam ao grupo que chamou de *nova pequena burguesia*, que cresce sob o capitalismo monopolista, em oposição à pequena-burguesia tradicional não assalariada, onde ao mesmo tempo se é dono dos meios de produção e produtor direto, e que tende a diminuir cada vez mais.<sup>29</sup> Nesse ponto, Martins Filho se diferencia do autor grego, ao aceitar as formulações de Décio Saes, para quem essa classe de assalariados não produtores não pode ser confundida com a pequena burguesia, porque possui uma distinção ideológica

---

<sup>26</sup> POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. In: *Estudos CEBRAP*, n. 3, janeiro de 1973, p. 25-31.

<sup>27</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 31.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>29</sup> POULANTZAS, 1973, p. 21.

fundamental – a defesa da superioridade do trabalho intelectual sobre o manual<sup>30</sup>, que decorre das “diferentes posições no processo social de produção (pequena produção independente, pequena propriedade, trabalho frequentemente manual, no caso da pequena burguesia tradicional; trabalho não manual, não-propriedade dos meios de produção, no caso da classe média)”.<sup>31</sup>

A diversidade de posições políticas entre os estudantes, portanto, se deve a dois fatores: primeiro por ser uma categoria social cujos membros têm origens de classe diferenciadas; segundo porque, no contexto estudado, a maioria dos estudantes é oriunda da classe média, cuja posição é historicamente ambígua.

As relações dos estudantes com o mundo do trabalho se dão em quatro dimensões: a) a classe de origem a qual pertencem e cujo vínculo é mantido pela dependência com a família; b) a experiência de trabalho em tempo parcial ou integral, seja como empregado ou como estagiário, que auxilia a bancar os estudos de alguns estudantes e, por vezes, pode mesmo romper a relação de dependência familiar; c) a profissão futura proporcionada pelo ensino universitário ou técnico e a inserção definitiva no mercado de trabalho e, portanto, sua posição de classe; d) o papel da educação na reprodução da força de trabalho.

Em relação ao primeiro ponto, João Roberto Martins Filho afirma que os vínculos do estudante com a sua família “não se esgotam na simples dependência econômica. A contrapartida dos laços de manutenção são os vínculos de retribuição e de compromisso com o projeto familiar que atribui ao jovem estudante o papel de continuador da história da família”. Este projeto visa à ascensão social da família e, portanto, transforma o jovem em um “agente [...] da classe social da qual se origina”.<sup>32</sup>

As duas outras dimensões reafirmam este papel de “agente de classe” assumido pelo estudante. Ainda segundo Martins Filho, o trabalho parcial é “indispensável para que o jovem de classe média possa estudar” e, portanto, realizar o projeto familiar.<sup>33</sup> Da mesma forma, a escolha da profissão geralmente corresponde ao ideal de ascensão social.

Podemos destacar ainda mais um ponto de ligação entre os estudantes e o mundo do trabalho. O ensino e a ciência não estão desvinculados de interesses de classe. Ao contrário, o

---

<sup>30</sup> SAES, Décio A. M.. Classe média e escola capitalista. In: *Critica Marxista* (Roma), v. 1, n. 21, p. 97-112, 2005.

<sup>31</sup> SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil, 1930-1964. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano*, v. 3. São Paulo: Difel, 1981, p. 449. Sobre o conceito de classe média, ver também BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. In: *Coleção Primeira Versão*, Campinas, v. 123, p. 1-40, 2004.

<sup>32</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 24.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 25.

aparelho escolar reforça as relações de trabalho capitalistas e a hierarquia social. De acordo com Martins Filho:

Ao instilar numa minoria a noção de que representa uma elite, reproduzindo desse modo a estratificação hierárquica da força de trabalho, exigida pela divisão capitalista do trabalho, o ensino afasta-se de qualquer estatuto de neutralidade e define a sua função ideológica básica.<sup>34</sup>

Por conseguinte, o ensino, ao reforçar a divisão capitalista do trabalho, faz com que o estudante ocupe um papel central nas relações sociais de produção.

Desse modo, não podemos considerar que os estudantes estão fora das classes sociais, em contradição com o trabalho e, portanto, absolutamente autônomos e livres para exercer uma rebeldia que lhe é própria. Ao contrário, sendo seus membros oriundos de classes diversas, o Movimento Estudantil já é, em sua composição, heterogêneo.

A origem de classe dos estudantes é importante, mas explica apenas parte do seu comportamento político. Os dois outros momentos levantados por Ridenti devem ser igualmente considerados. Além disso, destacamos ainda que o Movimento Estudantil no Brasil, durante o período recortado, só pode ser entendido dentro de um quadro maior do Movimento Estudantil mundial dos anos 1960. Entretanto, não podemos definir o Movimento Estudantil no Brasil, e mais especificamente em Santa Maria, que é nosso objeto, apenas por condicionantes externos. O próprio maio de 1968, culminar da ação política estudantil na França, não encontra seu correspondente cronológico no nosso País, visto que aqui o movimento realizou suas principais lutas já a partir do final de 1967, alcançando o ápice nos meses de abril e julho de 1968.

Na busca de uma síntese para a atuação política do Movimento Estudantil no Brasil e no Rio Grande do Sul, devemos considerar certas características distintivas do processo histórico local. A ascensão dos movimentos sociopolíticos no Governo Goulart, destacando-se a luta pelas Reformas de Base, incluía a mobilização pela Reforma Universitária, visando construir um novo modelo de educação no Brasil. Os setores que lutaram por ela foram duramente reprimidos após 1964. Um dos objetivos principais da Ditadura Civil-Militar era justamente a desarticulação dos instrumentos de pressão popular. Para tal, realizou intervenção nos principais sindicatos, em entidades estudantis, nas Universidades, etc. A isso se somou a imposição de um projeto de educação tecnicista, com apoio dos Estados Unidos da América. A luta contra a repressão e as políticas educacionais da Ditadura Civil-Militar foram justamente as principais bandeiras do Movimento Estudantil de esquerda.

---

<sup>34</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 25-26.

Por fim, outro ponto a ser considerado na análise do movimento é a ação político-ideológica de grupos, partidos políticos ou movimentos sociais que visavam ganhar os estudantes para o seu discurso. Nesse sentido, René Dreifuss, no livro *1964: a conquista do Estado*, destaca a ação do complexo IPES/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) no interior do Movimento Estudantil. Segundo o autor, a participação do IPES ia desde o financiamento de eleições, atividades e publicações até a infiltração de “elementos democráticos”.<sup>35</sup>

É, portanto, na síntese desses múltiplos condicionantes que devemos compreender o Movimento Estudantil em sua complexidade, diversidade e contraditoriedade. O estudante não está fora da sociedade, alheio a luta de classes. Ele se vincula de diversas formas à divisão social e, não obstante, ainda mantém uma autonomia relativa, influenciada pela conjuntura política e cultural específica do período e da realidade em que está inserido.

O objetivo deste trabalho é preencher parte da lacuna que existe na produção historiográfica sobre o Movimento Estudantil em Santa Maria e no Rio Grande do Sul, bem como das ausências nos estudos que consideram também os setores que deram suporte ao Golpe e à Ditadura Civil-Militar.

As fontes sobre o Movimento Estudantil são escassas. Procurei diversificá-las ao máximo, buscando entrevistas com militantes, pesquisando notícias nos jornais, atas do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), relatórios de gestão da União Santamariense de Estudantes (USE). Ao início de cada capítulo discuto mais detalhadamente as fontes utilizadas.

No primeiro capítulo apresento a tese mais tradicional da historiografia de um “oposicionismo nato” dos estudantes, tese esta que privilegia a atuação da esquerda. Neste capítulo desenvolvo o exame dessa historiografia bem como apresento a atuação do Movimento Estudantil de esquerda em Santa Maria.

No segundo capítulo, procuro mostrar o outro lado, ou seja, a ação dos estudantes de ideologia liberal elitista que ocuparam espaços importantes no Rio Grande do Sul, inclusive ocupando algumas das principais entidades a partir do voto da categoria. Nesse capítulo trabalho os autores que deram algum destaque para a direita estudantil, discuto alguns conceitos (“democratas”, liberais elitistas) e apresento a ação e organização desses estudantes em Santa Maria, estabelecendo relações com os “democratas” em nível estadual.

---

<sup>35</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e Golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 283-284.

No terceiro capítulo faço uma síntese, tentando expressar o embate entre a esquerda e a direita e mostrando que ambas se definem mutuamente a partir de suas disputas. Para isso, selecionei três momentos que considero significativos nos embates desses dois campos: a ação/posição dos estudantes no Golpe de 1964; a Passeata dos “Bixos” de 1966 e o ano de 1968.

## 1 “O PODER JOVEM”: OS ESTUDANTES CONTRA O GOLPE E A DITADURA

Neste capítulo abordo a ação dos grupos de esquerda no Movimento Estudantil de Santa Maria. Inicialmente faço uma breve contextualização da Cidade, destacando sobretudo alguns elementos vinculados à situação do ensino. A criação da Universidade de Santa Maria (USM), em 1960, possui algumas peculiaridades, por ter sido formada também pelas Faculdades Agregadas, que eram instituições privadas, e por se constituir na primeira Universidade Federal criada fora de uma capital no Brasil. No entanto, situa-se dentro de um contexto mais amplo de ampliação do ensino superior e das transformações nas estratégias e possibilidades de ascensão social.

Em seguida, passo a relatar a importância do movimento secundarista, sobretudo da sua entidade maior, a USE. Para tal, tentei recuar um pouco no período proposto, tentando entender o processo de crescimento da influência das esquerdas na entidade até 1965, quando estes setores são derrotados. Procurei destacar também as divergências e disputas internas destas esquerdas.

No item 1.3, descrevo a fundação e a atuação do Grupo de Vanguarda Cultural que, apesar da curta duração, esteve à frente das iniciativas de maior repercussão pública por parte do Movimento Estudantil e representou em Santa Maria a convergência entre arte e política que marcou parte significativa das esquerdas naquela década.

Por fim, procuro compreender o esgotamento da estratégia de atuação pela cultura e a passagem de alguns militantes para as organizações clandestinas de esquerda, que inaugurou outro período para o Movimento Estudantil, esvaziando as formas abertas de disputa, e encerrou o período estudado no âmbito dessa dissertação.

Busquei utilizar fontes diversas, como as notícias do jornal local *A Razão*, entrevistas com militantes estudantis, atas de reuniões, relatórios de gestão, além do material produzido pelo Grupo da Vanguarda Cultural, como revistas, panfletos, cartazes, livros de poesia.

### 1.1 Santa Maria e o Ensino nos Anos 1960

Santa Maria possuía 121.093 habitantes em 1962. Destes, 84.128 compunham a população urbana. Localizada no centro geográfico do Rio Grande do Sul, a Cidade era o principal entroncamento ferroviário do estado. Nesta data, trabalhavam no setor de transportes



16.935 pessoas. Os estudantes, considerando todos os graus de ensino, totalizavam 27.938, sendo 20.213 no ensino primário, 6.673 no ensino secundário e 1.052 no ensino superior.<sup>36</sup>

As escolas de grau médio e as instituições de ensino superior atraíam estudantes de outros municípios do interior, fazendo com que Santa Maria se constituísse em um polo de ensino, recebendo pessoas de diferentes regiões do estado. Essa situação se fortaleceu a partir de 1960, quando foi fundada a USM.<sup>37</sup> Criada pela Lei 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, a constituição da Universidade tinha uma particularidade importante. Além das faculdades públicas de Medicina, Farmácia e Odontologia e do Instituto Eletrotécnico, ela foi formada a partir de instituições privadas que ficavam na condição de “faculdades agregadas”. Eram elas a Faculdade de Direito, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.<sup>38</sup>

A Faculdade de Farmácia foi a primeira das instituições de ensino superior a funcionar em Santa Maria, a partir de 1932.<sup>39</sup> Em 1948, por iniciativa de diversas pessoas mas tendo a frente o médico e professor dessa faculdade José Mariano da Rocha Filho, foi criada a Associação Santamariense Pró-Ensino Superior (ASPES). Em dezembro deste mesmo ano, a Faculdade de Farmácia é incorporada à então Universidade de Porto Alegre, que a partir daí passa a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS).<sup>40</sup> Em 1954 foi criado o curso de Medicina, também vinculada à URGS.<sup>41</sup> Naquele mesmo ano foi autorizada a Faculdade de Ciência Políticas e Econômicas, mantida pelos irmãos maristas e, no ano seguinte, foi instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC), por iniciativa conjunta da ASPES e da Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis. A FIC era mantida pelas irmãs franciscanas e ofereceu, inicialmente, os cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas. Nos anos seguintes outros cursos entraram em

---

<sup>36</sup> ROCHA FILHO, José Mariano da. A Universidade de Santa Maria. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria*, ano 1, n. 1, 1962, p. 74-77.

<sup>37</sup> A Universidade de Santa Maria (USM) passou a se chamar Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) apenas em 1965, quando a Lei n. 4.759 padronizou a nomenclatura das Universidades federais. BRASIL. *Lei n. 4.759 de 20 de agosto de 1965*. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

<sup>38</sup> BRASIL. *Lei n. 3.834-C de 14 de dezembro de 1960*. Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3834-c-14-dezembro-1960-354388-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

<sup>39</sup> QUADROS, Claudemir de. Ensino Superior em Santa Maria: iniciativa e trabalho de muitas pessoas. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs.). *Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012, p. 343-356.

<sup>40</sup> Também foram incorporadas as faculdades de Odontologia e Direito de Pelotas. Ver: UFSM. *50 Anos*. Disponível em : < <http://w3.ufsm.br/50anos/index.php>>. Acesso em: <10 nov. 2012>.

<sup>41</sup> Ibid.

funcionamento nesta Instituição, como História, Geografia, Letras Neolatinas (em 1957), Filosofia, Matemática e Didática (1958). A Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, fundada em 1955, também era vinculada às irmãs franciscanas.<sup>42</sup> Em 1959 foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Direito, mantida pelos maristas e tendo como primeiro diretor o Irmão Gelásio.<sup>43</sup>

A USM foi fundada, portanto, aproveitando a estrutura e o funcionamento de outras faculdades da Cidade. Com a instalação da Universidade, desmembravam-se da URGS os cursos da Farmácia e Medicina, criando-se as faculdades de Odontologia e Politécnica, além de contar com o auxílio das “faculdades agregadas”, que eram todas instituições católicas mantidas pelas irmãs franciscanas ou pelos irmãos maristas. À medida que a Universidade de consolidava e se expandia, novas faculdades públicas foram sendo criadas dentro do âmbito da USM. Assim, já em 1961 eram autorizadas as faculdades de Agronomia, Veterinária, Belas Artes e Filosofia.<sup>44</sup>

A criação da USM não foi um fato isolado. Ela acontecia no bojo de um processo geral de ampliação do ensino superior no Brasil.<sup>45</sup> Vários fatores contribuíram para tal processo. Em primeiro lugar, houve um aumento da demanda por força de trabalho, fruto do crescimento industrial do País no período pós-Segunda Guerra. À necessidade de técnicos para a indústria, se somou o incremento da burocracia estatal, visto que o Estado tinha a função de fomentar essa expansão. Soma-se a isso o forte crescimento urbano a partir da década de 1940, que ampliava a demanda por serviços. Em segundo lugar, o “deslocamento dos canais de ascensão” social gerou uma oferta de força de trabalho.<sup>46</sup> A centralização e monopolização da economia tornava cada vez mais difícil ascender a partir do acúmulo de capital próprio. Os postos mais altos da hierarquia estatal e privada passaram a ser, então, a estratégia preferencial, o que exigia cada vez mais a qualificação universitária. Assim, crescia também a pressão da classe média para que o Estado garantisse essa qualificação.

A partir do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), os governos agiram no sentido de ampliar as vagas e os estabelecimentos de ensino superior. Em 1945, havia 27.253 estudantes nas faculdades e Universidades. Em 1964 esse número havia subido para 142.386.

---

<sup>42</sup> QUADROS, 2012, p. 343-356.

<sup>43</sup> UFSM. *50 Anos*. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/50anos/index.php>>. Acesso em: <10 nov. 2012>.

<sup>44</sup> Ibid. A Faculdade de Filosofia da USM geralmente aparece nos jornais e documentos como “Filosofia (Federal)”, para distingui-la da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC).

<sup>45</sup> A partir daqui, minha análise sobre a expansão do ensino superior se baseia, sobretudo, em CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

<sup>46</sup> Ibid., p. 42.

A média anual de crescimento foi de 12,5%.<sup>47</sup> Foi em meio a essa expansão que se deu o processo de federalização dos estabelecimentos de ensino superior e o aglutinamento de faculdades isoladas para a formação de Universidades. Desse modo, entre 1954 e 1964 foram criadas 16 Universidades, sendo onze públicas e cinco confessionais. A USM estava entre elas.<sup>48</sup>

Mesmo assim, a busca pela formação universitária foi maior que a expansão do setor. Havia 1,4 candidatos por vaga, em média, no ano de 1946. Este número chegou a 1,7 em 1964.<sup>49</sup> A partir daí, este processo se intensificou, atingindo 2,4 candidatos por vaga em 1968.<sup>50</sup> Os estudantes que obtinham a nota mínima para aprovação nos vestibulares, mas não conseguiam vaga, eram chamados “excedentes”. O problema desses excedentes foi uma das principais pautas de mobilização do Movimento Estudantil.

A expansão do ensino superior foi maior do que do ensino de grau médio, mas este também sofreu modificações importantes. Durante o Estado Novo, este nível de ensino se dividiu em dois ramos: o ensino secundário e o ensino profissional. Apenas o primeiro dava acesso aos vestibulares e, portanto, ao ensino superior. Entre 1945 e 1964, a legislação caminhou no sentido de eliminar as barreiras existentes entre os dois ramos, tornando-os equivalentes, muito embora este processo não tenha sido linear.<sup>51</sup> Com isto pretendia-se, especialmente, facilitar e ampliar o caminho para a formação superior.

Estas mudanças na estrutura do ensino foram importantes porque a partir delas, e como resultado delas, se articularam as lutas dos movimentos estudantis universitário e secundarista. Além disso, a expansão das matrículas modificava a composição social dos estudantes. Não se tratava mais de somente reproduzir os membros das classes dominantes. As novas exigências do desenvolvimento econômico ampliavam a participação e a formação da classe média nessa composição.

## **1.2 A USE e o Protagonismo Secundarista**

Até 1961, os estudantes da Cidade eram representados pela USE. Essa entidade foi fundada em 1947 e reunia tanto os secundaristas quanto os universitários. Entre os seus

---

<sup>47</sup> CUNHA, 2007, p. 79.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 81-82.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 82.

<sup>50</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 125.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 66-67.

fundadores estava Paulo Devanir Lauda, que na conjuntura do Golpe Civil-Militar de 1964 era o prefeito de Santa Maria.

Contudo, a entidade passou a representar apenas os secundaristas a partir da fundação da Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM), em 24 de março de 1961.<sup>52</sup>

Mesmo assim a USE continuou bastante ativa e suas atividades recebiam ampla cobertura no jornal *A Razão*, o único diário que circulava na Cidade.<sup>53</sup> No início dos anos 1960, a gestão da entidade esteve mais próxima das esquerdas, sobretudo dos setores mais progressistas da Igreja Católica. Um artigo de 1965, ano em que a USE completou dezoito anos, publicado na *Revista Vanguarda*, abordou essa questão nos seguintes termos:

A USE, agora, não é mais monopólio de uns poucos interessados, já faz parte da vida do estudante secundário de Santa Maria, a USE é uma entidade de portas abertas aos que pretendem trabalhar desinteressadamente em favor de uma classe inteira. Foram as Gestões de Flávio Cassel e Eliezer Pacheco que abriram estas perspectivas seguidas por João Gilberto Lucas Coelho e Dalcione Paulo Rambo, ou seja a integração do estudante dentro do seu universo estudantil, a formação do espírito secundarista e o ativamento de dons artísticos ou literários de todo o estudante, livrando-o da timidez excessiva perante um público. É um grande passo para o estudante, livrando-o da timidez ser desembaraçado, livre de preconceitos e mediocridades porventura reinantes.<sup>54</sup>

A revista era uma iniciativa do Grupo da Vanguarda Cultural, cujos membros eram ligados à administração da USE naquele período. O artigo, portanto, tinha o objetivo de demonstrar as realizações importantes que a entidade estava realizando na gestão de Dalcione Rambo (1964/1965). O interessante é que o texto coloca a gestão em uma linha de continuidade com as quatro gestões anteriores, período no qual a USE deixou de ser o “monopólio de uns poucos interessados” e passou a trabalhar “em favor de uma classe inteira”.

Não foi possível localizar fontes sobre a administração de Flávio Cassel na entidade. A gestão de Eliezer Pacheco está documentada em dois relatórios parciais, o primeiro referente aos meses de junho e julho de 1962 e o segundo referente a agosto e setembro do mesmo ano. Ambos estão disponíveis para pesquisa no Acervo do Memorial da Escola Estadual Manoel Ribas. De acordo com estes relatórios, em julho de 1962, a USE enviou vinte e seis

<sup>52</sup> Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, 21 de março de 1964, p. 2.

<sup>53</sup> O jornal *A Razão* foi fundado por Clarimundo Flores em 1934, sendo incorporado pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand em 1941. Nos anos 1960, era principal diário da região central do estado do Rio Grande do Sul. Ver RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do Jornalismo*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 88 e 100.

<sup>54</sup> Acervo Pessoal de João Nascimento (AP-JN), *Revista Vanguarda*, n. 2, ano 1, p. 6.

representantes para o Congresso Estadual de Estudantes Secundários, realizado em Alegrete, e três para o Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundários, realizado em Pelotas.<sup>55</sup>

Em agosto, por ocasião do Dia do Estudante, comemorado no dia 11, a entidade remeteu uma mensagem na qual conclamava os estudantes para “lutar por um Brasil cada vez melhor”.<sup>56</sup> No mesmo mês, participou de uma reunião promovida pelo Poder Municipal em torno da mudança das regras para obtenção de meia passagem proposta pelas novas concessionárias do transporte público na Cidade. As empresas pediam a apresentação mensal do boletim escolar para que os estudantes pudessem retirar uma cota de passagens, alegando que muitas pessoas se matriculavam apenas para conseguir o benefício e depois não frequentavam mais as aulas. A USE se posicionou contrária a essa proposta, afirmando que tais casos eram exceções. A reunião terminou sem que houvesse uma definição sobre o assunto. Posteriormente os estudantes procuraram as direções das escolas para verificar a porcentagem de alunos que haviam se matriculado e, logo em seguida, abandonado o curso. Dessa forma, buscavam subsídios para discutir novamente o tema.<sup>57</sup>

Em setembro, realizaram um Seminário de Estudos, que teria contado com a presença de cerca de duzentos alunos. Os temas discutidos demonstram bem as lutas políticas das esquerdas naqueles anos: “Realidade Brasileira - Reformas de Base - A influência da sociedade sobre o estudante – Liderança”. É interessante que o encontro contou não só com as palestras de estudantes (Juarez Torronteguy, Flávio Cassel, Luiz Osvaldo Coelho, João Gilberto Lucas Coelho), mas também de um pastor metodista (Nilo Belloto) e um padre católico (Carlos Pretto). A aproximação de setores religiosos com a luta pelas reformas, portanto, também pode ser percebida em Santa Maria.<sup>58</sup> As atividades sociais e esportivas igualmente tiveram atenção, como bailes, reuniões dançantes e um torneio de pingue-pongue. A USE realizou ainda um “concurso de desenhos sobre a Realidade Nacional”.<sup>59</sup>

Outra atividade marcante dessa gestão foi o projeto de alfabetização popular. A iniciativa, que partiu do estudante Milton Saldanha, pretendia criar um curso de alfabetização

---

<sup>55</sup> Acervo do Memorial da Escola Estadual Manoel Ribas (AMMR), *Relatório das Atividades do Poder Executivo da União Santamariense dos Estudantes, Relativo aos Meses de Junho e Julho de 1962, e Apresentado ao Conselho de Representantes em 25 de Agosto de 1962*, p. 2.

<sup>56</sup> AMMR, *Relatório das Atividades do Poder Executivo da União Santamariense dos Estudantes, Relativo aos Meses de Agosto e Setembro de 1962*, p. 1.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 1-2.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>59</sup> AMMR, *Relatório das Atividades do Poder Executivo da União Santamariense dos Estudantes, Relativo aos Meses de Agosto e Setembro de 1962*, p. 4.

de adultos adotando o Método Paulo Freire. O curso, que acabou não seguindo este método, teria sido um sucesso, segundo Saldanha.<sup>60</sup>

A administração imediatamente posterior (1963-1964), cujo presidente era João Gilberto Lucas Coelho, representava os setores progressistas da Igreja Católica. O relatório final define as intenções da gestão:

Desejávamos um mundo de amor. Ansiávamos por um clima de paz e solidariedade. Como cristãos (e todos os nossos membros da equipe tem sido cristãos) tínhamos uma visão de coisas melhores, de um mundo melhor. Confrontando a mensagem cristã com a realidade notamos um tremendo vácuo entre as duas. Daí, antes de amadurecermos, toda aquela agressividade, toda aquela ânsia de ver tombar valores arcaicos, de ver morrer o egoísmo; daí a crítica violenta à realidade e às estruturas em que nos lançamos na fase explosiva de nosso idealismo juvenil.<sup>61</sup>

Eram exatamente estes os objetivos da esquerda católica que ganhava força desde o final do governo de Juscelino Kubitschek, a partir, sobretudo, de duas organizações: a Juventude Estudantil Católica (JEC), voltada aos estudantes secundaristas, e a Juventude Universitária Católica (JUC), que atuava entre os universitários. Ambas haviam sido criadas em 1950, num processo de renovação da Ação Católica. Contribuiu para essa renovação a incorporação das ideias e das ações de católicos europeus, como o padre belga Joseph Cardijn, iniciador do método “ver-julgar-agir”, segundo o qual se deveria observar a realidade e julgá-la de acordo com os princípios cristãos, para então os fiéis agirem no sentido de corrigir os problemas encontrados.<sup>62</sup> Essa influência pode ser percebida no trecho do relatório citado acima, quando os estudantes afirmaram que “confrontando a mensagem cristã com a realidade notamos um tremendo vácuo entre as duas”.

Outros pensadores influentes foram os franceses Jacques Maritain e Emmanuel Mounier.<sup>63</sup> Foi este último que criou o conceito de engajamento. Na visão de Mounier, segundo Marcelo Costa, “o cristão deveria ser ‘engajado’, o que significava estar comprometido com a transformação da sociedade – apresentada como desigual e injusta – em que vivia”.<sup>64</sup> É significativo que uma das epígrafes que abre o relatório da Gestão 1963-1964 seja justamente uma citação de Mounier.<sup>65</sup>

<sup>60</sup> SALDANHA, Milton. *O País Transtornado: memórias do Brasil recente*. Porto Alegre: Movimento, 2012.

<sup>61</sup> Acervo Pessoal de João Gilberto Lucas Coelho (AP-JGLC), *Relatório Gestão 63-64 – União Santamariense dos Estudantes (USE)*, p.7.

<sup>62</sup> COSTA, Marcelo Timotheo. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*. Volume 2: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 439-440.

<sup>63</sup> COSTA, 2007, p. 440.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 443.

<sup>65</sup> “Não se perde a vida daqueles que souberam dar largo testemunho”. In: AP-JGLC, *Relatório Gestão 63-64 – União Santamariense dos Estudantes (USE)*, p. 3.

É também essa esquerda católica que estava na gestão da FEUSM quando foi desfechado o Golpe de 1964. A proeminência desses setores dentro do Movimento Estudantil foi um fenômeno nacional nos anos 1960. Se no início dos anos 1950 a JUC era um movimento bastante heterogêneo, que dividia seu apoio entre a esquerda e a direita nos congressos da UNE, ao final dessa década, e no princípio da década seguinte, a JUC se tornou um dos principais impulsionadores da esquerda estudantil.

Martins Filho explica esse sucesso a partir da estratégia pragmática adotada pelos católicos de esquerda, elegendo a Reforma Universitária como bandeira prioritária. Ao fazerem isso, deram unidade às lutas estudantis e integraram o movimento mais amplo de luta pelas Reformas de Base.<sup>66</sup> É importante destacar que a luta por reformas no ensino não era exclusiva dos universitários. Nesse sentido, a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES) realizou dois Seminários de Reforma Educacional em 1963, um deles realizado em Ribeirão Preto/SP e o outro em Belém/PA.<sup>67</sup>

Nesse contexto de politização e constituição de uma esquerda católica estudantil, a JUC e a JEC acabaram entrando em conflito com a hierarquia da Igreja. Essa tensão culminou com a expulsão de Aldo Arantes, então presidente da UNE, da JUC e a proibição dos membros desses movimentos em se apresentarem como candidatos para as eleições nas entidades estudantis. Essa decisão, tomada em 1962, culminou para que os setores mais radicalizados formassem a Ação Popular (AP), no início de 1963.<sup>68</sup>

Em Santa Maria, no entanto, essa proibição parece não ter tido efeito, visto que as duas entidades representativas dos estudantes locais eram dirigidas pela JUC e pela JEC em 1964. Acredito que isso se deva à importância de dois padres progressistas que atuavam junto aos estudantes, padre Romar Pagliarin, orientador da JUC, e padre Carlos Pretto, orientador da JEC.

---

<sup>66</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 51-52.

<sup>67</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Daniel Aarão Reis Filho [APERJ-DARF]. *Relatório do 1º Semestre Apresentado ao Conselho Nacional de Estudantes: UBES, União Brasileira de Estudantes Secundaristas, Gestão 63-64*, p. 19. A historiografia é carente em trabalhos sobre o Movimento Estudantil secundarista em geral e sobre a JEC em particular. Marcelo Costa, em um texto sobre a JEC e a JUC, afirma ter que privilegiar esta última. Segundo ele, “diferenciadas por seus componentes, mas irmanadas pelo mesmo universo religioso e de valores, JEC e JUC mantiveram trajetórias similares. Fundadas no mesmo ano de 1950, compartilharam mesmos sonhos e propostas, enfrentaram semelhantes problemas e críticas. Decidi, no presente trabalho, enfatizar o itinerário da JUC – porque as fontes quanto a ela são mais numerosas e ricas. Porém, pode-se dizer que, por intermédio da JUC, ilumina-se também sua ‘irmã menor’, a JEC”. In: COSTA, 2007, p. 448, nota n. 18. Além do problema das fontes, essa visão que considera a JEC uma “irmã menor” e, por extensão, o movimento secundarista como apenas uma preparação para o movimento universitário, acaba inibindo estudos específicos sobre esses setores.

<sup>68</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 49.

Romar Pagliarin era nascido em São Pedro do Sul, distante 38 km de Santa Maria, tendo concluído os cursos de Teologia e Filosofia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.<sup>69</sup> De volta a Santa Maria, tornou-se professor de Ensino Religioso no Colégio Estadual Manoel Ribas,<sup>70</sup> além de lecionar as cadeiras de Sociologia e Cultura Religiosa na FIC e Deontologia Jurídica na Faculdade de Direito de Santa Maria.<sup>71</sup> Segundo o depoimento de Nilsa Teresinha Reichert, Romar coordenava reuniões da JUC nas quais se discutiam as encíclicas papais e se pensava em como difundir os princípios cristãos entre os jovens.<sup>72</sup> Outro estudante que frequentava a JUC, Hugo Amaral, considera que:

O padre Pagliarin era um sujeito muito avançado para a época, fora a Roma, era jovem e professor de Filosofia. Tinha uma visão sociológica boa. Sempre que a gente ia almoçar na JUC, havia discussões políticas. Ele era o nosso Leonardo Boff. Um cara inteligente, com quem dava para conversar.<sup>73</sup>

Hugo teve uma situação interessante envolvendo ele e o padre Romar, conforme relatado em matéria da revista *O Viés*. O padre Romar celebraria seu casamento com Marília Franz, cuja cerimônia estava marcada para o dia 1º de abril de 1964. Com o Golpe, no entanto, Romar Pagliarin não apareceu para celebrar o matrimônio. Imaginando que seria preso devido a sua militância, o padre se escondeu. O casamento teve de ser realizado por outro padre.<sup>74</sup>

O receio do padre Romar não era descabido. Em setembro de 1964, quando foi concluído um Inquérito Policial-Militar (IPM) sobre o Movimento Estudantil na Cidade, ele e o padre Carlos Pretto foram indiciados, juntamente com lideranças estudantis do período anterior ao Golpe.<sup>75</sup> Não consegui apurar o resultado desse inquérito, mas em algum momento o padre Romar foi preso, pelo que se conclui da reportagem citada da revista *O Viés*, afirmando que Romar deixou de ser padre após ser libertado.<sup>76</sup>

<sup>69</sup> HOMENAGENS e novidades no X Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão-SEPE. Disponível em: <<http://www.unifra.br/home/Noticia.asp?1002>>. Acesso em: <10 nov. 2012>.

<sup>70</sup> PIZARRO, James. *Apontamentos para uma História do "Maneco"*. Disponível em: <<http://professorpizarro.blogspot.com.br/2012/10/apontamentos-para-uma-historia-do.html>>. Acesso em: <12 de nov. 2012>.

<sup>71</sup> HOMENAGENS, Op. Cit.

<sup>72</sup> O depoimento se encontra em DELLA MÉA, Célia Helena Pelegrini; DALPIAN, Laurindo; BARIN, Nilsa Teresinha Reichert. O pioneirismo do curso de Letras. In: QUADROS, Claudemir de (orgs.). *Histórias e Memórias dos 50 Anos dos Cursos de Formação de Professores do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria*. Santa Maria: Unifra, 2005, p. 156.

<sup>73</sup> SEVERO, Felipe. A Realizar-se no dia 1º de abril de 1964. *Revista O Viés*. Edição Especial de Aniversário, 2010, p. 12.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>75</sup> AHMSM, *A Razão*, 15 de setembro de 1964, p. 6.

<sup>76</sup> O trecho é o seguinte: "Até chegar esse momento [da democratização], a ditadura já teria mudado a vida de muita gente, como a do padre Romar Pagliarin, que após ser libertado da prisão, largou a batina, casou-se, teve um filho e mudou-se para Minas Gerais, onde seguia vida dando aulas de Filosofia". *Revista O Viés*, p. 13



O padre Pretto também atuava no Colégio Manoel Ribas como professor de Ensino Religioso,<sup>77</sup> além de ser orientador da JEC.<sup>78</sup> Janer Cristaldo, que foi aluno de Pretto, caracterizou-o em uma de suas crônicas como “carismático, jovial, entusiasta”.<sup>79</sup> Em outro texto, relatando as tensões entre sexualidade e religiosidade quando militava na Ação Católica de Santa Maria, Janer revela um pouco do perfil desses padres progressistas da Cidade:

Naqueles dias, um pouco antes de perder definitivamente a fé, militei na Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Os religiosos que nos orientavam eram homens abertos, mas o conflito sexual persistia. Em Santa Maria, eu apertava o padre Carlos Pretto contra a parede: "Se mulher é tão bom, por que é proibido?" Pretto armava uma longa história, de final curto e grosso. Que não devíamos ter relações com uma mulher por amor a ela. “Eu estudei em Roma – dizia Pretto – no meio daquelas gringas boazudas. Eu me perguntava porque não podia ir para a cama com elas. Examinei criticamente a Bíblia e concluí que não podia fazer isso pelo amor que devia a elas.”<sup>80</sup>

O testemunho de Janer é interessante, pois expressa as possibilidades e limites da atuação do clero progressista junto aos jovens. Certamente persistiam conflitos, como no âmbito da sexualidade, mas padres como Pretto e Romar conseguiam aglutinar e garantir a ação dos católicos de esquerda, fazendo o contraponto à ala mais conservadora da Igreja Católica, também muito presente na Cidade.

Quando o Golpe Civil-Militar se efetivou, as duas principais entidades estudantis estavam sendo dirigidas justamente por esses setores da esquerda católica. O impacto foi sentido de formas diferentes na USE e na FEUSM. A direção desta última, como veremos no Capítulo 2, decidiu se exonerar, e em seu lugar assumiu um interventor militar. A USE, no entanto, pôde passar de forma mais tranquila pelas turbulências de abril de 1964. A autoridade escolhida para acompanhar suas atividades foi o padre Rômulo Zanchi, diretor do Colégio Manoel Ribas. Nas palavras da própria gestão, a entidade “superou os acontecimentos nacionais, com magnífico equilíbrio, sendo que a USE é uma das poucas entidades estudantis que atravessou os acontecimentos de Abril deste ano sem se ver prejudicada no seu prestígio ou na sua unidade”.<sup>81</sup> Segundo João Gilberto, o padre Zanchi tinha “temperamento forte”, mas teria “segurado as pontas” na entidade.<sup>82</sup> Desse modo, a gestão conseguiu realizar novas eleições ainda em 1964.

<sup>77</sup> PIZARRO, James, op. cit..

<sup>78</sup> COELHO, João Gilberto Lucas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>79</sup> CRISTALDO, Janer. De Meslier a Pierre. Disponível em: <<http://cristaldo.blogspot.com.br/2011/11/de-meslier-pierre-mulher-e-religiao-nao.html>>. Acesso em :<15 de nov. 2012>.

<sup>80</sup> CRISTALDO, Janer. Do Alto de meu Sofá. Disponível em: <<http://cristaldo.blogspot.com.br/2012/05/do-alto-de-meu-sofa-ainda-o-facebook.html>>. Acesso em :<15 de nov. 2012>.

<sup>81</sup> AP-JGLC, *Relatório Gestão 63-64 – União Santamariense dos Estudantes (USE)*, p. 9.

<sup>82</sup> COELHO, João Gilberto Lucas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

Em agosto de 1964 foi eleita a chapa de Dalcione Rambo (presidente), Júlio Medeiros (primeiro vice-presidente) e Vítor Moraes (segundo vice-presidente). Essa eleição foi marcante, pois deixou claras as divisões e disputas dentro da própria esquerda. A chapa vitoriosa apresentava como candidato um nome que não era ligado a nenhuma organização política, mas a articulação foi toda feita por um grupo de secundaristas que não consta na nominata. Esses estudantes estavam insatisfeitos com a posição da USE. Julgavam que a entidade deveria ter uma postura mais decidida. Segundo João Nascimento, um desses jovens, Dalcione foi escolhido porque era um estudante respeitado por todos, capaz de ganhar uma eleição sem chamar a atenção da repressão. Isso porque entre eles haviam estudantes que estavam “marcados”. Era o caso de Tarso Fernando Genro, filho do vice-prefeito caçado Adelmo Simas Genro.<sup>83</sup>

A chapa derrotada era formada por pessoas ligadas a gestão anterior. José Figueiredo Vasseur, candidato à presidência, havia sido Secretário de Tradições Gaúchas e Chefe do Secretariado no período 63-64, e Rejane Flores da Costa, candidato à vice, tinha ocupado o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Casa do Estudante. No entanto, cabe destacar que Júlio Medeiros, membro da chapa vitoriosa, também havia participado da gestão de João Gilberto, assumindo por um tempo funções na Secretaria Social. Contudo, ao final da gestão, na última composição do secretariado, Júlio não aparece nomeado em qualquer cargo. Talvez aí já se esboçasse alguma divergência.

Na gestão de Dalcione Rambo, a USE realizou diversas atividades, sobretudo no âmbito cultural. Muitas dessas atividades foram impulsionadas pelo Grupo da Vanguarda Cultural, da qual faziam parte os estudantes secundaristas que articularam a chapa de Dalcione, além de estudantes universitários, escritores, poetas, artistas plásticos e intelectuais da Cidade. A formação e a ação desse grupo será analisada mais adiante, juntamente com as atividades artísticas e culturais promovidas pela USE durante essa gestão. Por ora, vou me concentrar na composição política da chapa, na sua relação com a gestão anterior e na eleição que elegeu a sua sucessora.

---

<sup>83</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012. Dalcione afirma que não tinha participação política anterior e não sabe porque foi escolhido candidato. RAMBO, Dalcione Paulo. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012. Ver Anexo L.



Figura 1 – Posse da Gestão 64/65. Da esquerda para direita: Adalberto Villa Real, Eliezer Pacheco, Dalcione Rambo, Júlio Medeiros, João Gilberto Lucas Coelho (em pé), Dorival e Lorena.

Fonte: Acervo Pessoal de João Nascimento.

Passada a eleição de 1964, parece ter havido uma tentativa de amenizar as diferenças, visto que José Vasseur assumiu a Secretaria de Tradições Gaúchas, posição que já havia ocupado anteriormente. No entanto, o relatório final da Gestão 64-65 não poupou críticas à administração anterior. Assim, os estudantes afirmaram que: “ao entrarmos em nossa entidade, encontramos – no que se refere ao serviço burocrático, nada organizado”.<sup>84</sup> Logo adiante expressaram novamente o desagrado com os aspectos organizativos.

[...] encontramos completamente desvinculadas as bases estudantis, pois nossa Entidade não funcionava como órgão de orientação estudantil. SABEMOS QUE VÁRIOS FATORES CONTRIBUÍRAM PARA ISSO. [...] Vimos e sentimos, no decorrer da nossa caminhada, dentro desta USE, que a grande falha dos que nos antecederam, foi a não organização de verdadeiras equipes de trabalho; equipes que tivessem mais vontade de trabalhar por alguma coisa, mas equipes que quisessem fazer algo em prol de uma Entidade e, principalmente, pelos estudantes.<sup>85</sup>

<sup>84</sup> Acervo Pessoal de Dalcione Paulo Rambo (AP-DPR), *Relatório Gestão 64-65 – União Santamariense dos Estudantes (USE)*, p. 4.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 4.

Visto se tratarem de grupos rivais, que haviam concorrido, o discurso me parece, em grande parte, uma estratégia de legitimação. Era preciso demonstrar que a vitória da chapa de Dalcione Rambo foi justificada e que sua gestão foi superior à gestão anterior.<sup>86</sup>

Também houve atritos entre a USE e a União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES). Os estudantes santamarienses enviaram Carlos Roberto Puhlmann para uma eleição “tampão” da UGES, realizada nos dias 18 e 19 de dezembro de 1964, na Cidade de Santa Cruz do Sul. Puhlmann teria voltado decepcionado. É curioso notar que o relatório da USE classifica o pleito como “democrático”, grafado entre aspas no original. Neste mesmo sentido, ao relatar a participação no Conselho de Férias da UGES, realizado na Cidade de Taquara em fevereiro de 1965, a USE qualificou os dirigentes da entidade estadual como desorganizados e desonestos.<sup>87</sup> Além disso, o relatório reafirmou essa posição ao comentar a realização de uma reunião do Conselho Estadual da UGES em Santa Maria, evento que não teria sido confirmado, pegando de surpresa os secundaristas da Cidade quando, na véspera do encontro, começaram a chegar os membros das delegações. O ocorrido teria gerado prejuízos a USE.<sup>88</sup>

Não se tratava apenas de uma crítica às capacidades administrativas. A posição expressava também divergências políticas. Após o Golpe, a UGES teve sua direção destituída, assumindo como interventor o Tenente Coronel Perozzi. Na ocasião, ficaram proibidas todas as atividades da entidade estadual, bem como das uniões municipais filiadas a ela, com exceção daquelas atividades ligadas ao ensino, à assistência estudantil, à emissão de carteiras de identidade estudantil e às atividades esportivas.<sup>89</sup> Em maio, a interventoria nomeava entre os estudantes os delegados que deveria gerir a entidade<sup>90</sup> e, posteriormente, a presidência foi exercida pelo secundarista Rubem Süffert.<sup>91</sup>

Em dezembro de 1964, cerca de uma semana antes da realização das eleições citadas, Süffert declarou que a sua gestão buscou recuperar imagem da entidade, que era vista como “um antro de subversão”. A escolha dos sucessores foi feita de forma indireta, em reunião extraordinária, contando com a presença de um representante de cada união municipal, sob a justificativa de que a entidade não contava com recursos financeiros para a realização de um

---

<sup>86</sup> Sobre o discurso legitimador ver BACZKO, op. cit.

<sup>87</sup> AP-DPR, *Relatório Gestão 64-65 – União Santamariense dos Estudantes (USE)*, p.13-14.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>89</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de abril de 1964, p. 9.

<sup>90</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 9 de maio de 1964, p. 11.

<sup>91</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 14 de novembro de 1964, p. 11.

Congresso Estudantil.<sup>92</sup> A vitória de Antônio Bastos dava continuidade à gestão anterior, derrotando Luiz Antônio Pozzebon, que também havia se apresentado como candidato.<sup>93</sup>

Apesar das divergências, e talvez motivadas por elas, a participação da USE nesses congressos, reuniões e encontros parece demonstrar um desejo de inserção e articulação da entidade com o Movimento Estudantil em âmbito estadual. Além dos encontros já citados, a USE participou da reunião do Conselho da União Gaúcha dos Estudantes de Madureza (UGEM), realizado em Santa Maria.

A USE também investiu em eventos sociais. Realizou a segunda edição dos Jogos da Primavera e a escolha da Rainha da USE,<sup>94</sup> ambos com cobertura da imprensa local. A Secretaria de Tradições Gaúchas foi transformada em Centro de Tradições Gaúchas (CTG), participando e garantindo premiações em um Rodeio Internacional.<sup>95</sup> Outro evento de destaque foi a comemoração dos 18 anos da USE, que contou com a presença de sócios-fundadores e ex-presidentes, além da então diretoria da entidade.<sup>96</sup>

Acredito que as atividades culturais e sociais realizadas pela entidade foram, em grande parte, responsáveis pelo êxito da gestão. Elas garantiram a reputação da USE inclusive diante do jornal *A Razão*, sempre bastante crítico à esquerda estudantil. Na ocasião do aniversário de 18 anos da entidade, o jornal publica uma notícia bastante elogiosa. Segundo a matéria:

Trata-se de uma associação que durante o ano efetiva várias realizações de vulto em benefício de seus associados, contando uma organização perfeita e com uma secretaria bem aparelhada [...] / Ainda esse ano realizaram os jogos da primavera, que alcançaram grande sucesso. Estão com sua sede em construção, o que representa um grande passo para o progresso da entidade. / Conta este ano com uma diretoria dinâmica, que vem trabalhando intensamente, onde podemos destacar como timoneiros da classe os estudantes Dalcione Rambo, presidente, e Carlos Puhmann, secretário.<sup>97</sup>

Isso não garantiu, entretanto, a continuidade da gestão. Em agosto de 1965, apresentam-se duas chapas para a disputa da entidade. Representando a situação, concorreram Antônio Costa (presidente), Neuzimar Pacheco (primeiro vice-presidente) e Bernadete Kurtz (segunda vice-presidente). Antônio era o tesoureiro geral da diretoria da USE. Pela oposição, os candidatos eram Irineu Magnago (presidente), João Dalbosco (primeiro vice-presidente) e

<sup>92</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de dezembro de 1964, p. 8.

<sup>93</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de dezembro de 1964, p.9.

<sup>94</sup> AHMSM, *A Razão*, 12 de setembro de 1964, p.9.

<sup>95</sup> AP-DPR, *Relatório Gestão 64-65 – União Santamariense dos Estudantes (USE)*, p. 19-20.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 14-15.

<sup>97</sup> AHMSM, *A Razão*, 11 de março de 1965, p. 4.

Pedro Laurecy da Costa (segundo vice-presidente). A chapa de Irineu foi vitoriosa, totalizando 2.604 votos, contra 2.076 de Antônio Costa.<sup>98</sup>

A vitória dos candidatos “democratas”<sup>99</sup> pareceu garantir um espaço específico para notícias relacionadas aos secundaristas no jornal *A Razão*. Chamado *Use em Foco*, a periodicidade era inicialmente semanal, mas após algumas semanas parece ter sido suspenso, sendo substituído meses depois pela coluna *Vida Estudantil*, que também durou pouco tempo. Foram raras as realizações dessa gestão que receberam cobertura da imprensa. Noticiou-se a participação no Conselho Estadual de Estudantes realizado em Cachoeira do Sul,<sup>100</sup> a criação de um gabinete odontológico<sup>101</sup> e de um ambulatório médico para atender os secundaristas e a realização do Primeiro Festival de Teatro Gaúcho. Um baile para escolha da rainha estudantil estava marcado para agosto,<sup>102</sup> mas pelo visto não aconteceu.<sup>103</sup> O mesmo parece ter ocorrido com a terceira edição dos Jogos da Primavera,<sup>104</sup> cuja preparação chegou a ser anunciada.<sup>105</sup> Esses acontecimentos não tiveram grande divulgação, se restringindo a pequenas notas publicadas no jornal.

Como se pode observar, a partir do final de 1965 o movimento secundarista deixou de ter repercussão na imprensa. A falta de fontes não me permitiu saber se houve de fato um refluxo do movimento, se ele continuava atuante, mas fora das entidades representativas ou se simplesmente *A Razão* perdeu momentaneamente o interesse pela política estudantil secundarista. Sobre a gestão 1966-1967, por exemplo, não foi possível conhecer nem o nome dos membros que assumiram direção da USE, visto que o resultado do pleito não foi noticiado.<sup>106</sup>

Ao longo do ano de 1967, surgiu um tema importante que parece ter mobilizado os secundaristas: o número de matrículas excedia a número de vagas nas escolas. Algumas reuniões foram feitas para discutir a questão, mas o assunto não ocupou mais do que algumas linhas no jornal.<sup>107</sup> O teatro da USE, no entanto, continuou sendo palco de peças que

<sup>98</sup> AHMSM, *A Razão*, 24 de agosto de 1965, p. 5-6.

<sup>99</sup> Conforme foram designados na matéria do jornal *A Razão*. Ibid.

<sup>100</sup> AHMSM, *A Razão*, 22 de dezembro de 1965, p. 6.

<sup>101</sup> AHMSM, *A Razão*, 16 de abril de 1966, p. 6.

<sup>102</sup> AHMSM, *A Razão*, 16 de abril de 1966, p. 5.

<sup>103</sup> Segundo notícia do dia 03 de outubro de 1967: “Desde 1965 não se realiza na União Santamariense dos Estudantes o concurso de Rainha da USE”. AHMSM, *A Razão*, 03 de outubro de 1967, p. 6.

<sup>104</sup> Cf. “Também é pensamento da diretoria atual fazer realizar os Jogos da Primavera, cujo certame foi efetivado pela última vez em 1964”. Ibid.

<sup>105</sup> AHMSM, *A Razão*, 29 de setembro de 1965, p. 5.

<sup>106</sup> Os entrevistados que questioneei afirmaram não se recordarem dessa gestão.

<sup>107</sup> AHMSM, *A Razão*, 9 de fevereiro de 1967, p. 2; AHMSM, *A Razão*, 16 de fevereiro de 1967, p. 2; e AHMSM, *A Razão*, 24 de fevereiro de 1967, p. 2.

alcançaram grande repercussão. Contudo, os secundaristas só voltarão a ser notícia durante os acontecimentos de 1968, como veremos no Capítulo 3.

### 1.3 O Grupo Vanguarda Cultural: Arte e Política nos Anos 1960

Fundado em outubro de 1964, o Grupo da Vanguarda Cultural (GVC) representou em Santa Maria a convergência entre arte e política que vinha se desenvolvendo entre as esquerdas estudantis no Brasil.

Vários autores destacam que desde os anos 1950 e, sobretudo, na década seguinte, frutificou no País o debate sobre a função social da arte. Os militantes buscavam alternativas à arte produzida pela e para as classes dominantes. O objetivo era construir uma arte engajada, que expressasse os problemas fundamentais pelos quais passava o Brasil. A produção deveria ser voltada para o “povo”, entendido como o conjunto dos grupos e classes com potencial para fazer as reformas necessárias.

Nesse sentido, em 1962 era criado o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. O CPC da UNE produziu literatura de cordel, discos de música popular, livros, cinema e teatro engajado. As peças produzidas eram apresentadas não só nos teatros, mas nas praças, ruas, sindicatos. Essa agitação artística foi muito forte até o Golpe Civil-Militar de 1964, situando-se dentro do contexto da luta pelas Reformas de Base.

Se os autores concordam quanto à efervescência do debate e das iniciativas culturais do período, diferem na interpretação de seu significado e eficácia. Heloísa Buarque de Hollanda foi uma das primeiras a realizar uma revisão crítica sobre o trabalho do CPC. No livro *Impressões de Viagem*, publicado em 1980, analisando o *Anteprojeto do Manifesto do CPC*, escrito pelo sociólogo Carlos Estavam Martins, a autora considerou que o mesmo:

Trata-se, claramente, de uma concepção da arte como instrumento de *tomada de poder*. Não há lugar aqui para os "artistas de minorias" ou para qualquer produção que não faça uma opção de público em termo de "povo". A dimensão coletiva é um imperativo e a própria tematização da problemática individual será sistematicamente recusada como politicamente inconsequente se a ela não se chegar pelo problema social.<sup>108</sup>

O tipo de arte defendida no manifesto, portanto, não abria margem para qualquer expressão que estivesse além do projeto político popular e revolucionário. Além disso, segundo Heloísa:

---

<sup>108</sup> HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 19. Grifos no original.

Ao reivindicar para o intelectual um lugar *ao lado do povo*, não apenas se faz paternalista, mas termina - de forma "adequada" à política da época - por escamotear as diferenças de classes, homogeneizando conceitualmente uma multiplicidade de contradições e interesses. A necessidade de um "laborioso esforço de adestramento à sintaxe das massas" deixa patente as diferenças de classe e de linguagem que separam intelectual e *povo*. Esse esforço de adestramento resulta inútil, pois como diz Adorno, a doutrina que se defende exige a linguagem do intelectual. A despreensão e a simplicidade de seu tom são uma ficção. A linguagem do intelectual travestido em povo trai-se pelos signos de exagero e pela regressão estilizada a formas de expressão provinciais ou arcaicas.<sup>109</sup>

Dessa forma, a pretensão de uma arte popular revolucionária seria uma ilusão. Não haveria possibilidade para o artista engajado expressar conscientemente a subjetividade do “povo”, a não ser como caricatura. Não se tratava apenas de uma “opção” pelo “povo”, como solicitado pelo manifesto.

As críticas às formulações teóricas do CPC também partiram de Marilena Chauí, em um texto escrito em 1980 e publicado pela primeira vez em 1983. Nele a autora focaliza o já citado manifesto, bem como os volumes da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, editado pela *Civilização Brasileira* em parceria com o CPC. O estudo enfatiza, entre outras questões, o aspecto “vanguardista” e “populista” presentes nesses materiais. De acordo com ela:

Em certo sentido, esse resultado é também inevitável em decorrência da concepção que os autores possuem do destinatário. Sendo *Cadernos do Povo Brasileiro*, o povo é, ao mesmo tempo, objeto e destinatário. Ora, quanto *objeto*, é apresentado pelos textos como inconsciente, alienado, passivo, desorganizado, em suma, figura acabada da falsa consciência carecendo por isso de uma vanguarda que o oriente e conduza. Essa imagem faz com que os autores se dirijam ao povo como dirigentes dele, uma vez que na definição de vanguarda todos são unânimes em incluir os intelectuais e, portanto, a si mesmos.<sup>110</sup>

A “pedagogia autoritária”<sup>111</sup> dos *Cadernos* visava mais a persuasão dos leitores do que o “esclarecimento” e a “discussão”.<sup>112</sup> Marilena Chauí, portanto, atribui aos documentos um caráter de vanguarda e de manipulação populista: os intelectuais e artistas, enquanto parte consciente do povo, deveriam convencê-lo e liderá-lo.

Enquanto os trabalhos de Heloísa Buarque de Hollanda e Marilena Chauí construíram suas críticas a partir das construções teóricas dos artistas e intelectuais engajados, Manoel T. Berlinck apresentou um estudo que relacionava essas concepções dentro da trajetória do CPC e vinculado às suas realizações. O autor destaca, por exemplo, iniciativas anteriores de produção artística engajada, sobretudo o Teatro de Arena e o Teatro Paulista do Estudante (TPE). O Teatro de Arena havia sido fundado em 1953 a partir da iniciativa de formandos da primeira turma da Escola de Arte Dramática, destacando-se os nomes de José Renato e

<sup>109</sup> HOLLANDA, 1991 p. 19.

<sup>110</sup> CHAUÍ, Marilena. *Seminários*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 83.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 75.

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 83.



Chandó Batista. As peças montadas pelo Arena ganharam um caráter mais nitidamente político a partir do contato com o TPE, fundado em 1955 e que teve a participação de estudantes secundaristas ligados ao PCB, como Oduvaldo Vianna Filho e Gianfrancesco Guarnieri. Os dois acabaram posteriormente ingressando no Arena. A renovação desse se completou com a vinda de Augusto Boal, cujas inovações estéticas seriam importantes para desenvolver a identidade do grupo.<sup>113</sup>

O estudo da trajetória e da produção permitiu a Berlinck compreender as dificuldades que o CPC enfrentou para atingir o “público popular”. Uma delas eram os espaços onde se apresentavam as peças de teatro. Mesmo quando eram interpretadas em sindicatos, o público era formado, sobretudo, pelas lideranças operárias e não pela massa. Os teatros de periferia eram locais em potencial, mas muitos pertenciam ao governo do Rio de Janeiro, chefiado então por Carlos Lacerda, que impunha entraves ao CPC. Uma carreta que funcionava como palco móvel chegou a ser construída e utilizada algumas vezes, mas mesmo neste caso havia dificuldades, pois se necessitava de autorização para estacioná-la em via pública.

Outra dificuldade era relacionada à tensão entre forma e conteúdo. Havia uma preocupação dos artistas engajados com a capacidade de comunicação de suas obras. Foi o que levou os membros do CPC a buscarem “formas populares para vestirem os conteúdos de suas mensagens”, o que se baseava numa distinção “perigosa e equivocada [...] entre forma e conteúdo”.<sup>114</sup>

Na conclusão do livro o autor reconhece que:

O CPC começou com uma proposta formalizada de alteração da consciência popular brasileira e seus membros, por não pertencerem às classes populares e por viverem numa sociedade autoritária, onde a distância entre as classes é muito grande, tinham uma visão exterior e isolada tanto da consciência popular como das possíveis maneiras de alterá-la.<sup>115</sup>

No entanto:

Os membros do CPC não podiam conhecer *a priori* a consciência popular e as maneiras de alterá-la pois, sendo de outra classe e estando distantes do povo, ainda lhes faltava a prática correspondente. O CPC (o saber que o CPC representa) só podia ser produto de sua prática.<sup>116</sup>

Uma revisão crítica das atividades do CPC, por conseguinte, não pode se ater somente às suas formulações teóricas. É preciso entender a inserção prática dessa arte engajada. É na prática que as teorias são testadas e reformuladas e a experiência do CPC gerou outras

<sup>113</sup> BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papyrus, 1984, p. 11-22.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 94.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 108.

<sup>116</sup> *Ibid.*, p. 110.

reflexões e outras formas de atuação. No entanto, é preciso ressaltar que o Golpe de 1964 fez encerrar as atividades do grupo. A arte engajada pôde continuar, mas através de outras iniciativas e já sob novas condições. O diálogo com o movimento operário se tornou muito mais difícil.

Em estudos mais recentes, autores como Miliandre Garcia e Marcos Napolitano tem reafirmado a necessidade de analisar a produção artística do CPC, bem como as divergências entre os militantes que buscavam produzir uma arte política e socialmente comprometida.<sup>117</sup> O *Anteprojeto do Manifesto do CPC* não pode ser tomado como a “síntese da produção artística dos anos 1960”, mas sim ser entendido como uma “carta de intenções”, como uma reflexão que serviu como ponto de partida para as atividades da entidade.<sup>118</sup> Oduvaldo Viana Filho, num artigo publicado ainda em 1962, “discordava da superioridade da ‘arte popular revolucionária’ e da separação entre arte popular e arte burguesa”.<sup>119</sup> Os cineastas do Cinema Novo, por sua vez, não aceitavam restringir a “expressividade autoral” diante do compromisso de comunicabilidade com o povo. Ao contrário, trava-se de unir crítica social com renovação estética e produção autoral.<sup>120</sup>

Outro aspecto ressaltado por Miliandre é que aqueles que avaliaram como ineficaz a ação do CPC não aprofundaram os seus objetivos e conceitos. Se o desejo manifesto era uma aproximação com o “povo”, não significava que isso deveria ser atingido imediatamente. Em primeiro lugar, não havia propriamente um plano de ação definido de antemão. Trava-se, de acordo com Miliandre, de atividades de “caráter amador e experimental”.<sup>121</sup> Em segundo lugar, a arte engajada era pensada como um processo em dois movimentos: a conscientização dos próprios intelectuais e estudantes, por um lado, e a conscientização do “povo”, por outro.<sup>122</sup> O segundo movimento pode não ter se realizado, em parte pelas dificuldades de comunicação com o “povo” e em parte pela interrupção ocasionada após o Golpe. O primeiro, no entanto, teve bons resultados. Através da UNE-Volante, caravana estudantil que percorreu todo o País, em 1962, o CPC pôde apresentar suas peças para um grande público universitário. Isso incentivou a criação de outros Centros Populares de Cultura, vinculados

---

<sup>117</sup> Cf. GARCIA, Miliandre. *Do Teatro Militante à Música Engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007; NAPOLITANO, Marcos. Forjando a Revolução, remodelando o mercado: arte engajada no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*. Volume 2: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 585-617.

<sup>118</sup> GARCIA, 2007, p. 31.

<sup>119</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>120</sup> NAPOLITANO, 2007, p. 604.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 126. Esse elemento vai ao encontro das ideias discutidas por Berlinck sobre a relação entre prática e teoria.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 44.

aos centros e federações acadêmicas e uniões estaduais e municipais de estudantes de grau médio e superior. Em Santa Maria, por exemplo, a USE criou um Centro Popular de Cultura na gestão de João Gilberto (1963-1964).<sup>123</sup>

O conceito de “povo” também pode ser relativizado. Os críticos costumam considerar a arte engajada desse período como elaborada pela classe média intelectualizada, externa ao “povo” que pretendia conscientizar. No entanto, o conceito de “povo” discutido naquele momento compreendia o conjunto das classes e grupos sociais que pudessem colocar em movimento as reformas de base e, em última instância, agirem como os sujeitos históricos da “Revolução Brasileira”. Entre as esquerdas havia divergências sobre quem seriam esses grupos e classes potencialmente revolucionários, sobretudo quanto à posição da chamada “burguesia nacional” e sua contradição, ou não, com o imperialismo norte-americano e a burguesia internacional. No entanto, de forma genérica a categoria de “povo” incluía camponeses, proletários, estudantes e setores da classe média.<sup>124</sup> Estudantes e intelectuais, portanto, se viam como parte do “povo”, mesmo que, às vezes, enquanto vanguarda dele. Desse modo, conscientizá-los, em parte, conscientizar o “povo”.

Todavia, o objetivo das esquerdas que produziam arte engajada não se restringia a arregimentar militantes entre a classe média. Mesmo se entendendo como “povo”, muitas vezes usavam essa palavra, ou o adjetivo “popular”, para significar especificamente os camponeses e proletários. João Nascimento, falando sobre a transição da militância no Movimento Estudantil secundarista para a formação do GVC em Santa Maria, afirma, nesse sentido, que: “há aí um processo de ampliação, classe média. Mas o que nos interessava mesmo não era a classe média, era o proletariado”.<sup>125</sup> O GVC, portanto, agregava intelectuais e artistas, além dos estudantes, atingindo setores da classe média. Porém, o que se pretendia era atingir o proletário. No caso de Santa Maria, o alvo principal imaginado eram os ferroviários.

As atividades do GVC, contudo, acabaram se concentrando mais nos espaços ocupados por estudantes e pela classe média, inclusive por limitações colocadas pela conjuntura política. O grupo havia se formado após o Golpe e, desse modo, precisava enfrentar as restrições colocadas por ele. A derrubada de João Goulart pela coalizão civil-militar golpista não impediu a produção artística engajada, mas diminuiu a possibilidade de contato com proletários e camponeses. Segundo Marcos Napolitano:

---

<sup>123</sup> AP-JGLC, *Relatório Gestão 63-64 – União Santamariense dos Estudantes (USE)*, p. 14.

<sup>124</sup> GARCIA, 2007, p. 41-43.

<sup>125</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

O Golpe Militar não diluiu a efervescência no meio teatral. Depois da perplexidade inicial, os dramaturgos de esquerda reagiram de maneira vigorosa, mas já impedidos de ampliar seu público para além das classes médias e dos estudantes, pois os frágeis elos da esquerda artística e intelectual com os movimentos populares tinham sido rompidos devido à repressão dos militares, e aí não foi preciso esperar até o Ato Institucional nº 5 para a ditadura mostrar toda a sua violência.<sup>126</sup>

Assim sendo, a partir de abril de 1964 o contato com o proletariado se tornou difícil, mas isso não significava a interrupção das atividades artísticas das esquerdas. Ao contrário. Diante da desmobilização dos movimentos sociais que protagonizaram as lutas pelas reformas, a cultura passava a ser um campo privilegiado de luta. Para Marcelo Ridenti:

Após o Golpe de 1964, os artistas não tardaram a organizar protestos contra a ditadura em seus espetáculos. Ainda mais porque os setores populares foram duramente reprimidos e suas organizações praticamente inviabilizadas, restando condições melhores de organização política especialmente nas camadas médias intelectualizadas, por exemplo, entre os estudantes, profissionais liberais e artistas. Esse período testemunharia uma super politização da cultura, indissociável do fechamento dos canais de representação política, de modo que muitos buscavam participar da política inserindo-se em manifestações artísticas.<sup>127</sup>

Essa percepção da cultura como o espaço possível de manifestação política esteve presente na formação do GVC. Nas palavras de João Nascimento:

Na verdade, nós éramos uns principiantes em literatura. Mas nós nos reuníamos todos os dias, todas as noites, discutindo literatura, poesia, crônica, romance, poesia, política, sobremodo. Mais política do que outra coisa. Mas daí... os espaços de atuação que tinham era quase nenhum... Com o Golpe, o nosso espaço diminuiu. Nós já não tínhamos a mesma mobilidade. Então a literatura passou a ser um instrumento de divulgação das nossas ideias. E aí a Vanguarda ganhou também uma página no jornal *A Cidade*, onde nós publicávamos contos, poesias crônicas, fazíamos crítica literária, crítica de artes plásticas, entende?<sup>128</sup>

Dos estudantes que integraram o grupo, muitos haviam tido uma participação bastante ativa no movimento secundarista. O Golpe, de certa forma, acabou limitando as formas de ação, que se dirigiram para as atividades artísticas.

A reunião de fundação do GVC aconteceu em outubro de 1964, na sede da USE, de cuja gestão alguns de seus membros faziam parte. Quatorze pessoas assinaram a ata: Eliezer Moreira Pacheco, ex-presidente da USE; James Pizarro, estudante de agronomia; José Luiz Duarte; Tarso Fernando Genro, estudante da Escola Agrotécnica; Luiz Alberto Rodrigues, secundarista; Délcio Marques; Carlos Alberto Robinson, secundarista e membro da gestão da USE; João Nascimento da Silva, também secundarista; Carlos Renato Mello; Heber Moacir

<sup>126</sup> NAPOLITANO, 2007, p. 597. Ver também HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e Participação nos Anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 23-24; e RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2010, p. 73.

<sup>127</sup> RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: Ferreira, Jorge; Almeida Neves Delgado, Lucília. (Org.). *O Brasil Republicano, volume 4: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 143.

<sup>128</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

dos Santos, secundarista; Tasso Trevisan; Adalberto Villa Real, ex-presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Manoel Ribas; Dartagnan Luiz Agostini, secundarista; e Milton Saldanha Machado, jornalista.<sup>129</sup> Na ocasião foi realizada uma votação para decidir que dirigiria o grupo. Optou-se que os quatro mais votados (Eliezer, James, Tarso e José Luiz) comporiam a direção por um ano, cujos cargos seriam revezados a cada três meses.<sup>130</sup> Em novembro, definia-se Tarso Fernando Genro como primeiro presidente do GVC.<sup>131</sup>

Nos meses seguintes, novos nomes se somavam ao grupo, nem sempre integrando o corpo de membros, mas participando como colaboradores ou como convidados nas atividades. Pedro Freire Jr., um conhecido teatrólogo da Cidade, em dezembro, assumia a responsabilidade pela possível edição de uma “revista cultural”.<sup>132</sup> Em janeiro de 1965, o GVC decidiu organizar “uma série de conferências para membros do grupo sobre arte, poesia moderna, teatro e literatura”, cujos palestrantes seriam, além de Freire Jr., o poeta Prado Veppo e o artista plástico Eduardo Trevisan.<sup>133</sup> Trevisan também fez diversas gravuras para o grupo, que figuraram em capas das revistas e dos livros editados e Prado Veppo chegou a estar envolvido, juntamente com Freire Jr., na organização de uma coletânea de poetas santamarienses.<sup>134</sup>

O grupo aprovou seu estatuto em dezembro de 1964. Ele definia a composição da diretoria por quatro membros que deveriam se revezar a cada três meses na função de presidente. Após completar um ano, novas eleições deveriam ser realizadas. O estatuto estabelecia duas reuniões ordinárias por mês, além de criar quatro departamentos: literatura, artes plásticas, teatro e cinema.<sup>135</sup> Em maio de 1965, os departamentos foram redivididos: diretoria, editora, publicidade, biblioteca, teatro, artes e rádio.<sup>136</sup> No mês seguinte uma nova reformulação, agora com a aprovação de um novo estatuto: literatura, artes, teatro, cinema e estudos e debates.<sup>137</sup>

Este novo estatuto afirmava em seu artigo 1º que “o Grupo de Vanguarda Cultural tem por finalidade difundir o promover cultura”.<sup>138</sup> Não está expressa no documento uma posição política. No entanto, no primeiro número da *Revista Vanguarda*, afirmava-se que o grupo

<sup>129</sup> Não foi possível identificar a ocupação de todos os membros.

<sup>130</sup> AP-JN, *Livro de Atas do Grupo da Vanguarda Cultural*, Ata de Fundação, 31 de outubro de 1964.

<sup>131</sup> *Ibid.*, Ata n. 1, 14 de novembro de 1964.

<sup>132</sup> *Ibid.*, Ata n. 2, 8 de dezembro de 1964.

<sup>133</sup> *Ibid.*, Ata n. 7, 11 de janeiro de 1965.

<sup>134</sup> *Ibid.*, Ata n. 20, 14 de agosto de 1965.

<sup>135</sup> *Ibid.*, Ata n. 4, 21 de dezembro de 1964.

<sup>136</sup> *Ibid.*, Ata n. 13, 15 de maio de 1965.

<sup>137</sup> *Ibid.*, Ata n. 16, 5 de junho de 1965.

<sup>138</sup> *Ibid.*.

tinha como objetivo “forçar o surgimento de uma nova geração de intelectuais mais atuante, mais integrada no sentimento popular e mais preparada para assumir o lugar que lhes cabe na busca do desenvolvimento, não só cultural mais econômico e social do Brasil”.<sup>139</sup> O compromisso social e político estava explícito e o conteúdo do texto lembra bastante o engajamento do CPC: os intelectuais “integrados no sentimento popular”.

As reuniões do grupo não se destinavam apenas a discutir questões organizativas e de planejamento. Nos encontros eram recitadas poesias ou apresentados trabalhos sobre obras literárias, escritores, ou sobre outras temáticas ligadas à arte. Na segunda reunião após a fundação foi exposto o primeiro estudo, de autoria da Tasso Trevisan, versando sobre “Arte Moderna”.<sup>140</sup> Em todo o período de atividade do grupo foram apresentados e debatidos, entre outros, os trabalhos: *Obra e Vida de Castro Alves*, por James Pizarro;<sup>141</sup> *Algumas considerações sobre o Sr. Embaixador, de Érico Veríssimo* e *Arte pela Arte e Arte Engajada*, por Tarso Genro;<sup>142</sup> e *Lições do Abismo, de Gustavo Corção*, por João Nascimento.<sup>143</sup>

Um dos campos em que o grupo se destacou foi na poesia. Além das declamações que eram feitas pelos membros, o grupo chegou a editar dois livros. O primeiro deles foi *Saudade Branca*, de autoria de João Nascimento. O livro foi impresso pela Editora Palotti, mas levava o selo da Editora Vanguarda e tinha o apoio da USE. Com capa de Eduardo Trevisan, a obra foi lançada dia 20 de fevereiro na USE e 28 de fevereiro pelo GVC.<sup>144</sup> O livro teve lançamentos também em Rio Grande, São Leopoldo e São Paulo.<sup>145</sup> Para abril estava programada uma antologia de poetas da Cidade que, conforme já foi dito, seria organizado por Freire Jr. e Prado Veppo, dois intelectuais conhecidos em Santa Maria.<sup>146</sup> O livro foi finalmente publicado em outubro de 1965 e sua organização ficou a cargo de Tarso Fernando Genro e Luiz Alberto Rodrigues.<sup>147</sup> O atraso e as mudanças foram resultados de desentendimentos entre Prado Veppo e Freire Jr., conforme relatado na ata do dia 14 de agosto de 1965:

Pedro Freire abordado sobre os motivos que o levaram a afastar-se do Grupo, falou: outrora fora convidado para fazer uma Antologia de Vanguarda pelos membros do GVC e, durante os ensaios iniciais, travou acirrada discussão com o poeta Prado Veppo. Disse que aqui defendeu o Grupo e, quando outros tomaram a iniciativa de realizar tal Antologia, devido a falta de tempo seu, que os mesmo convidaram

<sup>139</sup> AP-JN, *Revista Vanguarda*, n. 1, ano 1, p. 3.

<sup>140</sup> AP-JN, *Livro de Atas do Grupo da Vanguarda Cultural*, Ata n. 2, 8 de dezembro de 1964.

<sup>141</sup> *Ibid.*

<sup>142</sup> *Ibid.*, Ata n. 17, 26 de junho de 1965.

<sup>143</sup> *Ibid.*, Ata n. 22, 11 de setembro de 1965.

<sup>144</sup> *Ibid.*, Ata n. 8, 2 de fevereiro de 1965.

<sup>145</sup> AP-JN, recortes de jornais, sem data e sem identificação.

<sup>146</sup> AP-JN, *Livro de Atas do Grupo da Vanguarda Cultural*, Ata n. 8, 2 de fevereiro de 1965.

<sup>147</sup> *Ibid.*, Ata n. 23, 1º de outubro de 1965.

aquele poeta para integrar a mesma. Com isto ficou profundamente magoado e, não querendo afrontar os fatos que o abateram no meio do Grupo e por parte deste, revelou que estará sempre à disposição do Grupo de Vanguarda Cultural.<sup>148</sup>

A redação da ata está um pouco confusa, mas Freire Jr. não só entrou em atritos com o poeta Prado Veppo como ficou magoado e se afastou do grupo quando soube que este último integraria a seleção de autores publicados na antologia, que agora era organizada por outras pessoas. O motivo da mágoa seria que, na briga entre os dois autores, Freire Jr. teria tomado partido do GVC.

Freire Jr. esteve envolvido também na produção da peça *A Respeitosa*, talvez a realização de maior impacto do grupo. A peça foi escolhida para ser apresentada na inauguração do Teatro da USE, construído na sede da entidade e que levava o nome de Teatro Paschoal Carlos Magno. O texto escolhido era de autoria de Jean Paul Sartre e tinha o título original de *A Prostituta Respeitosa*, mas teve seu nome mudado para não causar polêmica. A montagem foi uma colaboração do GVC, da USE e do DCE, que atuaram sob o nome de Tríplice Aliança Cultural (TAC). No folheto da peça, o TAC definiu a contribuição de cada um, bem como os objetivos da aliança:

A USE construiu um teatro; a Vanguarda formou um elenco; a DCEUSM tem prestígio universitário que seu conjunto (o TU) forjou através de três anos de sucesso contínuo e só parou porque, acintosa e inexplicavelmente, fecharam sua sede, a Sala “João Belém”. E vamos colaborar um com os outros. Os três farão teatro, numa produção TAC e numa promoção individualizada. Os três vão buscar recursos. Os três vão unir elencos, para encenações mais ambiciosas. Os três poderão gritar mais longe e mais alto. Isso é o TAC. / Foi muito simples, a União. Não será fácil o combate à indiferença, ao comodismo, à inveja alheia. Mas de uma coisa temos certeza: por mais que o ganido nos rodeie, estaremos sempre ouvindo vozes mais serenas...<sup>149</sup>

O folheto também fornece uma explicação de porque a peça escolhida foi essa.

“A respeitosa” é uma peça moral. De alta e cristã moralidade. É protesto contra a deturpação dos princípios espiritualistas de que Deus fez o homem à sua imagem e semelhança; de que todos somos irmãos. É a tribuna contra os falsos – mais do que falsos, estúpidos – preconceitos de cor da pele. É a revolta contra uma situação social aberrante, que, pisoteando sobre uma democracia, criou a segregação racial e levou pobres infelizes ao prostíbulo. É grito contra os que fizeram o homem escravo de outro homem e a mulher cloaca de suas mazelas. / Esse protesto, essa tribuna, essa revolta, esse grito, é de Sartre, mas também é nosso. É de todo o ser que respeita e quer respeitar a dignidade humana, quer seja ele cristão ou ateu; político ou apolítico; espiritualista ou materialista. É do homem que participa de seu tempo. É do jovem. É do jovem que sabe-se futuro e história.<sup>150</sup>

*A Respeitosa* não foi escrita por um brasileiro e não falava sobre a realidade imediata do País. Também não tinha um caráter explícito de crítica política. No entanto, a crítica social

<sup>148</sup> AP-JN, *Livro de Atas do Grupo da Vanguarda Cultural*, Ata n. 20, 14 de agosto de 1965.

<sup>149</sup> AP-JN, *Folheto da Peça A Respeitosa*.

<sup>150</sup> Ibid.

estava presente. Além disso, Sartre era um dos principais representantes da intelectualidade engajada, muito influente entre as esquerdas brasileiras, inclusive a partir de suas reflexões sobre o engajamento literário.<sup>151</sup> Assim, para o TAC, “teatrar” é “como escrever para Jean Paul: não é fruto de compulsão, mas, antes de mais nada, do deliberado desejo de participar dos debates sobre os grandes problemas de nossa época”.<sup>152</sup>

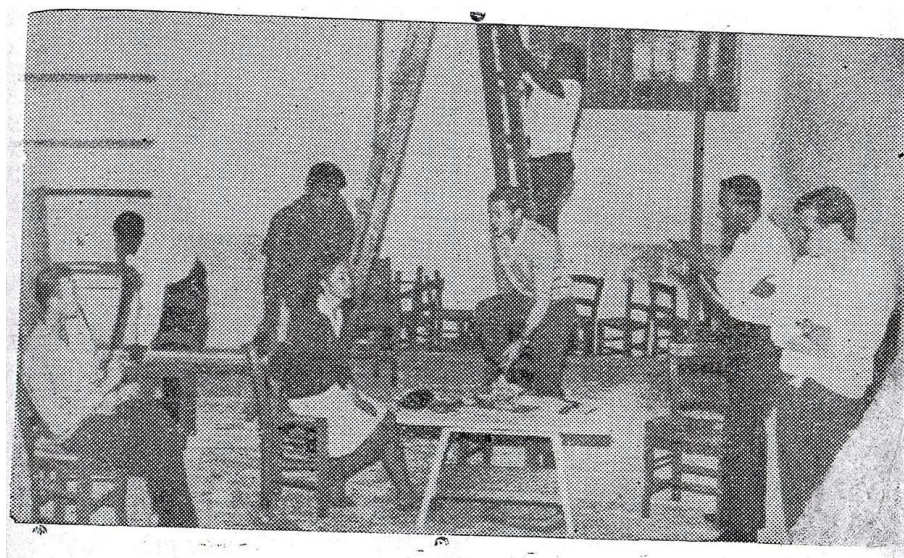


Figura 2 – Ensaios da peça *A Respeitosa*, com o Teatro da USE ainda em construção  
Fonte: Acervo Pessoal de Dalcione Paulo Rambo, *Relatório Gestão 64-65 – União Santamariense dos Estudantes (USE)*.

A peça, que teve a direção de Freire Jr., estreou no dia 8 de maio de 1965. A organização conseguiu trazer para Santa Maria o patrono do Teatro da USE, Paschoal Carlos Magno. Diplomata, poeta e teatrólogo, Paschoal criou e dirigiu o Teatro do Estudante do Brasil, em 1938, e era uma figura respeitada pela sua dedicação às artes.<sup>153</sup> Foi recebido com pompa em sua chegada à Cidade, contando com a presença de autoridades, além de ser homenageado com um desfile da Banda Marcial da Escola Manoel Ribas. No dia seguinte à inauguração do teatro, um banquete lhe foi oferecido no Clube Caixeiral.<sup>154</sup>

O grupo fez outras apresentações da peça, que receberam ampla e favorável cobertura da imprensa local. O jornal *A Razão*, que em geral apresentava posturas conservadoras, publicou um editorial assinado elogiando a montagem:

<sup>151</sup> GARCIA, 2007, p. 34.

<sup>152</sup> AP-JN, *Folheto da Peça A Respeitosa*.

<sup>153</sup> PASCHOAL Carlos Magno. Disponível em: < [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paschoal\\_carlos\\_magno](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paschoal_carlos_magno)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

<sup>154</sup> AHMSM, *A Razão*, 8 de maio de 1965, p. 6.



Fomos ao Teatro da USE assistir “A Respeitosa”, e a todos os respeitos gostamos do espetáculo: gostamos da peça, que é um Golpe mortal contra a “deturpação dos princípios espiritualistas de que Deus fez o homem a sua imagem e semelhança”, e gostamos do seu desempenho. Houveram-se a contento seus intérpretes. / As deficiências materiais com que ainda luta o teatro estudantil não impediram o desenvolvimento do enredo pelo conjunto amador. Diálogos desenvolvidos e claros e jogos cênicos oportunos, encarnando cada elemento o seu personagem com saber e desembaraço. / O perfeito entrosamento do conjunto dentro da peça fez jus aos aplausos da assistência satisfeita.<sup>155</sup>

A escolha de uma peça que não abordasse diretamente a situação política nacional me parece que talvez tenha sido uma estratégia para atrair um público maior e receber uma acolhida mais favorável por parte da crítica. O certo é que a peça foi exitosa, com apresentações “quase lotadas” e recebendo espectadores de outras Cidades da Região.<sup>156</sup>

O grupo também trabalhou com outras artes. Em junho de 1965 realizou-se uma exposição de pintores de Santa Maria.<sup>157</sup> Outra exposição de pintura e desenho foi proposta em março de 1966, mas não há registro de que tenha se realizado.<sup>158</sup> O GVC também realizou um “show musical”, denominado “Resolução” e que seguia os moldes do Opinião, misturando música, poesia, teatro e protesto. O espetáculo foi montado em outubro de 1965, por ocasião do primeiro aniversário do grupo.<sup>159</sup>

O GVC procurou criar espaços de comunicação com a sociedade. O grupo tinha uma página no semanário *A Cidade*, onde publicava notícias relacionadas às atividades do grupo, além de crônicas e poesias. Em dezembro de 1964 anunciou-se em reunião que comandariam um programa na Rádio Medianeira, de Santa Maria, a ser apresentado aos sábados.<sup>160</sup> No entanto, o projeto parece não ter seguido em frente com essa emissora.

Em outra reunião realizada em maio de 1965, foi discutida a possibilidade veicular um programa pela Rádio Guarathan, também de Santa Maria.<sup>161</sup> O programa se concretizou, ficando sua elaboração a cargo de Flávio Marcelo Almeida, Joara Cristina e Jomar Cunha,<sup>162</sup> contando posteriormente com a participação de Luiz Alberto Rodrigues como apresentador.<sup>163</sup> O programa parece ter durado apenas até agosto, quando Luiz Alberto pediu substituição. Na ocasião, Carlos Alberto Robinson se ofereceu para assumir a responsabilidade, mas somente

<sup>155</sup> AHMSM, *A Razão*, 25 de maio de 1965, p. 2. Alguns editoriais do jornal eram assinados por “SHEIK”, provavelmente um pseudônimo.

<sup>156</sup> AHMSM, *A Razão*, 27 de maio de 1965, p. 3. Uma caravana de Júlio de Castilhos esteve em Santa Maria para assistir a peça.

<sup>157</sup> AP-JN, *Livro de Atas do Grupo da Vanguarda Cultural*, Ata n. 17, 26 de junho de 1965.

<sup>158</sup> Ibid., Ata n. 27, 5 de março de 1966.

<sup>159</sup> Ibid., Ata n. 23, 10 de outubro de 1965.

<sup>160</sup> Ibid., Ata n. 2, 8 de dezembro de 1964.

<sup>161</sup> Ibid., Ata n. 11, 1º de maio de 1965.

<sup>162</sup> Ibid., Ata n. 12, 8 de maio de 1965.

<sup>163</sup> Ibid., Ata n. 19, 7 de agosto de 1965.

se procurassem outra emissora, pois a Guarathan não apresentaria condições. Além disso, Délcio Marques, concordando com Carlos Alberto, afirmou que o programa não vinha tendo a audiência esperada.<sup>164</sup>

Contudo, a realização mais importante do grupo nessa área foi a publicação da *Revista Vanguarda*. A sua criação já era discutida desde dezembro de 1964, tendo seu projeto ficado a cargo de Freire Jr. Em março de 1965 publicava-se a primeira edição. O editorial que abriu a revista, assinado por Eliezer Pacheco, então presidente do GVC, questiona o “individualismo” intelectual e a produção da “arte pela arte”. Segundo Eliezer:

É comum, nesta fase de organização interna pela qual passa o GRUPO DE VANGUARDA CULTURAL, surgirem perguntas sobre as finalidades do mesmo. Muitos não entendem o que de útil para a sociedade pode trazer um grupo de cultura, onde a imensa maioria do povo não entender sequer o significado desta palavra. Esta incompreensão decorre justamente da atual posição dos intelectuais brasileiros, alheia não só aos debates políticos mas também dos problemas básicos do Brasil. Vivem mergulhados numa literacia vazia, como se o intelectual constituísse uma categoria especial do gênero humano, destinado exclusivamente ao estudo e discussão dos "problemas" literários. Como se não tivessem valor nenhum os testemunhos da história pátria demonstrando-nos que em todos os movimentos patrióticos, hoje consagrados, a intelectualidade ocupou a posição de vanguarda.<sup>165</sup>

Os intelectuais, portanto, deveriam ocupar uma posição de vanguarda, estando sensível aos “problemas básicos do Brasil” e buscando promover cultura. A “mentalidade individualista”, contudo, estaria minando o “meio intelectual”, contribuindo para a “transformação da cultura nacional em alienada”. As inteligências estariam virando mercadorias. A situação brasileira era de “paradoxo”: a democracia se desenvolvia na mentalidade do povo, enquanto os intelectuais, preocupados com a resolução de “querelas literárias”, estavam na retaguarda.<sup>166</sup>

A discussão sobre a função social da arte, que havia frutificado no Brasil a partir dos anos 1950 e que depois se desenvolveu em torno do CPC, era levantada em Santa Maria pelo GVC. Semelhante às reflexões do pré-1964, definia-se uma missão histórica aos intelectuais, qual seja, a de se “integrar no sentimento popular”, pois são eles que, tendo acesso à cultura, podem representar “os pensamentos e aspirações” de um País. Havia, portanto, uma responsabilidade histórica a ser cumprida pela “vanguarda”. Mesmo após o Golpe, portanto, subsistiam as reflexões inspiradas pelo CPC.

Os três números que circularam continham notícias das atividades do grupo e de outras iniciativas culturais que aconteciam na Cidade, resenhas de livros, artigos de opinião, matérias sobre artes plásticas, música, cinema, literatura e textos políticos, alguns escritos

<sup>164</sup> AP-JN, *Livro de Atas do Grupo da Vanguarda Cultural*, Ata n.19, 7 de agosto de 1965.

<sup>165</sup> AP-JN, *Revista Vanguarda*, n. 1, ano 1, p. 3.

<sup>166</sup> *Ibid.*

com pseudônimos. Publicou-se poesias e crônicas, tanto de membros do GVC quanto reproduções de outros autores. As capas das duas primeiras edições continham gravuras de Eduardo Trevisan.

Ao todo foram lançadas três edições. A primeira tinha vinte e oito páginas, número que se elevou para trinta e duas na segunda, caindo para apenas doze páginas na terceira e última edição. A revista iniciou sendo vendida a 150 cruzeiros, mas nas duas edições seguintes o preço passou para 200 cruzeiros. Além do valor da venda, esperava-se que a publicação fosse financiada pelos anunciantes. No entanto, já na primeira edição, na apresentação escrita pelo redator-chefe, Freire Jr., ficavam claras as dificuldades enfrentadas nesse sentido.<sup>167</sup> A revista havia sido planejada como uma publicação mensal, mas a periodicidade não pôde ser cumprida. Na reunião de 7 de agosto de 1965, Tarso Genro falou dos problemas financeiros e pediu para que se fizesse uma campanha de assinaturas, que julgava fundamental para a continuidade da publicação. A última edição circulou em outubro. Em março de 1966 o grupo propunha transformar a revista em um jornal de quatro páginas.<sup>168</sup>

O período de maior atividade do GVC foi até outubro de 1965. Além do esforço de seus membros, uma convergência de fatores locais permitiu o sucesso do grupo. Desde setembro de 1964 a USE era dirigida por uma gestão de esquerda, articulada por militantes que integravam o GVC. Em março de 1965, após um período de intervenção, o DCE da UFSM também estava parcialmente alinhado com as esquerdas. Parcialmente porque, na ocasião, a eleição de presidente e vice era feita separadamente e, naquele momento, os eleitos eram de chapas diferentes. No entanto, foi possível articular parcerias entre as entidades, cujo ápice se deu entre março e agosto de 1965. A partir daí, os apoios se tornaram mais escassos. Em fins de agosto a esquerda era derrotada da USE, o mesmo acontecendo em fins de outubro no DCE. Até então as reuniões do GVC aconteciam na sede da USE ou em uma sala do Teatro Universitário, mas a partir daí passaram a ser realizadas provisoriamente no Centro Cultural do Município. Em março de 1966, na última reunião registrada em ata, este assunto entrou em pauta. Os membros decidiram procurar uma sede própria. Enquanto isso não fosse possível, as reuniões seriam realizadas na casa da então presidente Vera Aguiar.<sup>169</sup> As dificuldades em encontrar espaço físico, parecem refletir os problemas do grupo em manter seu espaço a ação político-cultural, agora sem o apoio da USE e do DCE.

---

<sup>167</sup> AP-JN, *Revista Vanguarda*, n. 1, ano 1, p. 5.

<sup>168</sup> AP-JN, *Livro de Atas do Grupo da Vanguarda Cultural*, Ata n. 27, 5 de março de 1966.

<sup>169</sup> AP-JN, *Livro de Atas do Grupo da Vanguarda Cultural*, Ata n. 27, 5 de março de 1966.

Nas entrevistas que realizei com membros do GVC, foram apresentadas datas diferentes para o fim de suas atividades. Segundo Dartagnan Agostini, ele teria se situado entre 1967 e 1968.<sup>170</sup> João Nascimento acredita que teria durado até 1968<sup>171</sup>, o que é corroborado por Carlos Alberto Robinson,<sup>172</sup> enquanto Luiz Alberto Rodrigues aponta o ano de 1966.<sup>173</sup> Os motivos apontados para a dissolução do grupo também variam. De acordo com Carlos Alberto, o grupo

vai se dissolvendo... ele não chegou a se dissolver formalmente, ele foi perdendo, vamos dizer assim, o *leitmotiv*,<sup>174</sup> que era aquele dos secundaristas... A política secundarista parecia que nos agregava mais, entendeu? E fomos... outra realidade também, outra realidade nossa, de grupo. Mas ele perdurou por muito tempo: 65, 66, 67, 68. Aí em 68 nós já estamos perto da metade do curso, aí tu já começa a ter preocupações mais objetivas também, né? Profissionalmente falando. Aí estamos trabalhando, ou já estamos na política. Em 66 eu já faço, o Tarso e eu já fizemos parte do diretório municipal do MDB, se transforma em MDB com a extinção PTB. Então o Tarso em 68, estudante, é eleito vereador.<sup>175</sup>

Portanto, tratar-se-ia das necessidades profissionais e também de novas formas de ação, por exemplo dentro dos partidos políticos. Luiz Alberto também aponta uma modificação na maneira como eles concebiam a ação política. Teria havido um certo esgotamento das estratégias mais abertas, sobretudo pela repressão. O espetáculo Resolução teria sido censurado quando o grupo foi convidado para montá-lo em Cachoeira do Sul. Ao mesmo tempo, organizações clandestinas passaram a “assediar” parte dos seus membros. Além disso, a criação do Grupo Presença, comandado por Freire Jr., teria enfraquecido o setor teatral do GVC.<sup>176</sup> O Presença foi criado por volta de agosto/setembro de 1965 e contava com a participação de alguns membros do GVC, como Carlos Alberto Robinson. Segundo ele:

Há uma divergência, a Vanguarda e o Grupo Presença, mais por questões de posicionamentos, assim do Tarso um pouco, do Freire, de temperamento talvez. O Presença fica mas alguns não participam do grupo e outros participam dos dois, como eu, participava da Vanguarda e do grupo Presença.<sup>177</sup>

Essas divergências internas, que aparecem pouco na fala dos entrevistados, me parecem ter um papel importante no enfraquecimento do grupo. A primeira foi a que envolveu Freire Jr. na organização da antologia de poesia, mas as atas das reuniões deixam transparecer outros desentendimentos. Em maio de 1965, Délcio Marques levantou o problema da autonomia do Grupo Teatral, considerada por ele como excessiva. Segundo a ata,

<sup>170</sup> AGOSTINI, Dartagnan. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2011.

<sup>171</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>172</sup> ROBINSON, Carlos Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>173</sup> RODRIGUES, Luiz Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>174</sup> Expressão de origem alemã que designa o motivo gerador.

<sup>175</sup> ROBINSON, Carlos Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>176</sup> RODRIGUES, Luiz Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>177</sup> ROBINSON, Carlos Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

Délcio Marques solicitou uma reunião da atual diretoria com a anterior para resolver uma série de atritos surgidos com a formação da Tríplice Cultural, tais como excessiva liberdade do grupo teatral que, segundo suas palavras, “ditava e não acatava condições”, no que foi apoiado por Dartagnan Agostini. Os protestos partiram de Tarso Fernando Genro e Eliezer Pacheco, que havia chegado dez minutos após o início da reunião, em termos de defesa do grupo teatral, os quais houveram por bem concordar com seus outros dois companheiros.<sup>178</sup>

A questão retornou à pauta duas semanas depois: "Dartagnan Agostini levantou a questão do teatro e após acirrada discussão, que, com das outras vezes, não conduziu a resultado nenhum resolveu-se encerrá-la, temporariamente, até que outro resolva abri-la".<sup>179</sup> Em junho de 1965, Heber Santos pediu “licença temporária”, através de um carta na qual, aparentemente, tecia algumas críticas.

Em virtude da natureza considerada agressiva daquela carta debates acalorados se fizeram sentir, partindo de Tarso Fernando Genro e de Délcio Marques a proposição de que se mandasse um ofício àquele missivista em termos de comunicação do recebimento da carta e da aceitação do pedido de licença temporária. No usa da palavra, João Nascimento louvou as qualidades do companheiro Heber Santos ao mesmo tempo que apoiou várias considerações feitas por este último na sua carta.<sup>180</sup>

Ainda nesse mês, Eliezer Pacheco apresentou “severas críticas ao Executivo” do GVC.<sup>181</sup> Em outubro, foi a vez de Dartagnan manifestar seu descontentamento, nesse caso relacionado à qualidade da última edição da *Revista Vanguarda*.<sup>182</sup>

Como se percebe, portanto, surgiram divergências ao longo do período de ação do grupo. Algumas delas parecem ter tido grande impacto, como o afastamento de Freire Jr. e, posteriormente, a criação do Grupo Presença por parte deste. Assim, o GVC perdia um intelectual conhecido na Cidade, bem como via enfraquecido seu setor teatral, que havia realizado a atividade de maior repercussão do grupo, a encenação da peça *A Respeitosa*.

Se o grupo continuou até 1967 ou 1968, é provável que tenha perdido sua face pública. O jornal não registra atividades atribuídas ao GVC após 1965 e o livro de atas das reuniões se encerra no dia 5 de março de 1966. O seu enfraquecimento e dissolução foi ocasionado por diversos fatores: a derrota das esquerdas na USE e no DCE em 1965, o que restringiu o diálogo com as bases secundaristas e universitárias; a ação da repressão, que atingiu o último espetáculo do grupo; as divergências internas entre seus membros, possivelmente maior do que deixam transparecer as entrevistas; a criação do Grupo Presença; as dificuldades financeiras, levantadas em inúmeras reuniões, atrapalhando sobretudo a publicação da revista; a transição para a Universidade ou para o mercado de trabalho, que exigia outros

<sup>178</sup> AP-JN, *Livro de Atas do Grupo da Vanguarda Cultural*, Ata n. 11, 1º de maio de 1965.

<sup>179</sup> Ibid., Ata n. 13, 15 de maio de 1965.

<sup>180</sup> Ibid., Ata n. 16, 5 de junho de 1965.

<sup>181</sup> Ibid., Ata n. 17, 26 de junho de 1965.

<sup>182</sup> Ibid., Ata n. 25, 16 de outubro de 1965.

compromissos; e busca por outras formas de ação, incluindo aí a adesão de alguns aos grupos clandestinos de esquerda.

#### 1.4 Clandestinidade e Dupla Militância

Partidos e organizações políticas também exerciam influência entre os estudantes. Já vimos, por exemplo, a importância da JEC e da JUC no Movimento Estudantil, sobretudo antes de 1964. Já nesse momento outros grupos disputavam espaço. Era o caso do PTB. Entre aqueles que articularam a candidatura de Dalcione Rambo para a USE e fundaram o GVC, vários eram membros da chamada Ala Moça do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Eliezer Pacheco chegou a ser presidente dela. Outros participantes eram João Nascimento, Tarso Genro e Carlos Alberto Robinson. Foi nela que vivenciaram os debates sobre as reformas de base e através do PTB participaram da campanha de Paulo Lauda e Adelmo Genro, pai de Tarso, para a prefeitura de Santa Maria. Após a vitória, Eliezer Pacheco chegou a integrar a administração municipal, interrompida com o Golpe de 1964.<sup>183</sup>

Os estudantes permaneceram no partido até o AI-2, em 1965. Quando o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi formado, participaram dele também. Alguns, como João Nascimento e Carlos Alberto Robinson, faziam apenas a militância aberta, no MDB ou nas iniciativas de caráter cultural como o GVC ou o Grupo Presença. Outros faziam uma “dupla militância”, participando tanto desses espaços oficiais como das organizações clandestinas de esquerda.

Dartagnan Agostini, membro do GVC e estudante de engenharia desde 1965, foi o primeiro deste grupo de militantes a ingressar em uma organização desse tipo. Dartagnan era membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que aos poucos conseguiu reunir Tarso Genro, Tasso Trevisan e Luiz Alberto Rodrigues, todos integrantes do GVC.<sup>184</sup> Por volta de 1967, o PCdoB sofreu uma cisão nacional, formando-se a chamada Ala Vermelha. Esse processo ocorreu também em Santa Maria. O curioso é que, na Cidade, o Partido ingressou todo na Ala Vermelha. Segundo Dartagnan:

aqui em Santa Maria aconteceu o seguinte – todo o Partido aqui entrou na Ala, que foi quase a posição do Rio Grande do Sul, enquanto que em outros estados a Ala surgiu como uma parte pequena do PCdoB. Aqui em Santa Maria ficou só um militante, ficou a favor da coisa, todo mundo foi e no estado praticamente também todo o pessoal que tinha juntou na Ala Vermelha. Os elementos da direção se

---

<sup>183</sup>ROBINSON, Carlos Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>184</sup>RODRIGUES, Luiz Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

afastaram do Partido ou entraram na Ala, então aqui era praticamente a única organização.<sup>185</sup>

Uma vez formada a Ala Vermelha na Cidade, os militantes buscaram uma aproximação com os ferroviários. Faziam panfletagens e discursos entre eles.<sup>186</sup> Como alguns mantinham também uma participação no MDB, em 1968 decidiram tomar parte na articulação para a campanha de Tarso Genro a vereador. Pretendiam assim atingir uma base maior de apoio.<sup>187</sup>

O contato com os ferroviários teria sido bem sucedido, de acordo com Dartagnan. Quando a Ala Vermelha de Santa Maria caiu, a partir da prisão de militantes da organização em Porto Alegre, a informação que a repressão buscava era justamente os contatos do grupo com os ferroviários.<sup>188</sup> Dartagnan e Luiz Alberto Rodrigues foram presos e interrogados sobre esse assunto. Tarso Genro conseguiu se exilar em Rivera, no Uruguai, onde permaneceu por mais de um ano.

Além da Ala Vermelha, as principais organizações que atuava na Cidade eram a AP e o Partido Operário Comunista (POC).<sup>189</sup> A AP havia surgido com a proibição dos católicos da JUC e da JEC de participarem a política estudantil. Foi provavelmente o grupo mais influente nacionalmente no meio estudantil nos anos 1960, sofrendo um progressivo processo de radicalização, o qual levaria parte de seus militantes a formar a Ação Popular Marxista-Leninista (APML).<sup>190</sup>

Por sua vez, a origem do POC no Rio Grande do Sul remonta ao processo de crítica por parte de setores do diretório estadual do PCB quanto a atuação desse no período pré-64 e no desenrolar do Golpe. A partir daí formou-se a chamada Dissidência Leninista, que integraria o POC depois da fusão com setores da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP, conhecida apenas como POLOP). Assim como a Ala Vermelha, o POC buscava ampliar sua base de apoio através de uma aproximação com o proletariado.

O POC tinha inserção entre os secundaristas e os universitários, sobretudo entre esses últimos, e tinha militantes nas Cidades de Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo. Apesar de criticarem o imobilismo do PCB, não realizaram diretamente ações armadas, mas

---

<sup>185</sup> AGOSTINI, Dartagnan. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2011.

<sup>186</sup> Ibid.

<sup>187</sup> RODRIGUES, Luiz Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>188</sup> AGOSTINI, Dartagnan. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2011.

<sup>189</sup> Ibid.

<sup>190</sup> Não consegui entrar em contato com militantes da AP em Santa Maria.

privilegiaram a atuação no Movimento Estudantil bem como os debates teóricos.<sup>191</sup> Nesse sentido, criaram o Movimento Universidade Crítica (MUC) além da Organização Pré-Partidária, onde se estudava marxismo e se avaliava a disposição para a militância. Essa ênfase mais política e teórica gerou descontentamentos entre alguns de seus militantes. Boa parte do núcleo de Passo Fundo, por exemplo, entre eles João Carlos Bona Garcia, rompeu com o POC e ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Na avaliação de Bona Garcia, “o POC era um partido de intelectuais, gente que estava mais para discutir o problema do que realmente para executar”.<sup>192</sup>

Apesar de sustentar a importância do trabalho de base junto aos proletários, a organização teria pouca inserção entre eles. Segundo Gorender, a organização “era pouco operária e muito estudantil e intelectual. Retomou posições estritamente obreiristas, sem concretizar o projeto de atuação efetiva entre os trabalhadores”.<sup>193</sup>

Em Santa Maria o POC também tinha contatos entre os ferroviários, mas eles parecem ter frutificado menos que o trabalho feito pela Ala Vermelha.<sup>194</sup> As estratégias do POC incluíam panfletagens, pichações, comícios relâmpagos, além da arregimentação de novos militantes, de discussões políticas e disputas de diretórios acadêmicos na Universidade.<sup>195</sup> Quando o grupo caiu, os quatro integrantes da executiva municipal foram presos.<sup>196</sup>

Os militantes do POC não fizeram o mesmo caminho dos da Ala Vermelha, de utilizar o MDB como possibilidade de uma ação aberta. No entanto, de acordo com João Gilberto, em 1967 militantes da PCdoB, do POC e da AP participaram conjuntamente da formação de uma entidade cultural, o Centro Estudantil de Cultura (CEC).<sup>197</sup> O CEC permitiria ao mesmo tempo uma articulação das esquerdas e uma ação pública por parte de organizações clandestinas. A fundação do CEC foi, inclusive noticiada pela imprensa local, sem, obviamente, se referir às articulações políticas que estavam por trás dele. Segundo a reportagem do jornal *A Razão*, “Esta nova entidade estudantil – o CEC” congregaria “estudantes universitários e secundários, bem como liberais e intelectuais em categoria

---

<sup>191</sup> Segundo Jorge Fischer, o POC “não praticava a luta armada mas dava-lhe apoio, se não logístico, ao menos propagandístico”. FISCHER, Jorge. *O Riso dos Torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982, p. 112.

<sup>192</sup> GARCIA, J. C. Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um Filho teu não Foge à Luta*. Porto Alegre: Edições Posenato Arte & Cultura, s/d, p. 30.

<sup>193</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987, p. 129.

<sup>194</sup> CORONEL, Luiz Carlos Illafont. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>195</sup> Ibid.

<sup>196</sup> Ibid.

<sup>197</sup> COELHO, João Gilberto Lucas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012. Na realidade o POC só foi formado em abril de 1968. Na ocasião é possível que se tratasse da Dissidência Leninista, grupo que deu origem ao POC no Rio Grande do Sul.



especial de sócios, para promover o crescimento cultural dos estudantes e do povo”.<sup>198</sup> A reunião que lhe deu origem teria contado com “quase uma centena de estudantes”.<sup>199</sup> Ainda de acordo com o jornal:

O Centro Estudantil de Cultura deverá realizar atividades diversas, tais como conferência, exposições, debates, shows musicais, teatro, seminários de estudos e contará para isso, com departamentos diversos, cada um voltado para uma especialidade. Música, artes plásticas, literatura, história, assuntos científicos e outros, serão os departamentos do CEC.<sup>200</sup>

A iniciativa parecia uma tentativa de retomar o trabalho cultural realizado pelo GVC, mas aglutinando várias forças políticas diferentes. João Gilberto Lucas Coelho diz que foi convidado para assumir a direção da entidade para atuar como uma espécie de mediador, visto que a mesma seria composta em 1/3 por membros do PCdoB, 1/3 por membros da AP e 1/3 por membros do POC. Como ele não estava participando de nenhuma organização clandestina, mas era uma liderança estudantil conhecida e com bom trânsito entre todos os grupos, teria a missão de coordenar as diferenças. No entanto, segundo ele, as divergências eram muito grandes e não puderam ser superadas, fazendo com que o CEC tivesse vida efêmera.<sup>201</sup>

Essa tentativa mostra as dificuldades que se colocavam para a esquerda estudantil em Santa Maria já em 1967. No momento em que a esquerda se dividia nacionalmente em diversas organizações diferentes, questões locais como o grande contingente militar, somadas às dificuldades em conquistar a direção das entidades representativas estudantis, sobretudo depois que o Decreto Aragão estabeleceu eleições indiretas em 1967, impossibilitavam ações como passeatas e grandes manifestações, que se intensificavam em outras partes do País. Assim, os eventos de 1968 repercutiram na Cidade, mas com uma feição diferente do que acontecia em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Porto Alegre.

O Movimento Estudantil de esquerda já mostrava nessa época estar entrando em uma nova conjuntura, o que foi sentido de forma bastante intensa nacionalmente com o refluxo das passeatas no segundo semestre de 1968, a prisão das lideranças em Ibiúna, em outubro, e a decretação do AI-5, em dezembro. A partir daí as formas abertas de atuação se tornavam cada vez mais difíceis.

---

<sup>198</sup> AHMSM, *A Razão*, 30 de agosto de 1967, p. 6.

<sup>199</sup> Ibid.

<sup>200</sup> Ibid.

<sup>201</sup> COELHO, João Gilberto Lucas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

## 2 “OS DEMOCRATAS”: O LIBERALISMO ELITISTA ENTRE OS ESTUDANTES

O Movimento Estudantil nos anos 1960 não foi marcado somente pela atuação dos grupos de esquerda. Alguns setores manifestaram simpatia ao Golpe de 1964 e a Ditadura Civil-Militar. Neste capítulo, me dedico aos estudantes liberais elitistas, que tiveram presença significativa em Santa Maria, inclusive conquistando pelo voto a direção das principais entidades representativas da categoria. A impossibilidade de acesso às fontes do DCE-UFSM,<sup>202</sup> bem como as dificuldades em conseguir entrevistas com estes militantes,<sup>203</sup> condicionou a pesquisa para a utilização de duas fontes principais: as atas do Conselho Universitário e os jornais *Correio do Povo* e *A Razão*.

O Conselho Universitário possuía um conselheiro estudantil, que geralmente era o presidente do DCE. Nas atas é possível observar como se posicionavam esses representantes, sobretudo quando os assuntos em pauta atingiam diretamente os estudantes. A maioria dos temas debatidos era de ordem administrativa e, sendo assim, não havia muita participação do representante, mas alguns temas, como a cobrança de passagem do ônibus, geravam intenso debate. Também nas comunicações, que antecediam a discussão da pauta, bem como ao final da sessão, quando se abria a palavra aos conselheiros, podiam aparecer os posicionamentos dos representantes. Cabe destacar ainda que a ata não é uma cópia fiel do que era dito. Muitas vezes, as disputas em torno de alguma questão aparecem resumidas ou mesmo suprimidas, constando apenas os encaminhamentos ou resultados das votações.

Os jornais, por sua vez, são fontes privilegiadas para o estudo desses grupos. Tanto *A Razão* quanto o *Correio do Povo* manifestavam uma opinião favorável à Ditadura e, pelo menos no caso do *Correio do Povo*, da família Caldas Júnior de Porto Alegre, pode-se dizer mesmo que ele tomou parte ativa na conspiração golpista. Sendo assim, não é de se admirar que ambos abram um espaço privilegiado para todos aqueles que criticassem as esquerdas ou fossem simpáticos ao Golpe. Por isso os estudantes “democratas”, como eram chamados os liberais elitistas pela imprensa, tiveram ampla cobertura: suas vitórias eleitorais foram registradas, seus manifestos publicados, editorias de apoio foram escritos. Havia mesmo uma

---

<sup>202</sup> O material do Diretório referente ao período estudado encontra-se em poder de particulares. A atual gestão está em vias de reaver a documentação, mas até o presente momento o caso está sem solução.

<sup>203</sup> Pelas informações que obtive, dois dos presidentes do DCE-UFSM desse período, Evandro Behr e Nelson Schwertner, já faleceram.

desproporção entre as matérias dedicadas a esses setores e as dedicadas aos de esquerda, conforme apontou a historiadora Bruna Neves Alves.<sup>204</sup>

Na primeira parte deste capítulo, faço uma discussão conceitual sobre esse setor do Movimento Estudantil, buscando trazer suas raízes ideológicas, a fim de ir além da superfície que denota a sua autodefinição como “democratas”. Na segunda parte, meu objetivo é trazer o desenvolvimento deste grupo no Rio Grande do Sul e como os estudantes locais se articularam com ele, compreendendo, portanto, que, apesar das especificidades, Santa Maria se inseria em um contexto mais amplo de mobilização dos estudantes liberais elitistas. Por fim, na terceira parte, trato da hegemonia conquistada por esta parcela do movimento no DCE da UFSM e, por conseguinte, sua importância no meio universitário.

## 2.1 “Democratas” ou Liberais Elitistas? Uma Discussão Conceitual

A construção do Golpe operou uma inversão discursiva: os sujeitos da ação golpista eram apresentados como os democratas, enquanto os movimentos sociopolíticos populares e das esquerdas eram identificados com pretensões autoritárias. A imprensa se empenhou em demonstrar as ligações de João Goulart e dos trabalhistas como o “comunismo internacional”, e mesmo políticos como Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, foram identificados como “subversivos”. A UNE e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) eram apontados como focos centrais da agitação vermelha no Brasil. Aqueles que gestaram e executaram a conspiração, por sua vez, eram exaltados como defensores dos ideais democráticos, salvadores da Pátria. Democratas passavam a ser todos os que, por um lado, criticassem movimentos, líderes e partidos vinculados às esquerdas e ao trabalhismo, e por outro defendessem a legitimidade do Golpe Civil-Militar.

No dia 08 de abril de 1964, o jornal *Correio do Povo* publicou notícia intitulada “Golpe comunista seria desfechado a 1º de maio”. Segundo ela, os Países totalitários, a partir de agentes “soviéticos, chineses e castristas” infiltrados no governo Goulart, estariam planejando a invasão do Brasil para o Dia do Trabalho, tendo o Comício de 13 de março sido uma preparação para a “eclosão do movimento”.<sup>205</sup>

---

<sup>204</sup> Bruna Alves se dedicou a analisar os discursos construídos pela mídia impressa do Rio Grande do Sul sobre o Movimento Estudantil, constatando a existência de uma significativa diferença de tratamento entre os estudantes que apoiavam e os que se opunham à Ditadura. Cf. ALVES, Bruna Neves. *O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

<sup>205</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 8 de abril de 1964, p. 4.

Dez dias depois, os ataques se direcionaram a Leonel Brizola. O ex-governador do Rio Grande do Sul teria uma lista das pessoas que seriam assassinadas quando o suposto golpe programado para 1º de maio se efetivasse. As ações seriam levadas a cabo pelos Grupos dos Onze, cujos membros teriam formação em guerrilha. A comprovação desses intentos consistiria em documentos apreendidos no escritório de Brizola.<sup>206</sup> O movimento seria financiado pelo governo cubano, que já havia cedido cinco milhões de dólares.<sup>207</sup>

Em junho de 1964, os direitos políticos de Juscelino Kubitschek foram cassados. A justificativa centrava-se na corrupção praticada pelo ex-presidente, bem como na suposta aliança dele com o Partido Comunista. Segundo reportagem do *Correio do Povo*, Goulart e Kubitschek teriam firmado acordo com o PCB para as eleições de 1955, que incluía o pagamento de Cr\$ 20 milhões.<sup>208</sup>

No mesmo mês, Jânio Quadros era acusado de conspirar contra o governo português. Jânio teria se aliado ao líder comunista Álvaro Cunhal e ao general Humberto Delgado, que preparavam uma revolução com o objetivo de derrubar Antônio Salazar. O movimento, fracassado, estaria marcado para primeiro de janeiro de 1962.<sup>209</sup>

As denúncias atingiam todos os políticos que poderiam liderar um processo de resistência, tendo como alvo principal as esquerdas e os trabalhistas, mas se estendiam a todos aqueles que não tinham a confiança dos golpistas, seja pelas posições ambíguas ou pela popularidade de que desfrutavam. As acusações atingiam também os movimentos sociopolíticos, as entidades de classe e de categoria, desencadeando um processo de perseguições e expurgos. No Rio Grande do Sul, as entidades que sofreram intervenção incluíam a Viação Férrea,<sup>210</sup> a UGES<sup>211</sup> e a União Estadual de Estudantes (UEE).<sup>212</sup> A Cooperativa da Viação Férrea de Santa Maria<sup>213</sup> e a FEUSM,<sup>214</sup> também foram atingidas.

Esses órgãos eram taxados de subversivos e corruptos. Trava-se de identificar o “inimigo interno”, conforme ensinavam os manuais militares baseados na Doutrina de Segurança Nacional. Segundo a doutrina, a ameaça imediata no Ocidente não era uma guerra declarada tradicional, mas uma “guerra revolucionária”, que atuaria em todos os campos e agiria no interior das nações. O inimigo, portanto, estava dentro das próprias fronteiras agindo

---

<sup>206</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de abril de 1964, capa.

<sup>207</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 30 de maio de 1964, capa.

<sup>208</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 10 de junho de 1964, capa.

<sup>209</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 20 de junho de 1964, p. 3.

<sup>210</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 17 de abril de 1964, p. 4.

<sup>211</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de abril de 1964, p. 9.

<sup>212</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 4 de novembro de 1964, p. 18.

<sup>213</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de abril de 1964, p. 11.

<sup>214</sup> AHMSM, *A Razão*, 7 de abril de 1965, p. 2.

no campo psicossocial, com o objetivo de conquistar ou iludir a população. O combate a esse tipo de iniciativa deveria ser uma guerra total, que atuasse em todos os campos para neutralizar e reverter o avanço do inimigo. O Golpe Civil-Militar, que se construiu a partir desses princípios, precisava se provar legítimo, demonstrando que existia uma subversão escondida e com ampla articulação. Se o inimigo não existia, era preciso inventá-lo.

No entanto, o discurso legitimador não tinha apenas um aspecto negativo. Além de identificar o antagonista, era necessário positivar os protagonistas. Passou-se então à fundação do mito salvacionista. Os civis e militares golpistas seriam exaltados pela imprensa como os guardiões da democracia, os responsáveis por descobrir a trama comunista e impedir a sua efetivação.

Esse aspecto se expressava de forma significativa entre os estudantes. No dia 1º de abril, quando a situação estava ainda indefinida, os estudantes da Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizaram assembleia e elaboraram um manifesto. A opinião defendida era que:

nunca foi, em momento algum da nossa História a democracia no Brasil tão esbulhada, tão desmoralizada, tão espisoteada, como o foi pelo próprio presidente da República; nunca em momento algum esteve o Brasil tão ameaçado no respeito às liberdades democráticas; nunca foi tão necessária uma tomada de posição da classe estudantil em defesa do regime democrático. Face a tudo isso, ficou resolvido dar o nosso integral apoio a todos aqueles que se rebelam contra a implantação do comunismo e permanecer em estado de alerta contra aqueles que querem a derrocada do regime democrático e das liberdades do povo. Outrossim, ficou deliberado que os estudantes de Engenharia não aderirão a qualquer movimento grevista de agitação que tenda a perturbar a tranquilidade do Estado e a colocar os destinos de nossa Pátria em mãos de oportunistas.<sup>215</sup>

Com a vitória definitiva do Golpe Civil-Militar, em 12 de abril era publicado um “Manifesto de Universitários Democratas”. Assinado por acadêmicos da UFRGS e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e por um secundarista, afirmava o apoio irrestrito aos golpistas:

Aplaudimos entusiasticamente as Forças Armadas que, num exemplo admirável de unidade e coesão, souberam dar ao Brasil e ao mundo uma extraordinária lição de civismo e de civilismo, interpretando as verdadeiras aspirações do povo brasileiro, que sempre foi pela **Democracia, contra o Comunismo**. Também aplaudimos os líderes civis do movimento revolucionário, governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Nei Braga, Ildo Meneghetti e outros governadores.<sup>216</sup>

O manifesto segue pedindo pela cassação de Juscelino, que é identificado como “um dos maiores corruptos e corruptores” do Brasil, e termina com o apoio ao Ato Institucional e a “Operação Limpeza”. Como se vê, ao comunismo que corresponderia aos intentos ocultos de

<sup>215</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 2 de abril de 1964, p. 6.

<sup>216</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 12 de abril de 1964, p. 16. Grifos meus.

João Goulart, se contrapunha a democracia dos civis e militares que fizeram o “movimento revolucionário”. É interessante notar também a naturalização desses conceitos, onde ser favorável à “democracia” e contra o “comunismo” era ir ao encontro das “verdadeiras aspirações do povo brasileiro”.

Nesse contexto, a Cidade se preparava para organizar uma das *Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade*, mas tendo o Golpe ocorrido antes, o ato se transformou em uma comemoração, uma manifestação de agradecimento às Forças Armadas. O tom dos discursos é revelador quanto à expressão deste discurso legitimador a que vinha me referindo. Sobressaem-se tanto a negatividade dos depostos quanto a positividade dos golpistas. Um dos principais organizadores da Marcha, o reitor-fundador da UFSM, José Mariano da Rocha Filho, dizia que:

A **revolução democrática** do Brasil, iniciada e executada com o brilho de uma parada militar, pelas gloriosas forças do Exército Brasileiro, deve continuar até que os culpados paguem seus hediondos crimes aqueles que nos queriam entregar com as mão amarradas aos pelotões de fuzilamento aqueles que desejavam substituir por imagens humanas a imagem de Deus nos corações de nossos jovens, aqueles que visavam substituir o nosso Cruzeiro do Sul pela Ursa Polar, aqueles que pensavam macular o nosso pavilhão auri-verde com a foice e o martelo, aqueles que desejavam acorrentar o Brasil ao mundo comunista, aqueles que um dia pensaram que seria possível amordaçar para sempre o nosso povo e dispor livremente das riquezas de nosso subsolo, e do amado solo Brasileiro ao serviço do **comunismo ateu**.<sup>217</sup>

O Golpe se transformava em “Revolução Democrática” e o inimigo era o “comunismo ateu”. Aqui se sobressai também um discurso de fundo religioso, recurso bastante utilizado no período. Não era apenas o “comunismo”, mas sim o “comunismo ateu”, que pretendia substituir a “imagem de Deus” por “imagens humanas”. Segundo um argumento muito repetido pelas direitas, as ideias comunistas eram contrárias à natureza cristã do povo brasileiro.

Na continuidade da declaração de Mariano da Rocha, o mesmo se refere especificamente aos estudantes e às entidades estudantis.

Que nenhum traidor possa jamais voltar a perturbar a paz social que tanto necessita o Brasil para seu desenvolvimento, que a UNE, a UEE, a UGES e os nossos grêmios acadêmicos e estudantis sejam expurgados dos maus elementos que deles se apoderaram ou neles se infiltraram sob o bafejo e com a orientação dos traidores da Pátria / Lembrai-vos jovens estudantes que só há um caminho para o Progresso e este é o da Educação ruas de que essa de nada serve se não for banhada pelo sol da liberdade [sic].<sup>218</sup>

Os principais órgãos de representação da categoria eram identificados com a infiltração subversiva e deveriam ser expurgados dos “maus elementos”. Legitimava-se assim

<sup>217</sup> AHMSM, *A Razão*, 19 de abril de 1964, p. 6. Grifos meus.

<sup>218</sup> AHMSM, *A Razão*, 19 de abril de 1964, p. 6. Grifos meus.

a “Operação Limpeza” entre os estudantes. É interessante observar que havia participantes universitários nessa marcha de agradecimento ao Golpe. Um acadêmico do direito, José Murilo, proferiu um discurso com conteúdo similar ao do reitor. Apresentava o povo brasileiro como “amante da democracia” e da liberdade, se opondo a intenção escravizante do “comunismo ateu”. Terminava pedindo a “união do militar ao civil, juntos, coesos e irmanados no mesmo pensamento, [para] terminarem o que o valoroso povo mineiro começou: entregar o Brasil aos verdadeiros brasileiros”.<sup>219</sup>

As forças golpistas e os movimentos e sujeitos que deram apoio ou demonstraram simpatia ao Golpe e a Ditadura Civil-Militar reafirmaram exaustivamente o seu caráter “democrático”, em contraposição ao “caos subversivo” que teria imperado no governo Goulart. As declarações neste sentido são tantas que, ao utilizar os jornais como fonte, corre-se o risco de assumir como verdade esse discurso. No entanto, como ensinava Marx, as pessoas não podem ser consideradas por aquilo que dizem delas mesmas.<sup>220</sup> Sendo assim, considero importante definir, dentro das ideologias que disputavam espaço no Brasil nos anos 1960, qual o comportamento político dos estudantes que se opunham às esquerdas.

Segundo Norberto Bobbio, apesar da negação das últimas décadas, a díade esquerda-direita continua válida. Para o período delimitado nessa pesquisa, eu acrescentaria que a pertinência da díade é inquestionável. A definição de Bobbio para esses termos é a relação que ambas mantêm com a questão da igualdade-desigualdade. Esquerda seria o campo político que valoriza aquilo que une os homens ou que vê na igualdade uma característica positiva, que justificaria a busca pela sua realização. A direita seria o campo de valorização da desigualdade. Para aqueles identificados com esse termo da díade, os homens seriam naturalmente desiguais e essa desigualdade seria positiva e não deveria ser suprimida. Aplicando ou outro critério, a relação com a liberdade e o autoritarismo, Bobbio chega a uma subclassificação em quatro categorias: extrema-esquerda, centro-esquerda, centro-direita e extrema-direita. Essas categorias são formadas pela sobreposição das díades esquerda-direita e extremos-moderados. Na extrema-esquerda estariam os movimentos ao mesmo tempo autoritários e igualitários, com o jacobinismo. Na centro-esquerda estariam compreendidos os

---

<sup>219</sup> AHMSM, *A Razão*, 19 de abril de 1964, p. 2.

<sup>220</sup> “Até o momento, os homens sempre fizeram representações falsas de si mesmos, daquilo que são ou devem ser”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 523; No mesmo sentido, em outro texto, o filósofo alemão afirma: “assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”. In: MARX, Karl. *Prefácio Para a Crítica da Economia Política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 2005, p. 52.

libertários e igualitários, como a social-democracia. A centro-direita seria inigualitária e libertária, “entre os quais se inserem os partidos conservadores, que se distinguem das direitas reacionárias por sua fidelidade ao método democrático”. Por fim, a extrema-direita seria simultaneamente anti-igualitária e antiliberal, cuja expressão máxima seriam os fascismos e o nazismo.<sup>221</sup>

Para os grupos estudantis que me proponho a estudar nesse capítulo, no entanto, tais conceitos não podem ser aplicados. Defini-los apenas como direita não é suficiente, pois esse é um conceito muito abrangente. Assumi-los como centro-direita exigiria eliminar as contradições dos conceitos de liberdade e democracia, visto que ambos apareciam discursivamente, mas para legitimar um Golpe contra um presidente constitucional. Reconhecê-los como extrema-direita também seria indesejável, porque, pelas fontes que temos disponíveis, não atuaram em Santa Maria as organizações paramilitares como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anti-Comunista (MAC), e nem mesmo organizações filofascistas como a Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Esses “tipos ideais”, construídos a partir da realidade política europeia, não correspondem à realidade política brasileira. Isso fica claro, por exemplo, ao se considerar as particularidades da introdução, adaptação e desenvolvimento das ideias liberais no Brasil.

Durante o século XIX, mais do que representar “ideias fora de lugar”,<sup>222</sup> o liberalismo brasileiro formou a partir de uma “filtragem ideológica”. Assim, assumia-se o liberalismo econômico de Adam Smith e Jean-Baptiste Say levado ao seu limite: o Estado não podia interferir na liberdade de negociar a vida humana. Escravidão e liberalismo se mesclavam para garantir às formas de dominação local. Segundo Bosi, o liberalismo brasileiro se caracterizaria pelo “entrosamento do País em uma rígida divisão internacional de produção; defesa da monocultura; recusa de toda interferência estatal que não se ache voltada para assegurar os lucros da classe exportadora”.<sup>223</sup> Como comenta o próprio autor, elementos desse discurso permaneceriam, guardadas as devidas proporções, em partidos e organizações como a União Democrática Nacional (UDN) e a União Democrática Ruralista (UDR), representantes por excelência da elite agrária.<sup>224</sup>

Os anos 1960, no entanto, apresentam uma composição de classe muito diferente do século XIX. Esse período expressa tanto a busca por hegemonia da burguesia industrial,

---

<sup>221</sup> BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

<sup>222</sup> SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: *Estudos CEBRAP*, n. 3, janeiro de 1973.

<sup>223</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.208.

<sup>224</sup> *Ibid.*, p. 207.



multinacional e associada, quanto o crescimento da classe média urbana. Nesse contexto, apesar de policlassista, a categoria estudantil era composta predominantemente por essa classe média, dentro da qual uma direita atuante incorporava muitos elementos do liberalismo oligárquico, mas, ao mesmo tempo, apresentava traços distintivos.

A alta classe média, formada por profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, etc.), dispendo, pela sua situação de trabalho, de grande autonomia (estabelecendo seus próprios horários, o valor e as condições de trabalho), desenvolveu uma visão contrária a qualquer intervenção estatal. Grande defensora de um liberalismo econômico, a alta classe média tem também uma visão elitista da política. A sua organização não em sindicatos, mas em corporações, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e os Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), que limitam a livre concorrência no mercado, favoreceram uma concepção restritiva de participação. Para essa camada social, a política deveria ser exercida pelas elites culturais. Aí reside seu caráter antipopular. Segundo Décio Saes:

A alta classe média de orientação liberal constituirá um veículo de difusão da crítica permanente do capital comercial à política econômica e social Estado pós-trinta. De um lado, a política de industrialização será combatida, pelo seu caráter “intervencionista” e pelo “artificialismo” dos seus efeitos; de outro lado, a política de reconhecimento das classes trabalhadoras urbanas será criticada, pelo seu caráter “demagógico”, “massista” e “antielitista”. Essa crítica ganha uma expressão mais acabada nos termos de um liberalismo economicamente ortodoxo e de um liberalismo politicamente antipopular, que a alimentam, ao mesmo tempo que são por ela reforçados. Essa concepção antiestatista de Estado implica em que, de um lado, este se abstenha de se abster no livre funcionamento do “mercado de fatores”, e que não obstrua a naturalidade do processo de acumulação do capital e da relação entre capital e trabalho; e, de outro lado, que a representação dos “indivíduos” no Estado seja filtrada pelos requisitos da “educação” e da “cultura”.<sup>225</sup>

Soma-se a isto a emergência de uma nova classe média (executivos, economistas, engenheiros industriais etc.) que, dentro da estrutura de produção, exerce uma “autoridade técnica ou administrativa”, extrapolada ideologicamente para a defesa da autoridade em geral, e temos a base social de sustentação do Golpe e da Ditadura Civil-Militar.<sup>226</sup> Para além do discurso democrático, a ideologia predominante entre a classe média de direita combina liberalismo econômico, visão restritiva, antipopular e autoritária da política.

Entre os estudantes, durante os anos 1950 a posição liberal elitista se tornou hegemônica na UNE, dirigindo-a entre 1950 e 1956. Antes mesmo da criação da UNE, a participação estudantil no Movimento Constitucionalista teve esse caráter, que ficou claro

---

<sup>225</sup> SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil, 1930-1964. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano*, v. 3. São Paulo: Difel, 1981, p. 263.

<sup>226</sup> *Ibid.*, p. 504.

também na oposição ao Estado Novo. A partir de 1960, quando avançava a bandeira das reformas de base, a orientação liberal elitista ia dando lugar à esquerda cristã. Pelo menos em âmbito nacional, os liberais elitistas perdiam espaço: no 26º Congresso da UNE, realizado em 1963, a chapa de esquerda obtém 679 votos, ao passo que a direita recebe apenas 55.<sup>227</sup>

Apesar da incapacidade em lograr vitórias eleitoras nas eleições das principais entidades representativas da categoria, a oposição direitista é reforçada, a partir de 1962, pelo financiamento e pelo recrutamento do IPES entre os estudantes. O IPES bancou a participação dos liberais elitistas nos congressos estudantis, a organização de seminários e a publicação de textos e livros de caráter anticomunista, entre os quais o de maior impacto foi *UNE: instrumento de subversão*, de Sônia Seganfredo. A ação de recrutamento e organização dos estudantes “democratas” incluía o incentivo a formação de grupos como o Movimento Estudantil Democrático (MED), a Frente da Juventude Democrática (FJD), o Grupo de Ação Patriótica (GAP) e o MAC, alguns deles de caráter reacionário e mesmo terrorista.<sup>228</sup> Apesar de conquistar resultados positivos em poucas entidades, são desses grupos que sairão parte das lideranças que as assumirão a partir do Golpe de 1964, quando as gestões de esquerda foram depostas e as interventorias estabelecidas.

No Rio Grande do Sul, como veremos, os estudantes de vertente liberal elitista não dependeram apenas de intervenções e financiamentos. Uma parcela significativa dos Centros Acadêmicos (CAs) e entidades como a Federação dos Estudantes Universitários Particulares (FEUP), já eram dirigidas por esses setores. Em Santa Maria, a partir de 1965 eles conquistam a hegemonia no DCE da UFSM, bem como algumas gestões da USE.

## 2.2 A Ascensão Liberal Elitista no Rio Grande do Sul<sup>229</sup>

Os estudantes de alinhamento liberal elitista atuavam no Rio Grande do Sul desde, pelo menos, abril de 1961. Na ocasião, ocorriam no estado manifestações de repúdio à invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, por exilados cubanos com apoio dos Estados Unidos da América, contando com a participação de estudantes e trabalhadores. Apesar da tônica quase geral em defesa da autodeterminação dos povos, um grupo autodenominado “Estudantes Livres de São Leopoldo”, divulgou nota na imprensa condenando a participação de “inocentes

---

<sup>227</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 60. Este Congresso elegeu José Serra como presidente da entidade.

<sup>228</sup> DREIFUSS, 1981, p. 282-290.

<sup>229</sup> A redação desse capítulo baseia-se na pesquisa realizada para meu Trabalho de Conclusão de Graduação, (TCG) defendido em 2010, sob a orientação do professor Dr. Diorge Alceno Konrad, com o título *A educação como arma da ordem e da resistência: Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul (1964-1968)*.

úteis” no comício pró-Cuba. Além disso, afirmavam que os “direitos do homem” estavam sendo massacrados por Che Guevara e Fidel Castro e por isso apoiavam a ação dos contrarrevolucionários.<sup>230</sup>

As direitas estudantis (liberais elitistas ou conservadoras) não ficaram apenas no protesto escrito. No mês seguinte, grupos de estudantes se manifestaram contra a visita de Luiz Carlos Prestes ao estado. Confrontos com os comunistas e com a polícia ocorreram em todas as Cidades pelas quais Prestes passou: Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul e Porto Alegre.<sup>231</sup>

No contexto da propaganda anti-Goulart, setores conservadores dos estudantes voltaram a se manifestar. Em fevereiro de 1964, a União dos Estudantes de Novo Hamburgo denunciou o financiamento de atividades subversivas por parte da UGES.<sup>232</sup> Fazia parte do clima denunciante que precedeu o Golpe. No mês seguinte, o Movimento Democrático Universitário (MDU) protestou contra a “baderna e subversão da ordem”.<sup>233</sup> No dia primeiro de abril, ainda com a situação indefinida, foi a vez da “Mocidade Livre e Democrática do Rio Grande do Sul” lançar uma manifesto, já em apoio ao Golpe.<sup>234</sup>

Essa divisão do Movimento Estudantil também foi significativa nas Cidades do interior do estado. É o que nos apontam os textos de Diorge Konrad<sup>235</sup> e Maria Oliveira<sup>236</sup> para a Cidade de Santa Maria, as memórias de Bona Garcia para a Cidade de Passo Fundo<sup>237</sup> e o trabalho de Marília Silveira para a Cidade de Pelotas.<sup>238</sup>

Segundo Martins Filho, após o Golpe, organizações de direita não conhecidas e pouco representativas, ocuparam as interventorias quando as direções das entidades que estavam com a esquerda foram depostas.<sup>239</sup> No Rio Grande do Sul, as intervenções iniciaram logo após a vitória golpista, com o objetivo de desmobilizar os setores mais combativos. No meio estudantil, interventores atuaram na UGES,<sup>240</sup> na UFRGS,<sup>241</sup> na FEUP,<sup>242</sup> na Federação dos

---

<sup>230</sup> LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Os Movimentos Sociopolíticos e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: UFSM, 2008. Trabalho de Conclusão de Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado, p. 44.

<sup>231</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>232</sup> *Ibid.*, p. 113.

<sup>233</sup> *Ibid.*, p. 122.

<sup>234</sup> LAMEIRA, 2008, p. 144.

<sup>235</sup> KONRAD, 2006.

<sup>236</sup> OLIVEIRA, 2007.

<sup>237</sup> GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um Filho teu não Foge à Luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

<sup>238</sup> SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

<sup>239</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 82.

<sup>240</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de abril de 1964, p. 9.

<sup>241</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 17 de abril de 1964, p. 9.

Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS),<sup>243</sup> na Universidade de Passo Fundo (UPF),<sup>244</sup> na UEE,<sup>245</sup> no DCE da UFRGS.<sup>246</sup> Algumas não tiveram suas diretorias depositadas, pois eram as que já se encontravam em mãos dos liberais elitistas.

Dentro desse contexto, é revelador o manifesto da União Estadual de Estudantes da São Paulo dirigido aos universitários do Rio Grande do Sul, reproduzido no jornal *A Razão* de 10 de abril de 1964:

Irmãos Universitários Gaúchos. / Nós de São Paulo, tendo em vista que os diretores da nossa UEE conspiravam contra a Pátria, decidimos não mais aceitar a autoridade da diretoria que traiu o País, omitindo-se diante da nossa revolução e finalmente fugiu, deixando-nos sozinhos. / Os universitários paulistas elegeram um novo presidente interinamente que providenciará, o mais breve possível, novas eleições. Faremos uma eleição onde realmente serão apresentados os anseios autênticos de nossa classe, fazendo com que a UEE seja autenticamente democrática, e o que é mais importante uma UEE paulista e brasileira. / Conclamamos os nossos irmãos do Sul, para dentro do mesmo espírito democrático e cristão, levem à testa do movimento universitário gaúcho uma representação autêntica que perpetuará no Movimento Estudantil a revolução que garantirá a Democracia, a Liberdade e a Pátria.<sup>247</sup>

A nota demonstra claramente o rótulo “democrático” que os estudantes liberais elitistas assumiram para si. A ênfase no conceito de autenticidade (“anseios autênticos”; “autenticamente democrática”) é também uma forma de posituação de si e negação do outro (que “traiu o País”). O discurso ainda deixa evidente o objetivo desses grupos em serem os representantes da “revolução” entre os estudantes. Para além destes elementos, acredito que a atitude dos estudantes paulistas, ao dirigir o manifesto aos universitários sul-rio-grandenses, expressava um desejo de articulação das tendências liberais elitistas.

Esse processo torna-se visível quando no início do junho de 1964, foi fundado o Movimento Democrático. Composto inicialmente por estudantes de Minas Gerais, Maranhão, Pará, Ceará, Guanabara e Paraná, fazia críticas ao comunismo pelo seu “credo materialista” e pela sua forma de governo, definida como uma “ditadura pura e simples”. É irônico que enquanto o comunismo era identificado com o conceito de “ditadura”, a Ditadura Civil-Militar era nomeada “Democracia Renovada”. Esse movimento enxergava “o novo regime político, a nova esfera espiritual em que vivemos, como um campo de ação para a criação de

---

<sup>242</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1964, p. 21.

<sup>243</sup> Ibid.

<sup>244</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 3 de maio de 1964, p. 5.

<sup>245</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 4 de novembro de 1964, p. 18.

<sup>246</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de dezembro de 1966, p. 11.

<sup>247</sup> AHMSM, *A Razão*, 10 de abril de 1964, p. 6.

uma nova sociedade, esta que necessariamente supera os defeitos as imperfeições e as injustiças da antiga”.<sup>248</sup>

É interessante observar que esses setores do movimento, apesar de defenderem posições antipopulares, como uma “depuração” do Movimento Estudantil, afastando dela os elementos de esquerda, não queriam a extinção de suas entidades. Muitos deles, que estiveram ao lado dos golpistas ou foram, ao menos, indiferentes, acabaram voltando-se contra a política do governo Castelo Branco em relação às intenções de esvaziamento da representação estudantil.

Ainda em junho de 1964, o Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda enviou um projeto de lei para análise do presidente. Esse projeto previa a extinção da UNE, das UEEs, da UGES, entre outras, que seriam substituídas pelos Diretórios Acadêmicos (DAs) em todos os níveis, cuja finalidade não poderia ser política. Segundo o *Correio do Povo*: “Pelo artigo 12 fica vedado aos órgãos de representação estudantil, por si ou pelos que a exercem, qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. Além disso, estabelecia o voto obrigatório e definia que não poderiam concorrer nas eleições estudantis repetentes e dependentes.<sup>249</sup>

Diante dessa primeira ameaça de fechamento da UNE, Paulo Pires e Paulo Gouvêa da Costa, delegados da UEE, e Vítor Oswaldo Della Méa, Presidente da FEUP, que estavam de viagem à Brasília e Guanabara, onde participaram de um congresso de "Estudantes Democratas" e visitaram autoridades, pediram “o não fechamento da UNE e das Uniões Estaduais”. Além disso, defenderam a garantia de “liberdade de pensamento para os universitários”.<sup>250</sup>

O interessante dessas manifestações é que os delegados da UEE foram nomeados pela interventoria após a renúncia coletiva da diretoria da entidade, diante da proibição de realizar convocação do Conselho Estadual de Estudantes para prestação de contas e da realização de novas eleições. Na ocasião, em nota afirmaram "renunciar coletivamente toda a sua Diretoria porque coagida em sua expressão e representação”.<sup>251</sup> Paulo Pires havia assinado um manifesto com outros colegas da medicina da UFRGS,<sup>252</sup> criticando o Centro Acadêmico de

<sup>248</sup>AHMSM, *A Razão*, 2 de junho de 1964, p. 3.

<sup>249</sup>AHMSM, *Correio do Povo*, 6 de junho de 1964, p. 6.

<sup>250</sup>Ibid.

<sup>251</sup>AHMSM, *Correio do Povo*, 18 de abril de 1964, p. 7.

<sup>252</sup>A UFRGS se chamava apenas URGS até 1965, quando os nomes das Universidades federais foram padronizados. O mesmo acontece com a UFSM, chamada então de USM. Entretanto, mesmo após a padronização, os jornais continuaram grafando URGS e USM. BRASIL. *Lei n. 4.759 de 20 de agosto de 1965*.

seu curso por seguir a “linha comunista da UNE”, que no governo anterior “tramavam [...] a implantação de uma ditadura Nazi-Fasci-Comunista”.<sup>253</sup> Paulo Gouvêa da Costa já ocupava cargo de diretoria na FEUP e assinou nota em que entendia que a intervenção na entidade deveria ser apenas um procedimento de rotina, visto que defendiam uma posição “não esquerdista e autenticamente democrática”.<sup>254</sup> Percebe-se, portanto, que mesmo os liberais elitistas teceram críticas à política do governo para os estudantes quando essa apontou para a extinção das entidades estudantis.

Aliás, posição semelhante demonstrou a União Metropolitana de Estudantes (UME) do Rio de Janeiro. A entidade, uma das mais atuantes do Movimento Estudantil, encontrava-se, na ocasião do Golpe, sob gestão da direita. Entretanto, em junho de 1964, diante das já citadas ameaças de extinção da representação estudantil, a UME manifestou-se contra a posição do governo Castelo Branco. Apesar disso, afirmava as intenções patrióticas dos estudantes e seu apoio ao Presidente.<sup>255</sup>

No Congresso Nacional, então, foi apresentado um substitutivo ao projeto de lei que regulamentava as atividades estudantis. Em nove de novembro de 1964 foi assinada a Lei nº 4464, conhecida como Lei Suplicy, que criava uma estrutura de representação subordinada ao Estado e mantinha as limitações às manifestações de caráter político, porém não previa a extinção da UNE. Ao invés disso, criava o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), órgão destinado à representação estudantil. A opção pelo não fechamento da UNE, segundo Martins Filho, ocorreu porque os militares acreditavam que a maioria dos estudantes não se identificava com ela, a qual acabaria esvaziada.<sup>256</sup>

Em um conclave realizado entre os dias cinco e nove de novembro, a UBES aprovou, ao final do encontro, “um manifesto, no qual os líderes secundaristas presentes, após apoiarem a Revolução de 31 de Março, bem como a obra saneadora levada a efeito nas entidades estudantis, manifestam sérias restrições aos planos de fechamento das suas associações”. A UGES estava presente no encontro.<sup>257</sup>

Pela Lei Suplicy, também, foram criados os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs) em substituição às UEEs. As eleições, realizadas no final de agosto, garantiram a vitória do mesmo Paulo Gouvêa da Costa que era delegado da UEE. Os resultados parciais

---

Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacao-1-pl.html>>.

Acesso em: 20 nov. 2010.

<sup>253</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 19 de abril de 1964, p. 21.

<sup>254</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de abril de 1964, p. 14.

<sup>255</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 91.

<sup>256</sup> *Ibid.*, p. 89. A UNE permaneceu como associação civil.

<sup>257</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 14 de novembro de 1964, p. 6.

divulgados em 1º de setembro de 1965 computavam 7063 votos para Paulo Gouvêa contra 5205 de Gilberto Bossle. Segundo o *Correio do Povo*, Bossle era representante das esquerdas e havia sido liderança da bancada do Rio Grande do Sul no XXVII Congresso da UNE. Bossle obteve votação superior nos municípios de Caxias do Sul, Ijuí, Santo Ângelo e Viamão, enquanto o candidato situacionista foi vitorioso em Porto Alegre, Alegrete, Bagé, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Rio Grande, Pelotas, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Leopoldo e Uruguaiana. Na capital do Estado, a Gouvêa ganhou com grande vantagem na PUC-RS, enquanto na UFRGS sua vantagem foi de apenas sete votos.<sup>258</sup>

Em Santa Maria a situação foi vitoriosa com ampla margem de diferença: 1294 votos, contra 478 da oposição.<sup>259</sup> O resultado significativo na Cidade não foi fortuito. Na semana anterior as eleições, Paulo Gouvêa da Costa visitou Santa Maria para fazer campanha, obtendo grande cobertura da imprensa local. Em entrevista ao jornal *A Razão*, o candidato caracterizou como “infeliz” a fase anterior à “revolução de março” bem como os meses subsequentes, marcados pela “instabilidade” criada pelas intervenções e prisões. Declarava ainda que aquele momento era de “redemocratização”, com a realização de “pleitos livres, democráticos, com a participação maciça dos estudantes”. Em sua fala, Paulo Gouvêa defendia as “forças democráticas autênticas”, vitoriosas nas eleições para os Diretórios Centrais da UFRGS e da PUC-RS. As posições do candidato quanto a UNE e à Lei Suplicy traduzem os princípios do liberalismo elitista:

Se a Lei [Suplicy] tem erros e acertos, cabe estudá-la fundamentada e corrigir seus erros. São estudantes, estes que nós representamos, que pretendem uma União Nacional de Estudantil sem os erros e as inversões de outrora, mas uma UNE que representa o que pensa o universitário. / Estes estudantes, estas forças que representamos querem da UEE trabalho, seriedade, interiorização de suas atividades, luta por uma reforma universitária sem agitação, recriação de uma UNE sem subversão, e capacidade realizadora.<sup>260</sup>

Mais uma vez fica claro que esses estudantes queriam uma entidade representativa sem a influência das correntes populares e de esquerda, mas não desejavam o fim da representação estudantil. Apoiavam, portanto, a “Operação Limpeza”, desejando, no entanto, que essas entidades continuassem funcionando, agora sob a sua direção.

No final de 1965, já era possível perceber uma rearticulação da esquerda no Movimento Estudantil, a partir da luta contra a chamada Lei Suplicy e contra a política de intervenção e repressão da Ditadura Civil-Militar. No início de 1966, em Capão da Canoa, respondendo à rearticulação da esquerda, foi realizado um congresso dos “líderes

<sup>258</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 1º de setembro de 1965, p. 10.

<sup>259</sup> AHMSM, *A Razão*, 1º de setembro de 1965, p. 6.

<sup>260</sup> AHMSM, *A Razão*, 24 de agosto de 1965, p. 2.

universitários gaúchos de correntes não esquerdistas”.<sup>261</sup> Nas palavras do organizador, o Presidente do DEE e do DNE e ex-delegado da UEE Paulo Gouvêa da Costa, “a necessidade de um mais perfeito entrosamento entre aqueles que têm lutado por um movimento universitário realmente autônomo, verdadeiramente democrático e consciente, levou-nos a idear esta reunião”.<sup>262</sup>

Como resultado do encontro, foi formado o movimento “Decisão”. Integraram o movimento, entre outros, estudantes das tendências Movimento Democrático Renovador e Movimento Cultural de Afirmação Democrática. Foram escolhidos Paulo Luís Gazola, do Centro de Estudantes de Engenharia da URGs, como secretário executivo, e Paulo Sarkis, Presidente do DCE da UFSM, como assessor executivo. Segundo documento elaborado na ocasião:

O movimento terá [...] uma tônica pedagógica e formativa, paralela a uma estrutura de ação política, universitária. Ele deseja formar uma consciência, e uma elite, não uma equipe de campeões eleitorais. A Democracia não se alimenta da derrota dos inimigos, mas das suas próprias e positivas afirmações.<sup>263</sup>

Mais adiante, considerava que “o livre e digno debate político, é a própria essência da democracia representativa”. Para o movimento, os universitários deveriam participar do debate “na sua condição de cidadãos, contribuindo para o aperfeiçoamento das estruturas políticas nacionais”. Além disso, defendiam a propriedade privada e a livre iniciativa.

No documento estão presentes todas as características do liberalismo elitista: defesa do liberalismo econômico e visão restritiva da participação política. A defesa da propriedade privada e da livre iniciativa e o desejo manifesto de formar uma “elite”, não deixam dúvidas quanto à visão desse grupo.

Se a legislação proibia as manifestações de caráter político do Movimento Estudantil e do Movimento Sindical, ela claramente não se estendia aos movimentos conservadores. Impedidos de realizar greves, passeatas, reuniões, o objetivo da Ditadura Civil-Militar era desmobilizar aqueles que protagonizaram as lutas sociais de esquerda ou pela ampliação dos direitos e da democracia. O Congresso realizado em Capão da Canoa não sofreu nenhum impedimento e recebeu cobertura favorável do *Correio do Povo*.<sup>264</sup>

As eleições para as entidades estudantis do estado em 1966 marcaram a vitória da esquerda na UFRGS e na PUC-RS, mas ela foi derrotada no Diretório Estadual de Estudante. Nessa ocasião, mas uma vez a tendência liberal elitista recebe ampla cobertura na imprensa.

<sup>261</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 23 de janeiro de 1966, p. 20.

<sup>262</sup> Ibid.

<sup>263</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1966, p. 9.

<sup>264</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1966, p. 9.



Na primeira semana de agosto, *A Razão* publicou na íntegra um texto redigido pelo candidato situacionista Rubem Süffert, que então exercia a função de Secretário Geral da entidade. O texto tinha uma linguagem bem mais sutil, provavelmente uma estratégia eleitoral para conquistar os eleitores indecisos. Não falava de subversivos ou comunistas, e sim defendia:

A conscientização do estudante, através do estudo da injusta realidade brasileira, o que somente pode ser liderado por entidades que possuem uma real autonomia. Suficientes foram os exemplos de entidades universitárias que, aproveitando-se de sua liberdade, tornaram-se órgãos de enquadramento político de seus associados.<sup>265</sup>

O espaço que era destinado aos liberais elitistas na imprensa era muito superior do que o destinado às esquerdas, característica destacada por Bruna Neves Alves em seu estudo sobre as representações do Movimento Estudantil nos jornais de Porto Alegre. A autora comprova a diferença de tratamento que as correntes à direita e à esquerda recebiam, com a simpatia da mídia impressa sempre recaindo sobre aquelas.<sup>266</sup> As afirmações da Bruna Alves podem ser estendidas para o jornal *A Razão*, como fica claro em vários episódios, como nessa eleição de 1966 para o DEE. Quando os resultados foram conhecidos, tendo sido vitorioso o candidato Rubem Süffert, o jornal publicou um editorial com título de “Vitória Democrática”. O editorial avaliava o pleito como “a consolidação democrática no meio universitário do Rio Grande do Sul” e seguia destacando que “o comparecimento maciço de milhares de jovens acadêmicos, graças à legislação vigente, ensejou, mais uma vez, a vitória dos representantes democráticos sobre o grupo esquerdista que teima em se apossar da liderança universitária”. O texto se desenvolve utilizando um argumento bastante reproduzido por aqueles que criticavam a participação das esquerdas no Movimento Estudantil, segundo o qual o movimento deveria se restringir às questões estudantis, sem procurar “estabelecer um problema em torno da política nacional”, cujo objetivo seria apenas “desvirtuar as verdadeiras finalidades da entidade”.<sup>267</sup> A simpatia pelos liberais elitistas é explícita.

Em setembro de 1966, retornaram as tentativas de articulação desses estudantes, desta vez em âmbito nacional. A organização, que se chamaria Frente Universitária Brasileira, apesar das pretensões, foi formada por apenas oito presidentes de DAs, sobretudo da PUC-SP e da Mackenzie, todos de São Paulo. O manifesto de criação criticava as “falsas lideranças” e a subversão, definindo a Frente como um “movimento autenticamente acadêmico e brasileiro”. Além disso, defendia a proposta de cobrança de anuidades nas Universidades públicas, ao mesmo tempo em que pedia “ampla e total liberdade de expressão aos

---

<sup>265</sup> AHMSM, *A Razão*, 6 de agosto de 1966, p. 3.

<sup>266</sup> ALVES, 2004.

<sup>267</sup> AHMSM, *A Razão*, 1º de setembro de 1966, p. 6.

universitários”, visto que a repressão estaria sendo provocada propositalmente pelos estudantes com o objetivo de causar agitação.<sup>268</sup>

Entre 1967 e 1968, cresceram as manifestações de rua dos estudantes de esquerda, somadas à conquista das principais entidades estudantis em Porto Alegre. O mesmo não se repetiu no interior e, mesmo na capital, não faltaram críticas e reações por parte dos estudantes liberais elitistas.

Abril de 1967 marcou um importante acontecimento no Movimento Estudantil. Durante a realização do Congresso Estadual de Estudantes, cinco DCEs, entre eles o da PUC-RS e o grupo deposto da UFRGS, e vinte e cinco DAs decidiram desligarem-se do DEE e fundam a UEE-Livre. Além disso, os oito DAs da UFRGS que romperam com o DEE formaram o DCE-Livre.<sup>269</sup> O racha demonstra o tensionamento político entre estudantes, bem como a força da rearticulação da esquerda no movimento.<sup>270</sup>

No final do mês, foi a vez dos secundaristas entrarem em conflito. Enquanto realizava-se uma reunião do Conselho Estadual da UBES, que programava manifestações contra o imperialismo americano e os acordos MEC/USAID, estudantes contrários à posição de esquerda da entidade protestaram. Inclusive, um deles tomou um dos cartazes, sendo posteriormente agredido. A polícia não interveio.<sup>271</sup>

Em julho de 1967, ao final do 25º Congresso Estadual de Estudantes, realizado em Santa Maria, os membros do Movimento Decisão se reuniram e escolheram Adalberto Pasqualotto, estudante do curso de Direito da UPF, como candidato do grupo à presidência da UEE.<sup>272</sup> Candidato único, Pasqualotto foi eleito indiretamente pelos representantes dos diretórios acadêmicos do estado no 26º Congresso Estadual de Estudantes, encerrado no dia 28 de agosto. As esquerdas não apresentaram candidatura, visto que desde abril integravam a UEE-Livre.<sup>273</sup>

Em abril de 1968, no contexto da morte de Édson Luiz de Lima Souto e do crescimento das manifestações das esquerdas estudantis, o presidente da UEE distribuiu para

<sup>268</sup> AHMSM, *A Razão*, 14 de outubro de 1966, p. 6.

<sup>269</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 4 de abril de 1967, p. 10.

<sup>270</sup> Pelo DCE-Livre passaram importantes lideranças, como Raul Pont, militante do POC, eleito presidente em 1968. Ver RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*. V. 2 Repressão e resistência nos “Anos de Chumbo”. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 137.

<sup>271</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 30 de abril de 1967, p. 13.

<sup>272</sup> AHMSM, *A Razão*, 2 de agosto de 1968, p. 5. Por decorrência do Decreto Lei nº 228, conhecido como Decreto Aragão, o DEE foi transformado em associação de caráter assistencial e cultural, e a UEE foi reativada. O decreto previa a extinção das entidades estudantis estaduais, o que parece não ter sido cumprido em sua totalidade no Rio Grande do Sul.

<sup>273</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 29 de agosto de 1967, p. 17.

a imprensa um manifesto com a posição da entidade. Segundo ele, “Movimentos como a Ação Popular, Movimento Contra a Ditadura, Partido Comunista” atingiram seu objetivo com a morte do secundarista no Rio de Janeiro, pois agora tinham “um mártir para a causa difícil de derrubar um governo”. Ao mesmo tempo, fazia crítica a “certos elementos da polícia” pela violência utilizada. Contudo, para Pasqualotto a responsabilidade maior não era nem das esquerdas, nem dos policiais, mas do governo.

A grande culpa não cabe a nenhum deles, exclusivamente. O obsoletismo das nossas instituições universitárias, a mediocridade de certas autoridades do setor educacional – que atinge até mesmo o cargo de Ministro da Educação e Cultura – é que são as origens da desordem, da incompreensão e da violência no meio estudantil.<sup>274</sup>

Mais uma vez temos exposta a visão liberal elitista, cujo relacionamento com a Ditadura Civil-Militar é ambíguo. Ao mesmo tempo em que combatiam às esquerdas e apoiavam a “Operação Limpeza”, não desejavam uma legislação que pretendia a extinção das entidades e criticavam a repressão e a imobilidade em resolver os problemas educacionais.

Neste sentido, a realização da I Jornada de Integração Universitária, organizada pela UEE, em maio de 1968, apontava “a necessidade de uma entidade nacional de estudantes”, bem como das entidades estaduais, extintas pelo Decreto Aragão. A mesa que dirigiu os trabalhos tinha a estudante de Santa Maria Odete Lampert como secretária.<sup>275</sup>

No segundo semestre de 1968, os protestos de rua contra a Ditadura arrefeceram no estado, e a direita reconquistou várias das entidades, seja por vitória eleitoral, seja por deposição das direções de esquerda pelas reitorias. Em agosto de 1968, o Congresso Estadual de Estudantes Secundários marcou a derrota da esquerda na principal entidade do movimento secundarista, a UGES. Por uma diferença pequena, Wanderlei Cabistani foi eleito como novo presidente. O estudante pertencia à Ação Secundarista Independente (ASI), movimento que se definia “como destinado ‘à formação e aglutinação de democratas no meio estudantil’”.<sup>276</sup> Assim, as esquerdas perdiam uma de suas entidades mais combativas e o movimento perdia o fôlego.

### **2.3 O DCE-UFSM e a Hegemonia Liberal Elitista**

A UFSM era nova em 1964. Formada pela união de faculdade isoladas, em 1960 foi a primeira Universidade Federal criada em uma cidade do interior do País. Em 1961, foi fundada a FEUSM, como órgão máximo de representação dos alunos da Instituição. Antes

<sup>274</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 10 de abril de 1968, p. 11.

<sup>275</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 16 de maio de 1968, p. 13.

<sup>276</sup> AHMSM, *Correio do Povo*, 2 de agosto de 1968, p. 9.

disso, os universitários eram representados pela USE, que a partir de 1961 passou a responder apenas pelos secundaristas. No contexto de polarização e da disputa de projetos anterior ao Golpe de 1964, as gestões da FEUSM foram todas ligadas às esquerdas.

A posição da FEUSM na ocasião da deposição de João Goulart foi um tanto confusa. A gestão de Jaime Goar Pasa apoiava a luta pelas reformas, mas no manifesto publicado no jornal *A Razão*, em 2 de abril a entidade fez um discurso tímido em defesa da democracia, o que na ocasião não significava algo muito claro, visto que os golpistas também se identificavam dessa forma.<sup>277</sup> A indefinição da situação nesses primeiros dias, somada a presença militar massiva na Cidade de Santa Maria,<sup>278</sup> explica porque não foram assumidas posições mais definidas.

Mesmo assim, a entidade máxima dos estudantes da UFSM foi bombardeada por críticas advindas de vários CAs.<sup>279</sup> O resultado foi que, cerca de dez dias depois, com a vitória golpista já consumada, Jaime Goar Pasa manifestou seu apoio às Forças Armadas,<sup>280</sup> entregando a elas a direção da FEUSM,<sup>281</sup> o que não impediu que o mesmo fosse indiciado em um IPM realizado para apurar “as atividades subversivas” entre professores e estudantes.<sup>282</sup>

Até o mês de março de 1965, a entidade foi gerida pelo acadêmico e militar José Carlos Duarte, que assumiu o posto de interventor. Sobre a sua gestão, encontrei pouca informação. Nenhuma das atividades da entidade foi noticiada na imprensa. As Atas do Conselho Universitário registram poucas participações de Duarte, mesmo quando assuntos importantes para os estudantes eram debatidos. Por exemplo, na reunião do dia 7 de agosto de 1964, foi “aprovada unanimemente uma manifestação de apoio e aplausos do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Maria ao Sr. Ministro da Educação e Cultura”.<sup>283</sup> A declaração de apoio era motivada pelo primeiro projeto de lei enviado ao Congresso pelo ministro Suplicy de Lacerda e que previa a extinção da UNE. O assunto foi trazido à reunião pelo reitor, que se posicionou considerando que a medida era uma medida que visava “unicamente disciplinar essas representações, e impedir que, no futuro, se”

---

<sup>277</sup> AHMSM, *A Razão*, 2 de abril de 1964, capa.

<sup>278</sup> Santa Maria já era, nessa ocasião, o segundo maior contingente militar do Brasil, inferior apenas ao Rio de Janeiro. Essa presença é amplificada se considerarmos a população da Cidade.

<sup>279</sup> *A Razão* publica manifestos dos estudantes do Direito, em 9 de abril, da Engenharia, em 15 de abril, da Filosofia, em 16 de abril, e da Medicina, em 19 de abril.

<sup>280</sup> AHMSM, *A Razão*, 14 de abril de 1964, p. 6.

<sup>281</sup> AHMSM, *A Razão*, 23 de abril de 1964, p. 6.

<sup>282</sup> AHMSM, *A Razão*, 15 de setembro de 1964, p. 6. Ao todo, 19 pessoas foram indiciadas.

<sup>283</sup> Departamento de Arquivo Geral da Universidade Federal de Santa Maria (DAG/UFSM). *Ata da 39ª Sessão do Conselho Universitário*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 7 de agosto de 1964, p. 13.

repetissem “os fatos degradantes que os Srs. tiveram a oportunidade de assistir, durante a realização da última greve estudantil na nossa Universidade”.<sup>284</sup> Outro conselheiro a se manifestar foi o professor Hélios Bernardi, também em solidariedade a proposta. Não houve comentários por parte do representante estudantil.

Na reunião do Conselho em 6 de novembro de 1964, José Carlos Duarte fez uso da palavra para sugerir o envio de um telegrama ao ministro Suplicy “pedindo autorização e instruções para realização de eleições nos Centros Acadêmicos e na Federação de Estudantes da Universidade de Santa Maria”.<sup>285</sup> Na ocasião, deveriam se encerrar as gestões nas entidades e realizar novas eleições, mas o novo projeto de lei que regulamentava as atividades estudantis havia sido aprovado pelo Congresso Nacional e aguardava sanção presidencial.

Com o fim da intervenção e a realização de eleições diretas, a composição do DCE-UFSM teve presidente e vice-presidente de chapas diferentes.<sup>286</sup> Concorriam Prudêncio Ramão Almiron (Direito) como presidente e Paulo Sarkis (Engenharia) como vice contra Júlio Cezar Teixeira (Medicina) como presidente e Nilo Gomes (Engenharia) como vice. O pleito acabou elegendo Júlio Teixeira e Paulo Sarkis. Teixeira tinha ligação com as esquerdas tendo, ao longo de seu mandato, se aproximado do GVC. Com o GVC e a USE, o DCE-UFSM formou a TAC.

Na primeira reunião do Conselho em que participou como representante, o presidente do DCE se posicionou:

Manifestando a sua grande satisfação em representar no Conselho Universitário o corpo discente, trazendo sua colaboração e as suas aspirações. Disse também que gostaria que o DCEUSM fosse visto como um órgão disposto a colaborar na construção da Universidade, sempre aberto a críticas, para que o Movimento Estudantil se entrose nessa batalha, e que caso haja alguma eventual tomada de posição radical, seja a mesma interpretada como desejo de auxiliar, uma tentativa de eliminar um certo hiato que se fazia sentir no País entre estudantes, Diretorias e Reitorias, pedindo a compreensão dos que têm o título de educadores.<sup>287</sup>

Apesar da advertência feita por Júlio Teixeira, as Atas do Conselho não registram atritos, discussões ou divergências dentro desse órgão durante a sua gestão. Mesmo assim, os conflitos com o vice-presidente logo se fizeram sentir. Em maio de 1965, o Conselho do DCE da UFSM, presidido por Paulo Sarkis, decidiu “tornar sem efeito a participação do DCEUSM

<sup>284</sup> DAG/UFSM. *Ata da 39ª Sessão do Conselho Universitário*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 7 de agosto de 1964, p. 13. O reitor se referia à *Greve do 1/3*, paralisação dos estudantes liderada pela UNE em 1962, que lutava pela representação estudantil de 1/3 nos conselhos universitários e teve a participação dos estudantes da UFSM.

<sup>285</sup> DAG/UFSM. *Ata da 43ª Sessão do Conselho Universitário*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 6 de novembro de 1964, p. 14.

<sup>286</sup> A partir da Lei Suplicy, as Federações de Estudantes foram substituídas pelos DCEs.

<sup>287</sup> DAG/UFSM. *Ata da 49ª Sessão do Conselho Universitário*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 23 de abril de 1965, p. 14.

na ‘Tríplice Aliança Cultural’” até que fosse submetido a apreciação do Conselho um “protocolo escrito sobre as condições e finalidades desta Aliança”.<sup>288</sup>

De qualquer forma, as tentativas de articulação das esquerdas chegariam ao fim em agosto de 1965. As eleições realizadas naquele mês na USE deram vitória à chapa encabeçada por Irineu Magnago, representante dos estudantes “democratas”, segundo o jornal *A Razão*. Magnago, estudante do Colégio Estadual Maria Rocha, obteve 2604 votos, enquanto o adversário Antônio Costa conquistou 2076. Os “democratas” venceram em todos os cargos, elegendo também João Dalbosco e Pedro Laurecy da Costa, respectivamente primeiro e segundo vice-presidente, que derrotaram Neuzimar Pacheco e Bernadete Kurtz.<sup>289</sup>

No final desse mesmo mês, as eleições para o DEE funcionaram como uma prévia das eleições para o DCE. Em Santa Maria, desconsiderando-se brancos e nulos, a chapa de Paulo Gouvêa da Costa obteve 73% dos votos. Para representante dos universitários de Santa Maria frente à entidade, foi eleito o candidato único Etelvino Singnor, com 1.515 votos.<sup>290</sup> Etelvino era um dos acadêmicos que havia assinado o manifesto dos estudantes de Filosofia em favor do Golpe, ainda em abril de 1964.<sup>291</sup> Em fins de outubro se confirmou a tendência. A chapa que tinha Paulo Sarkis como candidato a presidente e Jorge Emanueli como vice venceu com mais de 700 votos de diferença os adversários Cláudio Flamarion e Byron Costa.<sup>292</sup>

Sarkis, agora presidente do DCE, participou do Congresso de fundação do Movimento Decisão, em janeiro de 1966, ocasião em que foi escolhido assessor executivo da organização. Os estudantes liberais elitistas haviam conquistado importantes entidades no ano de 1965 (DCEs da UFSM e da UFRGS, além do DEE) e foi a partir desse acúmulo que se constituiu o Decisão. Segundo a matéria do jornal *A Razão*:

Após os esforços realizados desde agosto do ano passado, e que culminaram com a eleição de democratas para os postos chaves da política estudantil universitária e em muito Diretórios Acadêmicos, esta é a primeira iniciativa que objetiva congregar num único movimento todas as forças político-estudantis sob a égide de um Movimento de cunho autenticamente democrático com vistas à consolidação das posições conquistadas nas últimas eleições. Imediatamente após as mesmas, realizaram-se estudos preliminares com vistas à criação de um movimento desta ordem, e que agora deverão servir de subsídio no encontro de Capão da Canoa.<sup>293</sup>

A situação de Santa Maria, portanto, estava inserida num contexto maior, que envolvia vitórias em outros diretórios e que procurava constituir uma ação organizada.

<sup>288</sup> AHMSM, *A Razão*, 5 de junho de 1965, p. 6. A reunião do Conselho do DCE ocorreu em 27 de maio.

<sup>289</sup> AHMSM, *A Razão*, 24 de agosto de 1965, p. 6.

<sup>290</sup> AHMSM, *A Razão*, 1º de setembro de 1965, p. 6.

<sup>291</sup> AHMSM, *A Razão*, 16 de abril de 1964, p. 3.

<sup>292</sup> KONRAD, 2006, p. 106.

<sup>293</sup> AHMSM, *A Razão*, 23 de janeiro de 1966, p. 6.

No Conselho Universitário, Paulo Sarkis teve uma participação ativa. No final de abril de 1966, chegava para apreciação do Conselho uma proposta do Departamento de Administração Central no sentido de instituir a cobrança de passagens de ônibus para os estudantes que usavam esse serviço para se descolar ao campus da Universidade.<sup>294</sup> Argumentava-se que o custo do transporte era muito alto, propondo-se a cobrança de uma parte do valor aos alunos, estipulada em Cr\$ 20. O representante estudantil foi o primeiro a se manifestar, pedindo para que sua fala constasse integralmente na ata. Sarkis defendeu que as cobranças de taxas deveriam ser unificadas entre todas as Universidades federais e inclusos em uma taxa de matrícula. Além disso, considerava que devia “fazer parte de qualquer método de cobrança dessas taxas um critério” em que se distinguíssem os estudantes que podiam e os que não podiam pagar.<sup>295</sup> Propôs, então, que os estudantes deveriam ser classificados em três categorias: os que podiam pagar, os que não podiam e, por fim, os que não só não podiam pagar as taxas como precisavam de auxílio financeiro. Mais adiante, afirmou que:

De maneira como o problema tem sido conduzido nas diversas Universidades, inclusive, convém ressaltar, na Universidade Federal de Santa Maria, está-se caminhando para o estabelecimento de injustiças, mediante a cobrança de taxas elevadas por Universidades isoladas, sem um critério nacional / [...] Não nos opomos especificamente ao valor da taxa cobrada de Cr\$ 20. Estamos nos opondo principalmente ao precedente que se abre, ao critério que está seguindo.<sup>296</sup>

Na discussão que se seguiu, o professor Alberto Thomaz Londero, representante da Congregação da Faculdade de Farmácia, concordando com a impossibilidade de uma cobrança desse tipo, sugeriu a suspensão do serviço de transporte pela Instituição. O conselheiro Hélio Homero Bernardi, diretor da mesma Faculdade, disse discordar da proposição de Paulo Sarkis em dividir os discentes em três grupos, por acreditar que o Brasil ainda precisava que o ensino superior fosse gratuito.<sup>297</sup> Afirmou ainda que, enquanto pudesse, a UFSM deveria manter o serviço, deixando de prestá-lo caso não tivesse mais condições de bancá-lo.

Outras manifestações foram feitas até que a palavra retornou ao representante acadêmico. Segundo este, enquanto as moradias estudantis não estiverem prontas, não se poderia extinguir o serviço de ônibus, devido à distância do campus. Nas palavras de Sarkis: “eu acharia que mais antipatriótica, mais antieconômica, seria impossibilitar os alunos de

---

<sup>294</sup> Naquele período, o transporte era feito por ônibus da própria UFSM, sem custo aos discentes.

<sup>295</sup> DAG/UFSM. *Ata da 60ª Sessão do Conselho Universitário*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 28 de abril de 1966, p. 37.

<sup>296</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>297</sup> *Ibid.*, p. 39.

assistir às aulas em Camobi”.<sup>298</sup> A questão acabou não sendo definida nessa reunião, aceitando-se a proposição do diretor da Faculdade de Medicina, professor Leovegildo Leal de Moraes, para que a Comissão de Orçamento e Regência Orçamental fizesse um estudo do custo real do transporte para que esta pauta fosse novamente debatida.

A possibilidade de cobrança pelo transporte retorna ao Conselho Universitário em julho. O presidente do DCE manteve a posição contrária a cobrança da taxa. A proposição aprovada e encaminhada foi a utilização dos recursos para transporte que dispunham as faculdades para atender suas demandas de viagem, o que solucionaria a falta de verbas para aquele ano. Não ficou decidida uma solução definitiva para o ano seguinte.<sup>299</sup>

Paulo Sarkis representava as ambiguidades do liberalismo elitista entre os estudantes. Por um lado, defendia os interesses mais imediatos dos estudantes, posicionando-se repetidas vezes contra a cobrança de taxas. Por outro lado, admitia a possibilidade de estabelecimento de uma tarifa anual. Além disso, ao mesmo tempo em que exercia uma atuação presente e decidida no Conselho, articulava-se politicamente com os “democratas” e criticava as esquerdas, como no caso de rompimento com o TAC ou na repercussão da Passeata dos “Bixos”, em 1966.<sup>300</sup> Em julho, por exemplo, representantes do DCE, entre eles Sarkis, foram a Curitiba onde puderam entrar em contato o Ministro Muniz Aragão e “outras autoridades educacionais”. Além de buscarem verbas e proporem solucionar a questão da coincidência de períodos entre os horários de aula e os cursos de oficiais da reserva, o Congresso do qual participavam aprovou “uma nota de solidariedade ao Diretório Nacional dos Estudantes e contra a realização do congresso da UNE, patrocinado por comunistas internacionais e agitadores, em Belo Horizonte”.<sup>301</sup> Os liberais elitistas não queriam, portanto, acabar com a participação ativa dos estudantes, queriam um movimento “purificado”, sem a influência das esquerdas e que não se envolvesse em questões políticas mais amplas.

Na eleição seguinte, realizada em outubro de 1966, foram vitoriosos os candidatos da situação Evandro Cloacir Behr e Renelli Luiz Rossato, respectivamente presidente e vice. Evandro conseguiu 1032 votos, enquanto o candidato à presidência pela oposição, Clóvis

---

<sup>298</sup> DAG/UFSM. *Ata da 60ª Sessão do Conselho Universitário*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 28 de abril de 1966, p. 40.

<sup>299</sup> DAG/UFSM. *Ata da 64ª Sessão do Conselho Universitário*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 14 de julho de 1966.

<sup>300</sup> No início do ano letivo de 1966, estudantes da Faculdade de Direito empunharam cartazes criticando a Ditadura Civil-Militar. O presidente do DCE lançou nota na imprensa, criticando a ação desses universitários.

<sup>301</sup> AHMSM, *A Razão*, 29 de julho de 1966, p. 6. Deste Congresso da UNE, em Belo Horizonte, participaram dois acadêmicos da UFSM, Dartagnan Agostini e Tarso Genro. In: AGOSTINI, Datargnan. *Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima*. Santa Maria: 2011.



Rogério Bornemann, obteve 901. No cargo de vice, a vitória de Renelli foi conquistada com 1052 votos, enquanto a oposição atingiu 872 com a candidatura de Olci Soria Machado.<sup>302</sup>

A nova gestão, em linhas gerais, manteve as mesmas características da anterior. No entanto, não se verificaram os mesmos atritos com as esquerdas observáveis nos dois anos anteriores. Ao que parece, houve um refluxo na atuação das esquerdas em Santa Maria, durante o ano de 1967.

No Conselho Universitário, os conflitos novamente envolveram a questão dos transportes. Em outubro de 1967, entrou na “Ordem do dia” o Parecer nº 216/67, agora com o estudo de custos realizado. Segundo o parecer, o total anual atingia a cifra de NCr\$ 129.591,04 e a proposta era a cobrança de NCr\$ 5 no ato de inscrição e mais NCr\$ 15 ao realizar a matrícula, ficando isentos os que possuísem Bolsa Rotativa ou de Alimentação. Evandro Behr se manifestou contrário a proposta, “porque existem alunos que usam transporte diariamente por terem suas aulas na Cidade Universitária, em detrimento a outros que as tem exclusivamente em Santa Maria”.<sup>303</sup> Segundo ele, todos deveriam ter acesso gratuito às aulas, sendo que os estudantes não eram responsáveis pela localização do seu curso. Acrescentou ainda, sobre os bolsistas, que o número de bolsas era inferior ao número de requisições e, portanto, esse não seria um critério adequado para a gratuidade. O representante dos Livres-Docentes, Cyro Melo Schmitz, também se manifestou contrário à cobrança de qualquer taxa aos estudantes e lembrando que no início de cada ano se fizesse “uma distribuição eficiente de recursos” do orçamento.<sup>304</sup> Os professores Zozymo Lopes dos Santos e Domingos Crossetti também foram contrário à proposta. Esse último afirmou que:

Por princípio é favorável a mais absoluta gratuidade do ensino, porque: esta taxa trará uma discriminação entre os alunos que, tendo transporte próprio, se negarão a pagar; e criará uma discriminação entre funcionários e professores, para os quais, até agora, não se cogita pagar passagem.<sup>305</sup>

Foram aprovadas duas proposições. A primeira de que não fosse cobrada taxa dos alunos, recebendo voto contrário por parte dos conselheiros Oscar Mombach, Wilson Aita e José Carlos Pignataro. A segunda foi uma “autorização para que a Reitoria se” dirigisse “ao Ministério da Educação e Cultura pleiteando auxílio para o transporte de alunos”, que foi aprovada sem objeções.<sup>306</sup>

---

<sup>302</sup> AHMSM, *A Razão*, 27 de outubro de 1966, p. 3.

<sup>303</sup> DAG/UFMS. *Ata da 80ª Sessão do Conselho Universitário*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 11 de outubro de 1966, p. 19.

<sup>304</sup> *Ibid.*.

<sup>305</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>306</sup> *Ibid.*, p. 23.

A atuação de Evandro Behr no Conselho Universitário, portanto, foi similar a de Paulo Sarkis, defendendo os interesses estudantis quanto à cobrança de taxas para o transporte. Quando essa gestão chegou ao fim já estava em vigência o Decreto Aragão. Esse decreto determinava eleições indiretas para os DCEs e assim foi feita a escolha dos sucessores. A chapa única era composta por Nelson Schwertner (presidente) e Mauro Régis de Menezes (vice-presidente) e representava a continuidade das gestões anteriores. O bom relacionamento entre esses estudantes e deles com a reitoria ficou registrada em fotografia publicada no jornal *A Razão*, que mostra Evandro, Nelson e Mauro em visita ao reitor substituto Hélios Bernardi, alguns dias antes da eleição.



Figura 3 – Presidente do DCE-UFSM e candidatos à sucessão em visita ao reitor substituto  
 Fonte: AHMSM, *A Razão*, 28 de outubro de 1967, capa.

Em julho, o presidente do DCE foi chamado pelo presidente Costa e Silva para participar de estudos sobre a Reforma Universitária. A atuação dos representantes recebeu elogios do reitor Mariano da Rocha. Assim, na reunião do Conselho Universitário de 2 de agosto de 1968, solicitou para que constasse “em ata um voto de louvor aos nossos universitários que se têm conduzido de uma maneira independente e sem dúvida, hoje, se constituem numa das mais expressivas forças universitárias do Brasil”.<sup>307</sup> A condução do

<sup>307</sup> DAG/UFSM. *Ata da 94ª Sessão do Conselho Universitário*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2 de agosto de 1968, p. 2.

DCE, portanto, agradava tanto às autoridades locais quanto às lideranças mais importantes da Ditadura Civil-Militar. No Conselho Universitário não houve atritos, o que se deve também ao fato de não ser apresentadas pautas polêmicas que atingissem diretamente os estudantes, como a cobrança de taxas de transporte, como nos dois anos anteriores.

Novas eleições indiretas foram realizadas em 30 de outubro de 1968. Os estudantes liberais elitistas conquistaram mais uma vitória. Àquela altura, com os protestos das esquerdas estudantis em refluxo e a legislação que estabelecia eleições indiretas em vigor desde 1967, os “democratas” consolidaram sua hegemonia no DCE e nos DAs.

### 3. O MOVIMENTO ESTUDANTIL ENTRE APOIOS E RESISTÊNCIAS

Neste capítulo, apresento os principais momentos de disputa entre às esquerdas e os estudantes liberais elitistas em Santa Maria. Privilegiei os momentos em que esse embate se expressava na esfera pública, compreendendo que as identidades desses grupos se construíram também na oposição mútua.

Na primeira parte, tento compreender a reação dos estudantes ao Golpe Civil-Militar de 1964, quando houve tentativas dispersas de resistência e protesto mas, ao mesmo tempo, houve também um forte apoio por parte dos CAs. Na segunda parte, abordo a Passeata dos “Bixos” de 1966, que foi utilizada como forma de manifestação por parte de alguns estudantes, desagradando a direção do DCE e que motivou um acalorado debate no jornal *A Razão*. Por fim, na terceira e última parte, estudo o ano de 1968 em Santa Maria, sobretudo a tentativa de manifestação ocorrida em agosto, que resultou na prisão de quatro militantes.

As fontes utilizadas nesse capítulo são, essencialmente, as notícias veiculadas no jornal e entrevistas com sujeitos que vivenciaram esses acontecimentos.

#### 3.1 Os Estudantes Diante do Golpe de 1964

Conforme destacado por Diorge Konrad, Santa Maria era uma Cidade dividida em 1964.<sup>308</sup> De um lado, havia uma atuação importante dos setores populares e de esquerda, sobretudo a partir do movimento ferroviário, visto que Santa Maria era o principal centro ferroviário do Rio Grande do Sul. Partidos como o PTB e o PCB tinham suas bases nessa categoria, mas também estendiam sua influência entre os estudantes. Em 1963, as eleições municipais tiveram como resultado a vitória da chapa do PTB, com Paulo Devanier Lauda como prefeito e Adelmo Simas Genro como vice.

Por outro lado, como já foi dito, a Cidade tinha o segundo maior contingente militar do Brasil, inferior apenas ao Rio de Janeiro. Se considerarmos que a população do município era em torno de 121 mil habitantes fica clara a presença significativa dessa categoria.<sup>309</sup> Após a tentativa de golpe, em 1961, o comando da 3ª Divisão de Infantaria, sediada em Santa

---

<sup>308</sup> KONRAD, 2006. Conferir também: OLIVEIRA, 2007. Segundo a autora “a Cidade foi repartida entre os que apoiaram o regime e aqueles que lutaram contra ele”, p. 229.

<sup>309</sup> Os dados são relativos a 1962. A população urbana era de 84.128 habitantes e o número de militares era de 9.600, portanto, mais de 10% da população urbana era militar. Cf. ROCHA FILHO, 1962, p. 74.

Maria, esteve nas mãos de dois militares conservadores: Olympio Mourão Filho e Mário Poppe Figueiredo. Ambos trabalharam na articulação golpista e buscaram garantir a unidade interna da divisão, minimizando, portanto, que a influência dos setores nacionalistas dentro das Forças Armadas se expressasse na Cidade. Neste sentido, segundo o próprio Mourão Filho, se referindo a situação após a Legalidade:

Assumi o comando e durante o resto de 1961 tratei de colocar a 3ª R.I. em condições operacionais, não somente do ponto de vista material, mas principalmente da disciplina, gravemente comprometida com o sucesso de 25 de agosto, até a posse do novo Presidente.<sup>310</sup>

A Igreja, por sua vez, influenciava tanto os setores conservadores quanto os setores progressistas. O bispo da Cidade, Dom Luiz Victor Sartori, participou ativamente da conspiração golpista e praticava uma pregação anticomunista aos moldes do que fazia o Arcebispo Dom Vicente Scherer em Porto Alegre.<sup>311</sup> Mourão Filho considerava Sartori “um revolucionário entusiasmado”.<sup>312</sup> Em uma das manifestações do bispo às emissoras de rádio, no final de abril de 1964, reproduzida pelo jornal *A Razão*, Dom Sartori defendia que:

A Revolução Militar, ainda em curso, teve um objetivo imediato, urgente e inadiável que precisa ser consolidado, após a vitória incruenta das forças armadas, o objetivo de anular o iminente Golpe marxista, comunista que ameaçava o regime democrático brasileiro com uma ditadura totalitária, nos moldes de Moscou, Pequim ou Cuba. Importava desmontar a máquina infernal marxista prestes a desfechar seu verdadeiro Golpe, como importa, agora neutralizar a ação dos agentes da subversão da ordem e dos que com eles, por motivos vários, estavam em franco conluio.<sup>313</sup>

O discurso seguia enfatizando que a “Revolução” não teria apenas um aspecto negativo, mas uma característica construtiva, pois se havia um “perigo comunista”, esse se devia ao clima favorável existente no Brasil, marcado pela corrupção e pelas injustiças sociais. O movimento deveria se constituir em uma “Revolução Social, isto é, a constituição de uma ordem social humana justa, cristã, autenticamente democrática”.<sup>314</sup>

Por outro lado, como já foi visto, a Ação Católica tinha bastante importância na Cidade. A USE e a FEUSM eram comandadas em 1964, respectivamente, pela JEC e pela JUC. Alguns padres progressistas como Romar Virgílio Pagliarin e José Carlos Pretto, exerciam uma importante influência entre os estudantes. Portanto, a predominância da

<sup>310</sup> MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: A Verdade de um Revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978, p. 29. Conferir também as memórias de Mário Poppe Figueiredo (1970).

<sup>311</sup> KORAND, 2006; CEREZER, Osvaldo Mariotto. *Imprensa e Estado Autoritário: o jornal A Razão e o Golpe Militar de 1964*. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs.). *Nova História de Santa Maria: outras contribuições*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

<sup>312</sup> MOURÃO FILHO, op. cit., p. 32.

<sup>313</sup> *A Razão*, 26 abr. 1964, p. 2, apud CEREZER, 2012, p. 225.

<sup>314</sup> *Ibid.*

esquerda católica na direção das entidades estudantis do País também se verificava em Santa Maria.

Entre 1961 e 1964, as tensões políticas se tornaram cada vez mais acirradas e a polarização ficou mais aguda nos meses que antecederam o Golpe. As forças conservadoras conseguiram cada vez mais espaço no principal jornal de Santa Maria, *A Razão*, enquanto os movimentos populares e de esquerda tinham abrigo nas páginas do semanário *A Cidade*. No caminhar da crise de 1964, no entanto, os conspiradores se mostraram mais organizados.

Nos primeiros dias de abril de 1964, a situação ainda estava indefinida no Rio Grande do Sul. Enquanto Ildo Meneghetti transferia secretamente a sede do governo para Passo Fundo, em Porto Alegre o movimento de resistência se concentrava em torno da Prefeitura, visto que o Executivo Municipal era comandado pelo prefeito Sereno Chaise, do PTB. Esperava-se que o estado pudesse construir uma resistência ao assalto golpista, assim como havia feito em 1961, na chamada Campanha da Legalidade. Assim, ainda no dia 1º, o presidente João Goulart nomeou Ladário Telles como comandante do III Exército. Através das emissoras de rádio, tentava-se reeditar a Cadeia da Legalidade. No dia 2 de abril, Goulart desembarcava em Porto Alegre. Contudo, ao tomar conhecimento da situação das tropas no Rio Grande do Sul, o presidente concluiu não haver condições de resistência. Não era possível contar com a Brigada Militar nem a maior parte das unidades do III Exército. Apesar da forte mobilização na capital do estado, no intento de evitar uma guerra civil, Goulart partiu no mesmo dia para o exílio no Uruguai. Tentativas de resistência ainda foram e reprimidas em Porto Alegre nos dias 3 e 4 de abril.<sup>315</sup>

Em Santa Maria, os estudantes tentaram algumas ações dispersas. Na manhã do dia 1º de abril, alguns militantes transmitiam seus protestos pelas rádios Santamariense e Guarathan. No entanto, a possibilidade de se reeditar a Rede da Legalidade foi frustrada na tarde do mesmo dia, quando a polícia e os militares da 3ª DI retomaram as emissoras.<sup>316</sup> Milton Saldanha relata a situação:

Em Santa Maria, havia garoa durante a manhã de 1º de abril, um dia cinzento, e a situação era indefinida. Fui com Tarso Genro e João Nascimento para a *Rádio Santamariense*, engajada na precária rede de resistência. Falamos ao vivo. João, especialmente, era muito bom orador. Depois ficamos andando pela Cidade, sem rumo, em busca de alguma articulação. Mas não havia o que fazer. À tarde, o Exército foi para as ruas. Ocupou o Centro, as quatro rádios, Correio, telefônica e

---

<sup>315</sup> PADRÓS, Enrique Serra ; LAMEIRA, R. F. . 1964: o Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, E; BARBOSA, V.; LOPEZ, V.; FERNANDES, A.. (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964.. 1 ed. Porto Alegre, 2009, v. 1, p. 33-50.

<sup>316</sup> KONRAD, 2006; OLIVEIRA, 2007.

usina de energia elétrica. Calou a Rede da Legalidade e isso deixou claro que tinha aderido ao Golpe.<sup>317</sup>

Segundo Dartagnan Agostini, estudante secundarista em 1964, a resistência que se esboçava era articulada com o apoio da Prefeitura, à época ocupada por Paulo Lauda e Adelmo Genro, do PTB. De acordo com ele: “tentamos articular junto com a Prefeitura pra ver se a gente conseguia impor uma manifestação de massa ou qualquer outra mais radical”. Pensou-se, inclusive, em fazer uma ação contra o quartel, “mas depois a gente começou a raciocinar, começou a juntar gente, quem tinha arma, quem não tinha, se dando conta que seria suicídio político e suicídio pessoal”.<sup>318</sup>

O peso dos militares na Cidade parece ter sido o principal elemento de desmobilização. João Nascimento, que participou dos protestos proferidos na Rádio Santamariense, disse que ao saírem do local com a chegada da polícia, foram para a rua, tentaram se mobilizar, “mas o Exército foi rápido, não deu tempo da gente se organizar, porque eles tomaram rapidamente as ruas”.<sup>319</sup> Neste mesmo sentido, outro militante secundarista, Luiz Alberto dos Santos Rodrigues, lembra que: “Havia em cada esquina do centro, nas escolas, principalmente à noite, havia militares, soldados do Exército fazendo a vigilância”.<sup>320</sup>

Os estudantes conseguiram realizar uma panfletagem ainda na primeira semana após o Golpe. A ideia partiu de um sargento da Brigada Militar que era secundarista na Escola Estadual Manoel Ribas. Os militares, no entanto, conseguiram identificar a gráfica pela análise da tipografia e, a partir daí, foram atrás dos envolvidos no protesto. Esse fato gerou um IPM contra o presidente e o vice-presidente da USE.

Enquanto as principais ações eram levadas à frente pelos secundaristas, a principal entidade dos universitários pronunciava-se de maneira ambígua. A nota publicada no jornal *A Razão*, em 2 de abril, conclamava “todos os brasileiros para que, num clima de fraternidade nacional” resguardarem “as instituições democráticas e os poderes constituídos” e manifestava o “seu respeito à Constituição Brasileira”, base do “sistema democrático” e dos “poderes constituídos”, além de expressar “sua posição de apoio às reformas” das estruturas que viessem “ao encontro dos mais profundos anseios populares”.<sup>321</sup>

<sup>317</sup> SALDANHA, 2012.

<sup>318</sup> AGOSTINI, Dartagnan. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2011. Ver também: AGOSTINI, 1999, p. 169.

<sup>319</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>320</sup> RODRIGUES, Luiz Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012. A presença dos militares enquanto inibidora da ação política em Santa Maria é destacada também por: MARTINS, 1999: 164.

<sup>321</sup> AHMSM, *A Razão*, 16 de abril de 1964, capa e p. 5.

Os acontecimentos em Santa Maria não diferiam muito da reação geral da esquerda estudantil diante do Golpe Civil-Militar. Em todo o País, houve tentativas de resistência, mas elas foram dispersas. A UNE chegou a decretar uma greve geral no dia 1º de abril. Esperava-se uma ampla resistência, dirigida pelo presidente. No entanto, essa posição foi frustrada diante da derrota do "esquema militar" e do caminho seguido por Goulart na condução da crise. Assim como o restante do movimento popular, a esquerda estudantil se viu sem uma direção. Ainda no dia 1º de abril, a sede da UNE foi invadida e incendiada. Na base estudantil, segundo Martins Filho,<sup>322</sup> predominou uma espécie de "paralisia política", que já demonstrava uma espécie de descontentamento em relação à direção da UNE.

Apesar do conteúdo moderado das declarações, vários centros acadêmicos se posicionaram contrários à nota da FEUSM. No dia 9, foi publicado um "A Pedido" do Centro Acadêmico do Direito, em que esse se opunha à posição da Federação. Segundo o documento:

Esperávamos que nossa entidade fizesse uma definição clara, precisa, livre e cristã, onde deixasse claro que somos partidários da DESCOMUNIZAÇÃO DA PÁTRIA e que repelimos todo e qualquer cidadão, tenha ou não imunidades, que queira subverter a ordem e desrespeitar as instituições, negando os princípios de Fé Cristã e da Democracia, que são o baluarte do povo brasileiro. [...] Julgamos justo, correto e necessário que alguém, neste País, se levantasse e conclamasse o povo à união contra as arbitrariedades que vinham sendo praticadas. Precisava a Pátria que alguém terminasse de uma vez por todas, com as coações subversivas efetivadas contra o Congresso Nacional. Necessitávamos de alguém que se propusesse a sanear a COMUNO-SINDICALIZAÇÃO, que impusesse o respeito hierárquico e reconduzisse ao respeito e à moral os detentores dos mais altos cargos na Nação.<sup>323</sup>

As assembleias que definiram o posicionamento dos estudantes do Direito, bem como da Medicina, ocorreram ainda no dia 1º de abril. De acordo com Milton Saldanha:

À noite fui com meu irmão Rubem Mauro a duas assembleias de estudantes, nas faculdades de Medicina e Direito, esta última onde ele estudava, além de servir no NPOR, com sede no 7º Regimento, Rubem esqueceu sua condição militar e fez um discurso atacando o general golpista. Fiquei apavorado, porque poderia ser preso. Nessas assembleias a turma da direita, que nunca se manifesta para nada, pela primeira vez se revelou: festejavam o Golpe com provocativos sorrisos de prazer. Faltou pouco para virar pancadaria entre os dois grupos.<sup>324</sup>

No dia 15 de abril, o Centro Acadêmico dos Estudantes de Engenharia manifestou-se contrário às relações da UNE e "outras entidades de cúpula estudantil com forças comunistas nacionais e internacionais", sentindo-se "no dever moral de vir a público manifestar sua repulsa aos atos de traição à Pátria praticados pelas minorias inexpressivas de agitadores e ativistas comunistas que se apoderaram daquelas entidades".<sup>325</sup>

<sup>322</sup> MARTINS FILHO, 1987, p. 68.

<sup>323</sup> AHMSM, *A Razão*, 9 de abril de 1964, p. 6.

<sup>324</sup> SALDANHA, 2012, p. 126.

<sup>325</sup> AHMSM, *A Razão*, 15 de abril de 1964, p. 6.



Um dia depois, *A Razão* publicou uma nota dos estudantes da Faculdade de Filosofia, que pediam a “expulsão de nosso meio dos maus brasileiros ‘comunistas e agitadores’ que mediante as suas ações nefastas, tantos males e prejuízos têm trazido à UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA”. Com esse manifesto, esses estudantes desejavam “expressar a [...] posição de VERDADEIROS ACADÊMICOS amantes de um BRASIL LIVRE, ORDEIRO e DEMOCRÁTICO. Na missão de futuros plasmadores do pensamento nacional”, sempre inspirados “nas verdadeiras fontes de uma filosofia CRISTÃ E DEMOCRÁTICA”.<sup>326</sup>

Máximo Trevisan, que a época era presidente da Centro Acadêmico Jacques Maritain da Faculdade de Filosofia, destaca que as posições conservadoras eram bastante presentes naquela faculdade:

A faculdade de filosofia, hoje, com o olhar de hoje, eu diria que ela era, tinha assim uma forte tendência conservadora. Ah, outro que tinha também uma forte tendência conservadora era a faculdade de engenharia, o pessoal lá também tinha essa força mais. E tinham outras faculdades.<sup>327</sup>

Essas manifestações deixam bastante claro que, embora a diretoria da FEUSM fosse ligada às esquerdas, uma parcela significativa dos CAs das faculdades se encontrava sob a direção de setores contrários ao governo de João Goulart e à gestão da UNE. Em todos os casos, fica explícito o teor anticomunista do discurso. Afirma-se a existência de uma ideologia comunista externa infiltrada entre os estudantes, contraposta a uma suposta natureza “cristã” e “democrática” do “povo brasileiro” e defendida pelos “verdadeiros acadêmicos”. É através desses termos que apoiaram a “descomunização da pátria” levada a efeito pelas Forças Armadas.

### 3.2 A Passeata dos “Bixos” de 1966

Outro momento de conflito dentro do Movimento Estudantil foi durante a Passeata dos “Bixos” de 1966. Esse tipo de desfile de calouros era tradicional e costumava ser um espaço de protesto nos anos 1960. Em Santa Maria não era diferente.<sup>328</sup>

Em 1966 o DCE da UFSM era dirigido pelos setores liberais elitistas. Contudo, foi nesse ano que ingressaram na instituição boa parte dos estudantes de integravam o GVC, que acumulavam também a experiência de militância no Movimento Estudantil secundarista. Era

<sup>326</sup> AHMSM, *A Razão*, 16 de abril de 1964, p. 6.

<sup>327</sup> TREVISAN, Máximo. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>328</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012; ROBINSON, Carlos Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012

o caso de Tarso Genro, Luiz Alberto Rodrigues, João Nascimento, Carlos Alberto Robinson, entre outros. Esse processo parece ter gerado uma renovação das lideranças universitárias.

A tradicional passeata estava marcada para 21 de abril de 1966. As expectativas eram altas. No dia marcado, *A Razão* noticiou que os “bixos” iriam desfilar “divertindo-se e divertindo o povo”, através de suas indumentárias e de suas “críticas elevadas”, empunhando cartazes “cheios de humorismo sadios e respeitosos”.<sup>329</sup> As manifestações políticas feitas em meio à festa e à brincadeira eram, portanto, toleradas e esperadas pelo jornal. Além disso, a edição do dia 23 trazia estampada na contracapa a manchete “Passeata dos 'Bixos' dia 21 revestiu-se de grande brilhantismo”. A avaliação positiva considerava superior o desfile desse ano em relação aos anteriores, “não só pela ordem observada, como também pela bizarria das indumentárias”. Ainda segundo a reportagem, “outros fatores contribuíram para embelezar o cenário multicolor da invulgar passeata” dos “bixos”, como a exibição de cartazes “com críticas sutis à atualidade política”.<sup>330</sup>

No entanto, no dia 1º maio de 1966, Paulo Sarkis escreveu um manifesto condenando os esquerdistas que fizeram cartazes políticos e “pornográficos” na Passeata dos “Bixos”. O texto explicava que, procurando evitar acontecimentos como os que sucederam, o DCE havia orientado os Secretários Sociais dos Diretórios Acadêmicos a fazerem uma primeira censura do material. Uma nova verificação ocorreria no dia da passeata, dessa vez por parte do DCE. No dia do evento, no entanto, alguns acadêmicos teriam aparecidos com cartazes que contrariavam essa orientação, sendo proibidos. “Mesmo assim”, segundo Sarkis, “foram permitidos cartazes que reivindicavam liberdade ou que traziam críticas respeitadas às autoridades, exatamente porque acreditamos que estamos em liberdade e que os cartazes eram ridículos”. Além disso, estudantes teriam burlado a censura e escondido cartazes, que depois foram utilizados no desfile. Na avaliação do presidente do DCE:

Os cartazes políticos, o incentivo a burla da fiscalização e alguns dos cartazes pornográficos, não foram atitudes isoladas ou independentes. Em todas as faculdades os cartazes políticos foram conduzidos por elementos confessamente esquerdistas cujas ações pró-agitação e subversão no meio estudantil secundarista já são do nosso conhecimento e, em alguns casos, do conhecimento de toda a população. Em algumas faculdades os cartazes pornográficos foram incentivados pelos mesmos portadores de cartazes políticos ou por veteranos de orientação comuno-esquerdistas.<sup>331</sup>

Neste trecho, se repetem os elementos anticomunistas que haviam dominado os manifestos na conjuntura do Golpe, em 1964. Demonstra também que entre os “bixos” havia

<sup>329</sup> AHMSM, *A Razão*, 21 de abril de 1966, p. 6.

<sup>330</sup> AHMSM, *A Razão*, 23 de abril de 1966, p. 6.

<sup>331</sup> AHMSM, *A Razão*, 1º de maio de 1966, p. 3.

estudantes que eram vistos pelos liberais elitistas como lideranças e, ao mesmo tempo, adversários. Isso fica ainda mais evidente em outro trecho:

O Diretório Central de Estudantes da Universidade de Santa Maria alerta os estudantes democratas de nossa Universidade, no sentido de se mobilizarem contra futuras manobras de elementos esquerdistas infiltrados no meio estudantil e que permanecem constantemente em busca de uma oportunidade para agitar e conturbar a ordem.<sup>332</sup>

Aos “estudantes democratas” se oporia os “elementos esquerdistas”, que “infiltrados” buscavam “agitar e conturbar a ordem”. Nos manifestos dessa linha, os verdadeiros estudantes eram sempre os “democratas”, enquanto as esquerdas eram “infiltradas”, desejosas de inverter o estado natural das coisas, ou seja, a “ordem”. Ao avaliar o resultado da ação dos “comuno-esquerdistas”, o manifesto do DCE considerava que foi um fracasso, pois os estudantes tiveram a liberdade de portar cartazes que criticavam as autoridades e isso seria a prova de que se estaria vivendo um “regime de liberdade”.<sup>333</sup>

Seguiu-se, então, uma resposta de acadêmicos do Direito ao manifesto do DCE-UFSM sobre a Passeata dos “bixos”. Assinada por Tarso Fernando Genro, Byron Prestes Costa e Carlos Alberto Robinson, afirmava que Sarkis não representava os universitários de Santa Maria, pois bajulava o *status quo* e estava à frente de uma gestão improdutiva. Os estudantes consideraram contraditória a argumentação do manifesto do DCE, visto que o próprio texto havia esclarecido sobre a censura feita pelos secretários sociais e pelo Diretório Central e depois falava em liberdade. Segundo a resposta:

percebemos a contradição em que incorre o presidente do DCEUSM, quando fala em censura e mais tarde em LIBERDADE, num flagrante sofisma de uma mentalidade pusilânime que, num afã de se fazer notar e bajular os mantenedores do atual “status quo” não poupa esforços, nem meio ilícitos.<sup>334</sup>

Como visto, o conceito de liberdade era disputado na luta política. Com efeito discursivo, procurava-se desvincular os estudantes que portavam os cartazes com as esquerdas, afirmando não serem “comuno-esquerdistas” e também dizendo não terem escondido os cartazes. Neste sentido, buscando a legitimação perante o público, a resposta defendeu que “as frases que o Presidente do DCEUSM, através do manifesto, chama de ridículas são de personalidades como Rui Barbosa, Cícero, Jefferson, etc.”.<sup>335</sup> Além de trazer o tom humorístico da mensagem política, tradicional nessas passeatas, utilizar grandes pensadores como supostos autores das frases foi uma estratégia dos estudantes de esquerda para escapar da censura. De acordo com João Nascimento:

<sup>332</sup> AHMSM, *A Razão*, 1º de maio de 1966, p. 3.

<sup>333</sup> Ibid.

<sup>334</sup> AHMSM, *A Razão*, 3 de maio de 1966, p. 3.

<sup>335</sup> Ibid.;

Assim, eu desfilei pela filosofia, porque era onde eu tinha entrado. A História Natural pertencia a filosofia. E havia censura nos cartazes. E eu me lembro que eu coloquei uma frase: "a liberdade é como o sol, ela tem que brilhar para todos", Sêneca. As freiras passaram ali... e iam vetar uma frase Sêneca? [...] Era a maneira de passar então. Várias frases lá conclamando a liberdade. Porque aquele tempo só tu clamar pela liberdade era uma coisa importante, era um ato político importante, que a sociedade toda se encaramujou. Ou por medo ou por cobiça.<sup>336</sup>

Se publicamente os estudantes que haviam portado os cartazes com conteúdo político não queriam ser identificados com as esquerdas, isso não significava que o movimento havia sido somente espontâneo, sem articulação e sem politização. Como vimos, Tarso Genro e Carlos Alberto Robinson, dois dos estudantes que haviam assinado a resposta, tinham sido militantes secundaristas e fundadores do GVC. Luiz Alberto Rodrigues, companheiro de militância no GVC, e colega de ambos no curso de Direito, afirma que:

A Passeata dos "Bixos", nós do direito, resolvemos politizá-la. Nós então empunhávamos cartazes como por exemplo: "Que as armas cedam à toga", cartazes assim. E os militares fotografavam quem estava empunhando os cartazes. Tinha outras assim: "A democracia morreu na ARENA". Tinha outras frases. E isso nos gerou problemas, porque depois eles começaram a fazer investigação em torno dessas pessoas que empunhavam esse tipo de cartaz.<sup>337</sup>

Após as respostas dos estudantes de Direito, Sarkis escreveu um réplica em que disse deixar "ao critério dos Universitários a existência ou não de esquemas visando conturbar e agitar o meio estudantil". Sobre os cartazes, novamente avaliando a questão da "liberdade", considerou que:

A intenção com que foram conduzidos cartazes com frases de Rui Barbosa, Virgílio, Cícero ou Jefferson foi a de crer que não estamos em liberdade. Esta intenção não pode ser negada em sã consciência. Esta intenção é que é ridícula. Além do mais, não consta que nenhuma daquelas personagens históricas tenha dito: "Precisamos de um novo Tiradentes", "A democracia, como os Cristãos, acabou na ARENA", etc. É, pois, tendenciosa a afirmação de que consideramos ridículas as frases daquelas personagens. O que consideramos ridículo e deturpação dos fatos foi a tentativa de se fazer crer que não temos liberdade.<sup>338</sup>

Quanto à representatividade de gestão, destacou sua eleição com ampla vantagem de votos, chamando de recalçados os seus críticos. Por fim, defendeu a produtividade de sua gestão, destacando as suas realizações, como escolha da Rainha, baile dos "bixos", o gabinete odontológico, além da defesa dos "estudantes contra cobranças indiscriminadas de anuidades", como vimos na atuação de Sarkis no Conselho Universitários. Certamente a gestão não pode ser considerada improdutiva nesses aspectos. Ao contrário, talvez tenha sido a mais ativa das administrações do período. Evidentemente a crítica dos estudantes de Direito

<sup>336</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>337</sup> RODRIGUES, Luiz Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>338</sup> AHMSM, 4 de maio de 1966, p. 3.

era relativa ao posicionamento político da gestão, talvez considerada improdutiva por não levar a frente um enfrentamento às autoridades e à Ditadura.

A posição do presidente do DCE foi endossada pelos “Conselhos Comunitários, Associações de Pais e Mestres, Diretores de Educandários e outras entidades representativas”, que também se manifestaram contra os cartazes e gestos ultrajantes. É interessante observar a crítica moral que acompanha essas manifestações:

MANIFESTAMOS nossa decepcionante estranheza e total repúdio aos cartazes, encenações, gestos e palavras de alguns representantes de Faculdades, porque indignas de gente universitária e afrontosas ao povo e à família de Santa Maria. Não é admissível que em Nação civilizada se permita que, em plena praça pública, seja desrespeitado e ultrajado, de maneira tão grosseira, um dos valores mais sagrados da sociedade humana: A DIGNIDADE MATERNA DA MULHER.<sup>339</sup>

A representação do comunismo como algo que atenta contra a família e as tradições é latente. O texto inclusive termina “invocando a proteção de Deus”.<sup>340</sup>

Por fim, cerca de vinte dias depois, o Diretório Acadêmico do Curso de Direito afirmou em nota que “os únicos e legítimos representantes do Diretório Acadêmico de Direito e com autoridade para falar em seu nome, eleitos democraticamente, são os acadêmicos Antônio D. Rossatto (presidente) e Vilson A. R. Bilhalva (vice-presidente)”. Desta forma, questionaram a legitimidade da resposta assinada por Tarso, Byron e Robinson, julgando estes sem autoridade, visto que perderam inclusive as eleições do Diretório. Segundo a nota, o objetivo era “agitar e trazer confusão”.

A passeata de 1966 foi um momento marcante na disputa pública entre as esquerdas e os estudantes de ideologia liberal elitista, onde ambos reforçaram suas identidades e representações do outro. Utilizando o humor, as esquerdas buscavam fazer críticas à situação política do País. Essa posição, somada à disputa em torno de valores morais, gerou a oposição de setores mais conservadores. No debates que se seguiram no jornal, cada grupo buscava

<sup>339</sup> AHMSM, *A Razão*, 4 de maio de 1966. Assinaram o manifesto: Conselho Comunitário das Dôres, Sociedade Amigos da Vila Schirmer, Associação de Pais e Mestres da Vila Schirmer, Sociedade dos Amigos da Vila Urlândia, Ginásio Estadual Pe. Caetano, Associação de Pais e Mestres a E. N. Coração de Maria, Associação Recreativa das Dôres, Conselho Comunitário da Vila Leste, Ginásio Industrial Antônio A. Ramos, Grêmio dos Pais e Mestres do G. E. junto ao Patronato Antônio A. Ramos, Colégio Sant’Anna, Conselho Comunitário de Santa Maria, Ginásio N. S. de Fátima, Escola Normal e Ginásio Medianeira, Educandário São Vicente de Paulo, Secretário Municipal de Educação, Colégio Fontoura Olha, Colégio Castro Alves, Grêmio Ferroviário, Sociedade dos Amigos da Vila Leste, Conselho Comunitário de Camobi, Sociedade dos Amigos de Camobi, Comissão da Ação Social da Igreja Metodista Central, Sociedade dos Amigos da Vila Oliveira, Arcebispo Geral da Igreja Episcopal do Brasil, Poncho Verde CTG, Conselho da Comunidade do Rosário, Conselho Comunitário de S. Catarina – Itararé, Conselho Comunitário de Fátima, Sociedade dos Amigos do Bairro Itararé, Conselho Comunitário da Catedral Diocesana, CTG Tropeiros da Querência, Educandário Pão dos Pobres, E. Primária Pão dos Pobres, Conselho Comunitário de S. José do Patrocínio, CPF Piá do Sul. CTG Estância do Minuano, Associação dos Bancários Católicos, E. N. e Ginásio Coração de Maria, Colégio Santa Maria, Associação de Pais e Mestres do Colégio Santa Maria, Conselho Comunitário da Medianeira, Movimento Familiar Cristão, Vereadores Joaquim Sangoi, Dr. Abílio Dalla Corte.

<sup>340</sup> AHMSM, *A Razão*, 4 de maio de 1966.

legitimar a si e deslegitimar o outro. Em 1967, a passeata de calouros, como também era chamada a Passeata dos “Bixos”, não foi noticiada. João Nascimento acredita que essa foi a última passeata realizada na Cidade naquele período,<sup>341</sup> no entanto, a imprensa dá conta de outro desses desfiles em 1968. Para além disso, tanto na fala de João Nascimento quanto na de Luiz Alberto Rodrigues, destaca-se a vigilância das autoridades, inclusive fotografando os manifestantes que portavam cartazes políticos, o que certamente inibia ações desse tipo.

O ano de 1966 ficou nacionalmente marcado por manifestações estudantis. Um mês antes, em 12 de março, os estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também usaram a Passeata dos Calouros como lugar de expressão política. A manifestação foi duramente reprimida, inclusive invadindo uma igreja onde os estudantes haviam se abrigado. Devido à violência utilizada, seguiram-se várias manifestações em outras Cidades do País, em solidariedade aos estudantes mineiros.<sup>342</sup>

Aliás, as ações do Movimento Estudantil nesse ano se concentraram no combate à repressão. Em abril, o governo Castelo Branco completava dois anos e a possibilidade de transição para um governo civil parecia cada vez mais distante. Ao final do governo, Castelo Branco era visto como Ditador, enquanto Costa e Silva era tido como liberal, em quem se depositavam as esperanças de abertura, o inverso do que as representações posteriores atribuíram. No período de Castelo Branco se extinguíram os partidos políticos, foram instituídas as leis de controle do Movimento Estudantil, como a Lei Suplicy e o Decreto Aragão, além da elaboração da Constituição e da Lei de Segurança Nacional (LSN). Em março de 1967, outra Passeata dos Calouros foi reprimida, desta vez em Salvador. Em Santa Maria, seja pelo grande contingente militar, seja pela dificuldade da esquerda estudantil em mobilizar a sua base, manifestações desse tipo se tornaram cada vez mais difíceis. No andar da crise de 1968, ápice das manifestações de rua no País, os estudantes locais tentaram novamente esse tipo de estratégia. O resultado deixa claro o contexto político e os limites do movimento na Cidade.

### **3.3 O Ano de 1968 em Santa Maria**

Em 1968, no ápice dos protestos estudantis no Brasil e no mundo, o reitor da UFSM Mariano da Rocha declarou:

---

<sup>341</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>342</sup> FAVERO, Maria de Lourdes de A. A UNE em Tempos de Autoritarismo. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 68-69. Ver também POERNER, 1979, p. 267; e MARTINS FILHO, 1987, p. 106.

Apelo à juventude do meu País para que siga o exemplo dos universitários de Santa Maria e que este exemplo se generalize em toda a Nação. A agitação, o ódio e a violência, nada constroem. Propugnemos para que o grande exemplo de paz, de ordem e de trabalho que vem dando Santa Maria ao Brasil, seja seguido pela juventude de outros centros do País.<sup>343</sup>

É verdade que na Cidade não ocorreram as manifestações típicas dos estudantes, como greves e passeatas, mas as afirmações do reitor não representam totalmente a realidade local. Novamente no dia 21 de abril a Passeata dos “Bixos” foi realizada e utilizada como forma de protesto. Desta vez, todavia, o conteúdo não ficou muito claro pela cobertura da imprensa, mas parece ter se situado mais em questões locais. Pelo menos *A Razão* não noticiou possíveis críticas à política nacional. A única matéria a respeito do acontecimento foi um editorial, escrito em 24 de abril, no qual o jornal repreendeu os calouros da FIC, uma das faculdades agregadas, por terem-no criticado durante o desfile. Aparentemente a questão se concentrava nas incorreções de português presentes naquele diário, mas, se os estudantes criticaram publicamente o único jornal da Cidade, é possível supor que outras críticas, inclusive políticas, estiveram presentes sem ter sido noticiadas. Ainda mais considerando que a preocupação de *A Razão* não foi fazer uma cobertura da passeata, mas apenas responder às críticas em um editorial.<sup>344</sup>

No mês de junho, poucos dias após o reitor da UFSM ter elogiado os estudantes de Santa Maria, foi publicado um “A pedido” dos acadêmicos do primeiro ano da Faculdade de Veterinária. O texto foi escrito como resposta a um panfleto, que sobre o título de “O DEBATE”, criticava a falta de materiais no Instituto de Anatomia. O conteúdo do panfleto era veementemente negado pelos estudantes. A nota era assinada por três “primeiranistas”: Luiz Pedro Albornoz Filho, Gedeão Silveidas Pereira e Carlos Eduardo T. Moura.<sup>345</sup>

Em agosto desse ano, estudantes ligados às esquerdas tentaram realizar um Congresso Estudantil na Cidade. Quem estava por trás da articulação era um militante da AP, de fora de Santa Maria, que havia encontrado com outros militantes da organização em Santa Maria, no Congresso Estadual da UGES. Teria sido dele a ideia de organizar um encontro seguido de uma manifestação. A motivação usada seriam os preços do Restaurante Universitário.<sup>346</sup> A AP buscou então o apoio de militantes independentes e de outros grupos, como a Ala Vermelha e o POC.<sup>347</sup> Buscou também o apoio da USE, visto que havia militantes da organização na entidade, como Iara Mariza Barrios, mas a gestão era naquele momento

<sup>343</sup> AHMSM, *A Razão*, 22 de junho de 1968, p. 6.

<sup>344</sup> AHMSM, *A Razão*, 24 de abril de 1968, p. 2.

<sup>345</sup> AHMSM, *A Razão*, 28 de junho de 1968, p. 4.

<sup>346</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>347</sup> CORONEL, Luiz Carlos. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

bastante heterogênea, posto que as eleições eram indiretas e o secretariado era composto a partir da indicação dos grêmios das escolas.<sup>348</sup> No dia 17 de agosto, a direção da USE veio a público negar a validade do encontro. Jurandir Rodrigues, o presidente da entidade, dizia ter mantido contato com os organizadores, mas teria retirado o seu apoio após perceber que o objetivo era atacar os professores e as direções dos estabelecimentos de ensino. Nelson Schwertner, presidente do DCE, se manifestou no mesmo sentido, dizendo não reconhecer legitimidade na convocação, que havia sido realizada de forma anônima.<sup>349</sup>

Os estudantes e organizações de esquerda acabaram optando por participar do encontro, mesmo que muitos não concordassem com a estratégia, seja por preverem uma forte repressão, seja por não acreditarem na capacidade de mobilização do setor estudantil. Carlos Alberto Robinson relata o envolvimento no Encontro:

Veio uma pessoa, uma pessoa que veio de Passo Fundo, que era da AP e que insistiu em fazer uma manifestação, um manifesto contra a Ditadura, uma coisa que a gente não usava esse tipo de coisa porque sabia que não dava, porque não tinha, tu não tinham mobilização para isso, a repressão era muito forte. Acabaram conseguindo isso, dentro dessa frente. Aí nós acabamos apoiando, mas e quem acabou organizando fomos nós. Mas aí lá dentro houve o debate dos chamados democratas. [...] Nós ali da vanguarda resolvemos que era, decidimos, embora não concordasse com aquilo.<sup>350</sup>

Para João Nascimento, se tratava de manter a unidade, mesmo não sendo favoráveis à estratégia adotada pela AP:

o nosso pessoal da esquerda independente e já daqueles grupos que começava a nascer, houve, a gente fez uma assembleia, e a nossa proposta foi derrotada. Foi vencedora a proposta de fazer a manifestação. Bom, a manifestação vai ser de esquerda, se for meia dúzia de gente lá vai perder o conjunto, e resolvemos ir todo mundo.<sup>351</sup>

João lembra ainda que a ação era considerada desnecessária, pois deixaria as lideranças expostas.<sup>352</sup>

Também os militantes do POC não estavam seguros, mas resolveram apoiar. Segundo Luiz Carlos Coronel: “Me lembro de um encontro que se fez, nem me lembro sobre o que, na ação católica, ao lado da igreja, um salão grande, foi a AP que resolveu fazer. Nós [o POC] tivemos que aderir porque não ia deixar os caras sozinhos”.<sup>353</sup>

O Encontro se realizou na sede da Ação Católica. Segundo reportagem de *A Razão*, publicada no dia seguinte, tão logo a assembleia se iniciou, os estudantes começaram a vaiá-

<sup>348</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>349</sup> AHMSM, *A Razão*, 17 de agosto de 1968, p. 6.

<sup>350</sup> ROBINSON, Carlos Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>351</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>352</sup> Ibid.

<sup>353</sup> CORONEL, Luiz Carlos. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.



los, por não reconhecer a “representação e autenticidade” dos promotores do Encontro. O Encontro, realizado a partir das 14 horas do sábado, 17 de agosto, teria reunido uma quantidade considerável de secundaristas e universitários. Aparentemente, segundo o jornal, o fato da USE e do DCE não terem dado legitimidade ao evento despertou ainda mais o interesse dos estudantes.

Antes de a reunião começar, por volta das 13h30, do lado de fora da Ação Católica, enquanto se dirigiam para o Encontro, três pessoas foram presas: Gilberto Braum, João Nascimento e Péricles da Costa. Gilberto e João haviam encontrado Péricles no Café Turfista e quando de lá saíram para o Encontro, foram abordados por policiais. Um deles pediu a João Nascimento a sua identidade. Esse disse tê-la esquecido. O policial então ordenou que João o acompanhasse à delegacia, mas o estudante achou melhor resistir. A conversa logo virou uma discussão que teria durando cerca de dez minutos, tempo suficiente para as pessoas se aglomerarem e a notícia corresse. Conforme conta João, “a discussão se *agrandou*, né, e o cara me dá uma borrachada na perna e eu meti-lhe a mão no peito do cara. [...]. Quando eu me dou conta os caras me atiraram para dentro do camburão como quem atira um saco de lixo”.<sup>354</sup>

Uma quarta pessoa teria sido presa. Seu nome era Sílvio Gomes Lanna e segundo *A Razão*, teria vindo do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul acompanhado de uma moça, que havia ficado em Porto Alegre. João Nascimento comenta ter ficado preso juntamente com um rapaz que ele não conhecia.<sup>355</sup>

Dentro da Ação Católica o trabalho começou coordenado por Naldo Dias Alves, tendo como companheiros de mesa um ex-professor da UFSM, cujo nome não é mencionado, e Suzana Souza, que havia sido presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia. Logo em seguida, no entanto, o Encontro foi interrompido.

Logo após o início dos trabalhos, esses estudantes afirmaram que não prosseguiriam a reunião em virtude do aparato militar existente e, conseqüentemente, encerravam naquele instante os trabalhos. A assembleia, de imediato, passou a apupá-los, com o que se retiraram da Ação Católica.<sup>356</sup>

---

<sup>354</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>355</sup> Ibid.

<sup>356</sup> AHMSM, *A Razão*, 18 de agosto de 1968, p. 6.

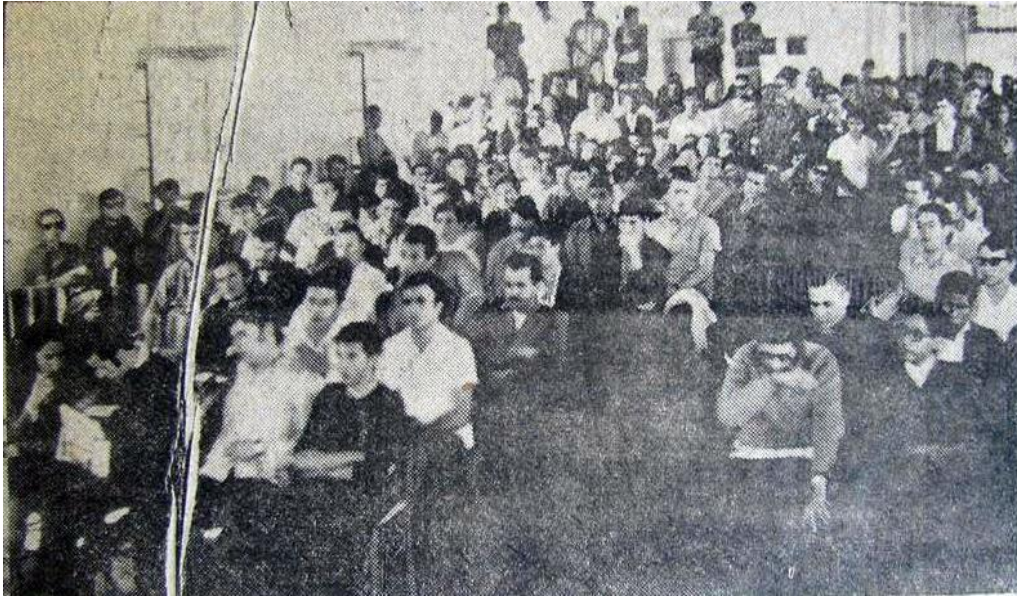


Figura 4 – Público no Encontro de Estudantes

Fonte: AHMSM, *A Razão*, 18 de agosto de 1968, capa.

A reportagem afirma que tal aparato não existia, sendo apenas visto pelos organizadores do evento. No entanto, todos os militantes que entrevistei foram unânimes em relatar a presença de militares no local. De acordo com Luiz Alberto Rodrigues:

Esse Encontro lá na Ação Católica, eu não lembro mais o que era exatamente, era um conjunto de ações no estado, e nós íamos fazer um movimento, uma reunião, mas aí os militares lá, o pessoal do CPOR, eles invadiram lá o salão, e nós dispersamos. Mas eu não lembro mais porque razão nós fizemos aquela convocação, e estava cheio, tinha bastante gente. Não lembro mais.<sup>357</sup>

Luiz Carlos Coronel também comenta a existência de militares, o que motivou os militantes do POC a deixarem o local do Encontro:

Aí soubemos que iam infiltrar, os milicos. Aquilo cheio. Eu sei que então nós montamos a segurança para os que iam falar. Eu era um dos que ia falar, pelo POC. Não me lembro quem que ia falar pela AP, PCdoB não lembro quem é. Eu sei que quando eu cheguei o pessoal conduziu, entrou com o meu grupo, cheguei lá em cima... era só cabeça raspada. “Aqui nós não vamos. Olha, vamos achar uma desculpa qualquer, vamos encerrar que não vai dar para sair, é só milico aqui, nós vamos estar apanhando até amanhã”.<sup>358</sup>

Os organizadores e as lideranças das organizações de esquerda acabaram, então, deixando o local. A partir daí, a coordenação dos trabalhos foi assumida pelas lideranças liberais elitistas, justamente as que tinham negado a legitimidade do Encontro.<sup>359</sup> A pauta foi

<sup>357</sup> RODRIGUES, Luiz Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>358</sup> CORONEL, Luiz Carlos. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>359</sup> Assumiram o comando do encontro: “Nelson Schwertner, presidente do DCE-UFSM (na presidência), Walter Bianchini, presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Farmácia (na Secretaria) e mais Milton Edgar Bado, coordenador geral do Diretório Estadual dos Estudantes (na vice-presidência); José Luiz Cechella, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Agronomia; Etelvino Signor, Júlio Monteiro, ex-presidente

modificada, tendo excluído diversos temas “considerados estranhos à vida e aos interesses da classe estudantil”.<sup>360</sup> Três pontos foram discutidos: “O Movimento Estudantil – Análise”; “Autonomia dos Grêmios”; e “A reforma do ensino nos diversos níveis”.<sup>361</sup> Encerrado o Encontro, dirigiram-se a delegacia e solicitaram a soltura dos estudantes presos.

É interessante observar a maneira como o jornal constrói as representações dos estudantes de esquerda e de direita. Os segundos são vistos como “os dirigentes do Movimento Estudantil autêntico de Santa Maria”, os primeiros são considerados “instigadores” e “agitadores”, que no “momento preciso desaparecem”. São “profissionais da agitação que inculcam e fazem com que estudantes se envolvam nesses movimentos, deixando-os ao sabor da sua própria sorte”, tendo como objetivo “perturbarem a tranquilidade da vida estudantil do País”. Os assuntos propostos pela esquerda “são estranhos à vida e aos interesses da classe estudantil”, enquanto os “democratas” se preocupam em discutir questões “exclusivamente de interesse da classe estudantil”.<sup>362</sup> Aqueles que se posicionavam criticamente à Ditadura Civil-Militar, que não aceitavam as suas propostas e projetos, sobretudo quando ligados a movimentos que buscavam transformações mais profundas, eram sempre vistos como elementos externos ao meio estudantil. Eram infiltrados que pretendiam iludir seus colegas. Por outro lado, os defensores do *status quo* eram considerados representantes autênticos, que defendiam os interesses reais dos estudantes. Eram elementos do imaginário anticomunista, que considerava “naturais” certos valores de família, religião, costumes e consideravam o “comunismo” como algo de vinha de fora, artificial, financiados por Cuba, China ou URSS, e que desejaria subverter essa ordem natural.<sup>363</sup>

---

do GREMAR, Jurandir Rodrigues, presidente da USE, e Otávio Ferreira”. AHMSM, *A Razão*, 18 de agosto de 1968, capa.

<sup>360</sup> Ibid.

<sup>361</sup> Ibid.

<sup>362</sup> AHMSM, *A Razão*, 18 de agosto de 1968, capa e p. 6.

<sup>363</sup> A representação dos liberais por parte da esquerda nacionalista não raro levantava elementos parecidos. Eles eram vistos como contrários aos interesses reais do povo, contrários ao desenvolvimento nacional por estarem associados ao capital estrangeiro e aos Países imperialistas. Portanto, a esquerda também construía a representação de seus adversários como elementos externos e inautênticos.



Figura 5 – Mesa que coordenou os trabalhos após as lideranças de esquerda se retirarem  
 Fonte: AHMSM, *A Razão*, 18 de agosto de 1968, capa.

Neste mesmo tom, cerca de dez dias depois foi publicado em *A Razão* um manifesto escrito pelos estudantes que assumiram o Encontro do dia 17 de agosto. De acordo com o texto:

Nossa tradição estudantil está consubstanciada no trabalho honesto e consciente que não procura ocultar as deficiências estruturais da sociedade brasileira, mas que se propõe buscar respostas objetivas para superá-las. Assim, a luta estudantil que se desenvolve nesta Cidade universitária tem primado pelo seu espírito marcadamente democrata e construtor, aberto ao diálogo com respeito mas completamente avesso à baderna, à agitação.

Mais adiante, rebatendo a ideia de que havia militares presentes, esclareciam que todos os participantes eram estudantes, visto que deveriam apresentar carteira estudantil para comparecer ao Encontro. Todavia, segundo João Nascimento, quem estava no local era “o pessoal do NPOR, que eram estudantes, que tinham que estar sábado de tarde lá no quartel, sábado era dia de quartel”.<sup>364</sup> Por conseguinte, não havia contradição: eram ao mesmo tempo militares e estudantes. Sendo Santa Maria um município com pouco mais de 120 mil habitantes e tendo, ao mesmo tempo, o segundo maior contingente militar do País, a presença destes não se dava apenas no quartéis. Luiz Alberto Rodrigues fornece uma informação que considero chave para entender as características do Movimento Estudantil na Cidade:

Santa Maria naquela época era muito difícil tu te movimentar, porque qualquer panfletagem, qualquer reunião, era fácil de identificar, porque eles estavam muito

<sup>364</sup> NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012. Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).



atentos e dentro da faculdade nós tínhamos colegas que eram militares, assim como tínhamos também no clássico, lá no Manoel Ribas.<sup>365</sup>

Os militares, portanto, estavam presentes dentro das faculdades e das escolas. É significativo que o interventor nomeado para assumir o DCE em 1964 não fosse apenas um militar, mas também um estudante de Direito da Universidade. Os militares não eram apenas uma força repressora externa aos estudantes, mas estavam entre eles, ou melhor, eram também, muitos deles, estudantes, compondo, em alguma medida, a própria base da categoria. Esse parece ser um elemento importante para compreender os motivos que levaram o Movimento Estudantil de esquerda na Cidade a não atingir uma feição de movimento de massas, mesmo que tenha conseguido projetar lideranças importantes.

Retornando ao manifesto escrito pelos estudantes liberais elitistas, o mesmo segue enfatizando

a magnífica vitória obtida pelos estudantes democratas que souberam transformar uma situação equívoca num espetáculo de afirmação da maturidade dos nossos estudantes. Que o exemplo seja seguido e que esta primeira “Jornada de Integração Estudantil”, nome adotado pelas verdadeiras lideranças estudantis, marque o início de uma verdadeira participação mais efetiva de todos os estudantes no processo de construção da uma Pátria Livre e Democrática, a que todos desejamos. Unamo-nos colegas, e trabalhemos juntos, pois formações se fazem com esforço comum e não com parcialidade de grupos facciosos.<sup>366</sup>

Mais uma vez aparecem as representações recorrentes das esquerdas como “grupos facciosos” contraposta a afirmação dos liberais elitistas como “democratas”, “verdadeiras lideranças estudantis”. Os estudantes de Santa Maria seriam “maduros” exatamente por darem suporte aos “democratas” e repudiarem a esquerda.

Esse Encontro realizado foi possivelmente o último momento de embate público entre os diferentes setores do Movimento Estudantil nos anos 1960. A partir daí os rumos tomados serão diferentes. Parte dos estudantes aprofundou o processo de vinculação com as organizações clandestinas, outros abriram mão de algumas posições e aderiram aos espaços institucionais de oposição. Alguns, como o caso de militantes da Ala Vermelha, buscaram conciliar a luta clandestina com a militância aberta no MDB. Os grupos continuaram a recrutar militantes, distribuir panfletos e realizar discussões internas, mas sem expressar isso publicamente, sem entrar em conflito direto com as autoridades, com a administração das

<sup>365</sup> RODRIGUES, Luiz Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

<sup>366</sup> AHMSM, *A Razão*, 28 de agosto de 1968, p. 3. Assinam o manifesto: “Nelson V. Schwertner – Presidente DCE – UFSM – Valter A. Bianchini – Presidente D. A. Francisco M. da Rocha – José Luiz Chechela – Presidente D.A. dos Estudantes de Agronomia – Milton E. Bado – Coordenador do DEE – Jurandir Rodrigues – Presidente da USE – Otávio Ferreira – Acad. de Medicina – Etelvino Signor – Acad. de Direito – Júlio Monteiro – Ex-presidente do GREMAR”. GREMAR é o nome dado historicamente ao Grêmio Acadêmico do Colégio Estadual Manoel Ribas.

escolas e faculdades ou com as gestões do DCE e da USE. O que ocorreu, nesse momento, não foi propriamente uma ação do Movimento Estudantil, visto que se vinculava mais aos objetivos das organizações do que a atender às pautas tradicionais do movimento. É certo que subsistiram ações ligadas aos interesses estudantis, como quando o Decreto n. 477 foi baixado, até porque o setor estudantil era uma base fundamental para tais grupos. Mas a especificidade estudantil dessas atividades acabou se diluindo, juntamente com a capacidade de atingir o conjunto dos estudantes.

Como vemos, portanto, Santa Maria não esteve no mesmo ritmo das manifestações de rua levadas a cabo pelo Movimento Estudantil em Cidades como Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, mas também não esteve totalmente alheia a esses acontecimentos. Mesmo que os liberais elitistas estivessem à frente dos órgãos oficiais de representação, em compasso com as autoridades da Universidade e da Ditadura Civil-Militar, havia uma ação significativa das esquerdas, sobretudo ao nível das lideranças. Se não houve passeatas e outras demonstrações de massa, isso não significou a inexistência de tensões e conflitos políticos. Na Cidade, o ano de 1968 significou, antes de tudo, a expressão das posições heterogêneas dos estudantes.

## CONCLUSÃO

A representação do Movimento Estudantil na memória, na imprensa e na bibliografia, privilegia o caráter oposicionista e mesmo de esquerda. Não raro o estudante é visto como um oposicionista nato. Procurei, no entanto, demonstrar que as posições políticas variam conforme o tempo e o espaço e expressam uma diversidade de posições que vão da esquerda até a direita. É verdade que em contextos específicos pode haver uma unidade maior. Todavia, as tentativas de naturalização são falsas.

Os anos 1960 são vistos geralmente como o ápice da esquerda estudantil no Brasil, e também no mundo. Em Santa Maria, então uma Cidade ferroviária que possuía a primeira Universidade Federal do interior do País, ela também foi atuante. Até 1964, os setores progressistas da Igreja Católica foram predominantes, comandando inclusive as duas entidades principais da Cidade, a USE, representante dos secundaristas, e a FEUSM, criada para representar os estudantes de nível superior. Nesse mesmo período, destaca-se também a presença da Ala Moça do PTB e, em menor escala, do PCB e do PCdoB.

Após o Golpe, entre outubro de 1964 e março de 1966, as atividades de maior repercussão partiram de uma organização denominada GVC, que se dedicava a discutir e produzir arte engajada, em parte inspirado nas atividades do CPC, mas agora em um novo contexto e para outro público, a classe média, apesar de ter permanecido o desejo em atingir a classe proletária. A estratégia do grupo possibilitou a presença significativa da esquerda junto a sua base em um período de refluxo das esquerdas em nível nacional. No entanto, justamente quando no Brasil se retomaram as manifestações de rua, a partir de 1966 e que, em 1968, ganharam características de movimentos de massa, em Santa Maria a relação entre os grupos de esquerda e o conjunto de estudantes se enfraqueceu.

Com o fim do GVC e da estratégia de resistência cultural, as lideranças da esquerda estudantil vão se dividindo entre as diversas organizações clandestinas: PCdoB, depois Ala Vermelha, AP e POC. Tais grupos conseguiam realizar algumas atividades, como panfletagens, pichações, comícios relâmpagos, mas, limitados pela conjuntura e pelas especificidades locais, foram incapazes de desencadear na Cidade o tipo de manifestação política que marcava o movimento em outras partes do País, sobretudo em 1968. Isso se devia em parte às características militares de Santa Maria, então o segundo maior contingente do Brasil, em um município que mal ultrapassava os 120 mil habitantes. Essa presença era suficiente para que houvesse, entre os próprios estudantes, vários militares, o que dificultava a

ação das esquerdas, sempre vigiadas, além desses estudantes-militares alterarem, em alguma medida, a própria composição da categoria estudantil. Outra situação que contribuía para condicionar o movimento era a estrutura peculiar da FSM, onde conviviam faculdades públicas e privadas, estas últimas chamadas de agregadas e que eram todas confessionais.

Ao mesmo tempo, os setores conservadores e liberais elitistas tiveram no Rio Grande do Sul, e em Santa Maria em particular, uma ação forte e representativa. Nacionalmente, essas posições estiveram presentes até mesmo nas gestões da UNE na primeira metade da década de 1950, mas haviam perdido a hegemonia para a esquerda católica. Mesmo assim, em 1964, entidades municipais e CAs pelo País afora, como por exemplo a UMES, do Rio de Janeiro, eram conduzidas por esses setores. Os manifestos publicados em Santa Maria, logo após o Golpe, demonstram que na Cidade eles presidiam vários dos CAs. Ao longo de 1965, os estudantes liberais elitistas conquistaram as direções das duas entidades municipais mais importantes, a USE e o DCE da UFSM. No início de 1966, as tentativas de articulação desses estudantes em âmbito estadual se concretizaram com a formação do Movimento Decisão, que passou a dirigir a UEE e o DEE, assim como o DCE da UFSM, durante todo o período estudando neste trabalho.

Procurei ressaltar, ao longo do Capítulo 2, que se os estudantes de ideologia liberal elitista apoiaram o Golpe e deram suporte à Ditadura, isto não significou aceitar todas as pautas das reitorias e direções de escola ou defender integralmente os projetos educacionais e a legislação de controle elaborada pela Ditadura. Ao contrário, se desejavam a “depuração” das entidades estudantis, ou seja, sem a influência da esquerda, não queriam a extinção delas e se posicionaram contra as tentativas neste sentido. Também se colocaram contrários às cobranças de taxas aos estudantes, tendo os representantes do DCE se posicionado decisivamente nas reuniões do Conselho Universitário.

Para Santa Maria, portanto, não são válidas as teses que naturalizam ou homogeneizam as posições políticas dos estudantes. O Movimento Estudantil é diverso e procurei demonstrar isso no Capítulo 3, no qual escolhi os momentos de maior embate entre os dois polos (esquerda-direita), pois em grande parte eles se definiam a partir da luta contra o seu adversário. Essa diversidade se explica pelas origens de classe diferentes entre seus membros, pela predominância da classe média na composição da categoria, cujas posições tradicionalmente se dividiam, pela ação de vários grupos, organizações e partidos políticos que buscavam recrutar militantes, pelo contato intelectual diversificado proporcionado pela Universidade, pelos interesses pessoais de cada estudante, entre outros fatores.



Conjunturas específicas permitiram um diálogo maior entre lideranças de esquerda e a base da categoria em algumas Cidades, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, só para citar algumas. Mas o mesmo não ocorreu em Santa Maria e, arrisco dizer, em várias Cidades do interior do País. Os dados das eleições para a UEE do Rio Grande do Sul, em 1965, por exemplo, mostram que a chapa de esquerda foi vitoriosa em apenas quatro Cidades, enquanto a chapa da direita havia vencido o pleito em doze Cidades. Outras pesquisas serão necessárias para averiguar a forças deste setor do movimento em outras partes do estado e do País.

A partir de 1968 os momentos de conflito aberto cessaram, seja pelo refluxo nacional do Movimento Estudantil, após as prisões no Congresso de Ibiúna, em outubro, e a decretação do Ato Institucional nº 5 em dezembro, seja pelas estratégias das organizações clandestinas de esquerda, ou ainda pelas especificidades locais, que já colocavam limites à realização de manifestações públicas antes de 1968.

Inicialmente, eu pretendia fazer uma relação maior ao longo do trabalho entre o movimento estudantil e as relações de classe. No entanto, achei difícil chegar a esse ponto empiricamente. Cheguei a questionar cada entrevistado sobre a profissão dos pais e se exerceram alguma atividade remunerada. Todos, sem exceção, trabalharam para complementar a renda familiar. Quanto à origem de classe, variavam entre a pequena-burguesia tradicional e a classe média: os pais eram pequenos agricultores, militares, advogados, pequenos comerciantes. No entanto, foram apenas oito entrevistas, o que não me permitiu inferir os resultados para o conjunto do movimento estudantil. Para algumas universidades, como a USP, existem estudos de estratificação social realizados ainda nos anos 1960, o que nos permite tirarmos algumas conclusões. No entanto, não localizei nenhum estudo semelhante sobre a UFSM. Suspeito que aqui a composição seria razoavelmente diferente. Havia na cidade muitos filhos de proprietários rurais (pequenos, médios e grandes), mas é só uma pista. Acumulei alguma leitura sobre o assunto (estratificação social, comportamento político da classe média, etc.), mas não consegui fazer esses elementos caberem na narrativa de forma natural. Não sem uma base empírica que me desse suporte.

Contudo, cabe destacar, como indício, alguns elementos do perfil dos entrevistados. Entre os oito, todos eram filhos de membros da classe média (profissionais liberais, funcionários da burocracia estatal etc.) ou da pequena burguesia tradicional (pequenos proprietários rurais, pequenos comerciantes). Se no Brasil a tendência geral foi um aumento na participação da classe média e uma diminuição da pequena burguesia na composição social, em Santa Maria e na região esta última pareceu ainda bastante forte. Cabe ressaltar ainda que apenas dois entrevistados haviam nascido em Santa Maria. Os outros seis eram

originários de cidades do interior, seja da região da fronteira, seja da região de colonização italiana. Esta característica deve ser considerada, pois denota influências diversas daquelas existentes nas grandes cidades no comportamento político dos estudantes. Um dos entrevistados, por exemplo, havia estudado como interno em um seminário católico, em uma cidade de imigração italiana próxima à Santa Maria (ver anexo L). A importância da Igreja como local de sociabilidade e como fonte de informação era considerável em pequenas cidades como aquela. Outro elemento a ser destacado é que todos os entrevistados haviam realizado algum tipo de trabalho parcial que complementasse a renda familiar no período de estudos. Isso significa que eles não eram apenas estudantes, e com isso livres para se manifestar porque desprovidos de qualquer laço de compromissos, como querem certas interpretações. Eles eram estudantes-trabalhadores. Em alguns casos, a condição de trabalhador era fundamental para custear os estudos e a permanência desses jovens em Santa Maria.

Outras pesquisas com outros enfoques e direcionadas para outros períodos do Movimento Estudantil em Santa Maria também são necessários, visto que poucos trabalhos sobre essa temática foram realizados.<sup>367</sup> Aliás, essa foi uma das dificuldades da pesquisa, pois não havia na bibliografia informações sobre as gestões das entidades, sobre os acontecimentos e manifestações mais importantes, sobre as principais lideranças, que pudessem servir de ponto de partida. Todo o levantamento foi feito praticamente a partir do zero. Espero, portanto, que essa dissertação possa servir como ponto de partida para outros trabalhos, que possam aprofundar os temas aqui levantados.

Outra dificuldade que precisei enfrentar foi a escassez de fontes. O Movimento Estudantil é pouco documentado e seus acervos pouco preservados, visto que as entidades estão sujeitas as sucessões de gestões rivais. Não foi possível localizar os documentos do DCE da UFSM sobre esse período. As informações que obtive davam conta de que eles estariam em mãos de particulares e que a atual gestão estava empenhada em recuperá-los. Os arquivos da USE ninguém soube me dizer o destino, mas a sede da entidade sofreu um incêndio nos anos 1980. O semanário *A Cidade*, no qual o GVC tinha uma coluna, não se encontra em nenhum arquivo de Santa Maria ou de Porto Alegre. O jornal *A Razão*, que se constituiu numa das fontes principais de pesquisa, alterna momentos em que noticia fartamente os acontecimentos do Movimento Estudantil com outros em que o tema quase não

---

<sup>367</sup> Cabe destacar os trabalhos de Cléber Petró sobre o Movimento Estudantil em Santa Maria no contexto de reorganização da UNE.

aparece. Nos anos de 1966 e 1967 quase nada sobre o movimento secundarista foi publicado. Espero que, no futuro, os pesquisadores possam preencher essas lacunas.

Esse trabalho não se encerra aqui. Por todos os motivos levantados, e pela própria natureza da pesquisa histórica, ele deve continuar, seja por mim ou pelas mãos de outros historiadores.

## REFERÊNCIAS

### Artigos e Livros

ALVES, Bruna Neves. *O visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH Edmund et all. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papyrus, 1984.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. In: *Coleção Primeira Versão*, Campinas, v. 123, p. 1-40, 2004.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRASIL. *Lei n. 4.759 de 20 de agosto de 1965*. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

BRASIL. *Lei n. 3.834-C de 14 de dezembro de 1960*. Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3834-c-14-dezembro-1960-354388-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. Imprensa e Estado Autoritário: o jornal *A Razão* e o Golpe Militar de 1964. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs.). *Nova História de Santa Maria: outras contribuições*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Seminários*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, Marcelo Timotheo. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*. Volume 2: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CRISTALDO, Janer. De Meslier a Pierre. Disponível em: <<http://cristaldo.blogspot.com.br/2011/11/de-meslier-pierre-mulher-e-religiao-nao.html>>. Acesso em :<15 de nov. 2012>.

CRISTALDO, Janer. Do alto de meu sofá. Disponível em: <<http://cristaldo.blogspot.com.br/2012/05/do-alto-de-meu-sofa-ainda-o-facebook.html>>. Acesso em :<15 de nov. 2012>.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DELLA MÉA, Célia Helena Pelegrini; DALPIAN, Laurindo; BARIN, Nilsa Teresinha Reichert. O pioneirismo do curso de Letras. In: QUADROS, Claudemir de (orgs.). *Histórias e Memórias dos 50 Anos dos Cursos de Formação de Professores do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria*. Santa Maria: Unifra, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e Golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Mário Poppe de. *A Revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro: Apec, 1970.

GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um Filho teu não Foge à Luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

GARCIA, Miliandre. *Do Teatro Militante à Música Engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e Participação nos Anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HOMENAGENS e novidades no X Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão-SEPE. Disponível em: <<http://www.unifra.br/home/Noticia.asp?1002>>. Acesso em: <10 nov. 2012>.

KONRAD, Diorge Alceno. Seqüelas de Santa Maria: memória do apoio e da resistência ao Golpe de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. 1ª ed. Porto Alegre - RS: CORAG/Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006, v. 1.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. *Os Movimentos Sociopolíticos e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: UFSM, 2008. Trabalho de Conclusão de Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *A Educação como Arma da Ordem e da Resistência: Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul (1964-1968)*. Santa Maria: UFSM, 2010. Trabalho de Conclusão de Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado.

MARTINS, Antonia Leite. Movimento Estudantil universitário em Santa Maria. In: SCHERER, Amanda Eloina; NUSSBAUMER, Giseli Marchiori; FANTI, Maria da Gloria di. *Utopias e distopias: 30 anos de maio de 1968*. Santa Maria: Departamento de Ciências da Informação/Mestrado em Letras, 1999.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar - 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

MARX, Karl. *Prefácio para a crítica da economia política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES Jr., Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1981.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NAPOLITANO, Marcos. Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966-1968). In: REIS FILHO, D. A., RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. Forjando a Revolução, remodelando o mercado: arte engajada no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*. Volume 2: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, Maria Margareth Freitas. O Movimento Estudantil universitário de Santa Maria de 1960 a 1968. In: QUEVEDO, Júlio; IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Movimentos Sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização*. Santa Maria: MILA, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra ; LAMEIRA, R. F. . 1964: o Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, E; BARBOSA, V.; LOPEZ, V.; FERNANDES, A.. (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964.. 1 ed. Porto Alegre, 2009, v. 1, p. 33-50.

PASCHOAL Carlos Magno. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paschoal\\_carlos\\_magno](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paschoal_carlos_magno)>. Acesso em: <10 dez 2012>.

PIZARRO, James. *Apontamentos para uma História do “Maneco”*. Disponível em: <<http://professorpizarro.blogspot.com.br/2012/10/apontamentos-para-uma-historia-do.html>>. Acesso em: <12 de nov. 2012>.

POERNER, Artur José. *O Poder Jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. In: *Estudos CEBRAP*, n. 3, janeiro de 1973, p. 25-31.

QUADROS, Claudemir de. Ensino Superior em Santa Maria: iniciativa e trabalho de muitas pessoas. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs.). *Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*. Vol. 2 Repressão e resistência nos “Anos de Chumbo”. Porto Alegre: Corag, 2009.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: Ferreira, Jorge; Almeida Neves Delgado, Lucília. (Org.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4. O tempo da tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. A época de 1968: cultura e política. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (orgs.). *1968 – 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *O fantasma da revolução brasileira*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

ROCHA FILHO, José Mariano da. A Universidade de Santa Maria. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria*, ano 1, n. 1, 1962.



RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre história e historiografia da Ditadura Militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 3, 2008, São Leopoldo. In: *Anais...* Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do Jornalismo*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil, 1930-1964. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano*, v. 3. São Paulo: Difel, 1981.

\_\_\_\_\_. Classe média e escola capitalista. In: *Crítica Marxista* (Roma), v. 1, n. 21, p. 97-112, 2005.

SALDANHA, Milton. *O País Transtornado: memórias do Brasil recente*. Porto Alegre: Movimento, 2012.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: *Estudos CEBRAP*, n. 3, janeiro de 1973.

SEVERO, Felipe. A Realizar-se no dia 1º de abril de 1964. In: *O Viés*. Edição Especial de Aniversário, 2010.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. A resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

UFSM. *50 Anos*. Disponível em : < <http://w3.ufsm.br/50anos/index.php>>. Acesso em: <10 nov. 2012>.

### **Entrevistas**

AGOSTINI, Dartagnan. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2011.

COELHO, João Gilberto Lucas. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012

CORONEL, Luiz Carlos Illafont. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

NASCIMENTO, João. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

RAMBO, Dalcione Paulo. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

ROBINSON, Carlos Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

RODRIGUES, Luiz Alberto. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

TREVISAN, Máximo. Entrevista concedida a Mateus da Fonseca Capssa Lima. Santa Maria: 2012.

### **Fontes Primárias**

Acervo do Memorial da Escola Estadual Manoel Ribas (AMMR), *Relatório das Atividades do Poder Executivo da União Santamariense dos Estudantes, Relativo aos Meses de Junho e Julho de 1962, e Apresentado ao Conselho de Representantes em 25 de Agosto de 1962.*

Acervo do Memorial da Escola Estadual Manoel Ribas (AMMR), *Relatório das Atividades do Poder Executivo da União Santamariense dos Estudantes, Relativo aos Meses de Agosto e Setembro de 1962*

Acervo Pessoal de Dalcione Paulo Rambo (AP-DPR), *Relatório Gestão 64-65 – União Santamariense dos Estudantes (USE).*

Acervo Pessoal de João Gilberto Lucas Coelho (AP-JGLC), *Relatório Gestão 63-64 – União Santamariense dos Estudantes (USE).*

Acervo Pessoal de João Nascimento (AP-JN), *Revista Vanguarda.*

AP-JN, Folheto da peça *A respeitosa.*

AP-JN, *Livro de Atas do Grupo da Vanguarda Cultural.*

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Daniel Aarão Reis Filho (APERJ-DARF). *Relatório do 1º Semestre Apresentado ao Conselho Nacional de Estudantes: UBES, União Brasileira de Estudantes Secundaristas, Gestão 63-64.*

Departamento de Arquivo Geral da Universidade Federal de Santa Maria (DAG/UFSM). *Atas.*

**Jornais e Revistas Pesquisados**

*A Razão*, Santa Maria. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

*Correio do Povo*, Santa Maria. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

**ANEXOS**

**Anexo A – Relatório da Gestão 63-64 da USE (Capa e Epígrafe)**



«Es preferible que se nos señale como que hemos errado el camino en busca de soluciones, antes que se nos tache de indiferentes y apáticos».

(El gráfico-jornal operário católico, Artigas - ROU)

«Mas a virtude política é uma renúncia a si próprio que é sempre algo muito penoso»

(Montesquieu-do espírito das leis).

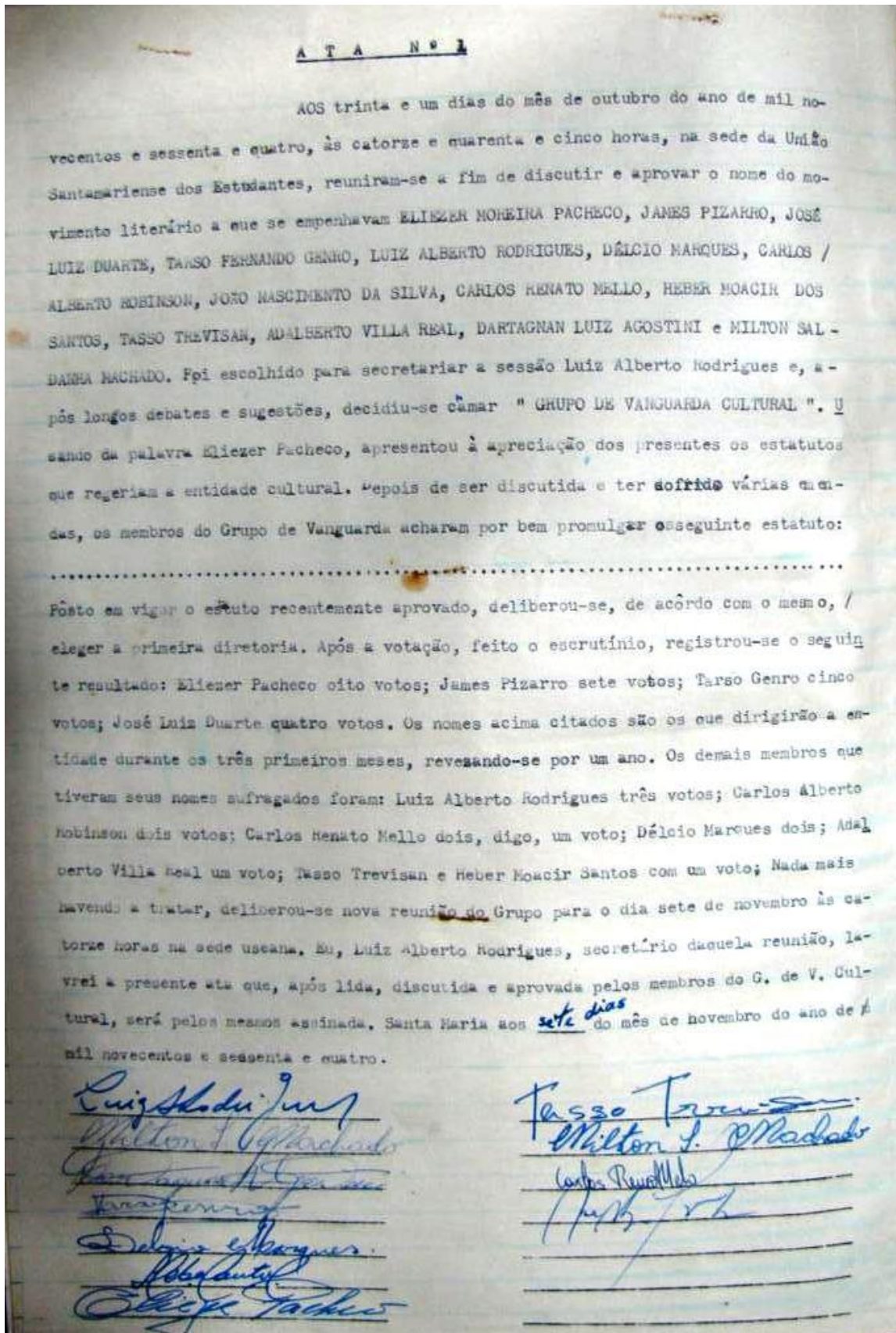
«Não se perde a vida daqueles que souberam dar largo testemunho» (Mounier - Personalismo).

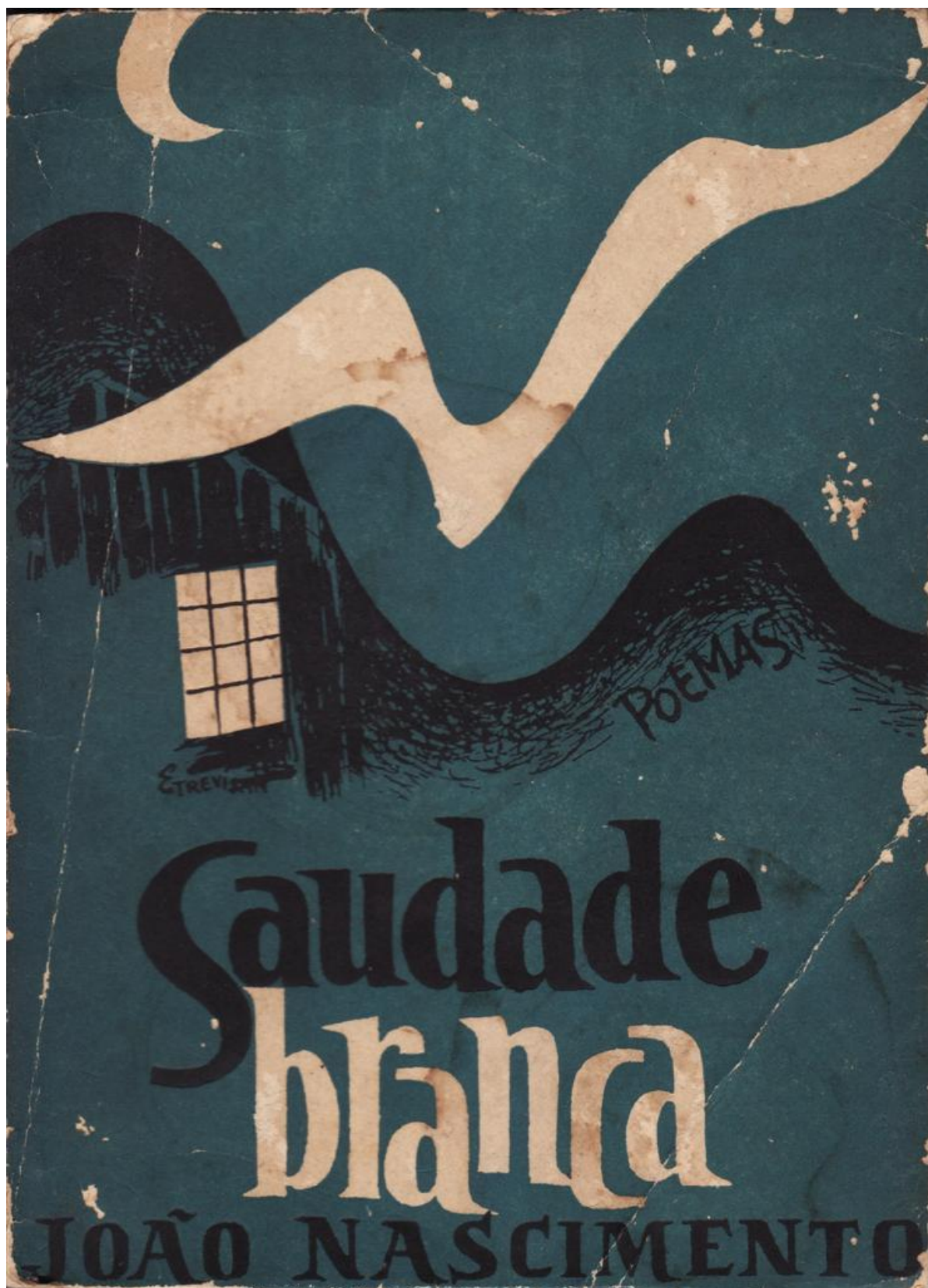
«Nossa posição não se caracteriza por nenhum anti. O que nos marca e distingue é a adesão a uma mensagem positiva que queremos transmitir com entusiasmo e amor mesmo aos que nos odeiam e perseguem. Como não é com trevas que se espanca a escuridão, mas com um raio de luz, assim não será com palavras de ódio que combateremos o mal».

(Mons. Didonet — Revista Eclesiástica).



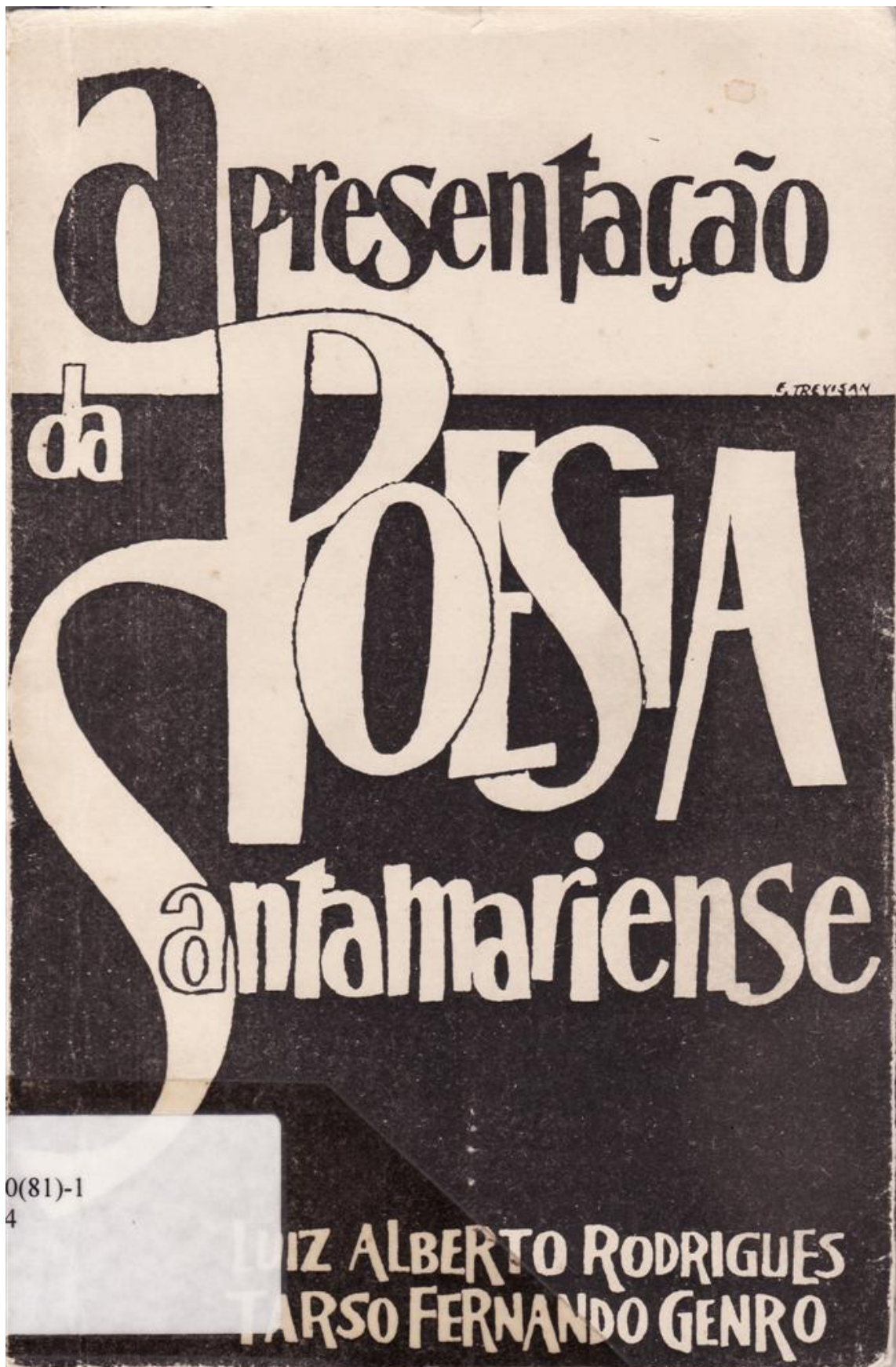
## Anexo B – Ata de Fundação do Grupo de Vanguarda Cultural



Anexo C – Capa do Livro *Saudade Branca* (Edições Vanguarda)



Anexo D – Capa do Livro *Apresentação da Poesia Santamariense* (Edições Vanguarda)





Anexo E – Cartaz da Peça *A Respeitosa*





Anexo F – Capa da Revista Vanguarda

**Vanguarda**

PUBLICAÇÃO MENSAL DE CULTURA  
Santa Maria – Ano I – N.º 1

**ACÔRDO E O FUTURO**

**FERNANDO PESSOA POR «ÊLE MESMO»**

*Embora não entre nós, as Artes Plásticas representam um dos principais cabedais culturais do Brasil. Estão aí os nossos pintores nos primeiros lugares das Bienais; criando escolas novas; expondo, com sucesso, no estrangeiro. E, apesar de pouco conhecido no território gaúcho, Eduardo Trevisan é, sem favor nenhum, um dos maiores nomes das Artes plásticas do Estado. Seus trabalhos estão nesta revista. Não podia ser de outra forma. Este é um deles. Os outros estão na página do centro. As «capas» que ele fez.*

**«VANGUARDA» NAS ARTES PLÁSTICAS**

PREÇO: **Cr\$ 150**

**Afirmção, Busca ou Evasão?**




**AS «CAPAS» DO TREVISAN** **Cinema de 07 a 64** **O NEGRO NOS EUA**



Anexo G – Cartaz do Show *Resolução*

**Vanguarda**

**APRESENTA**

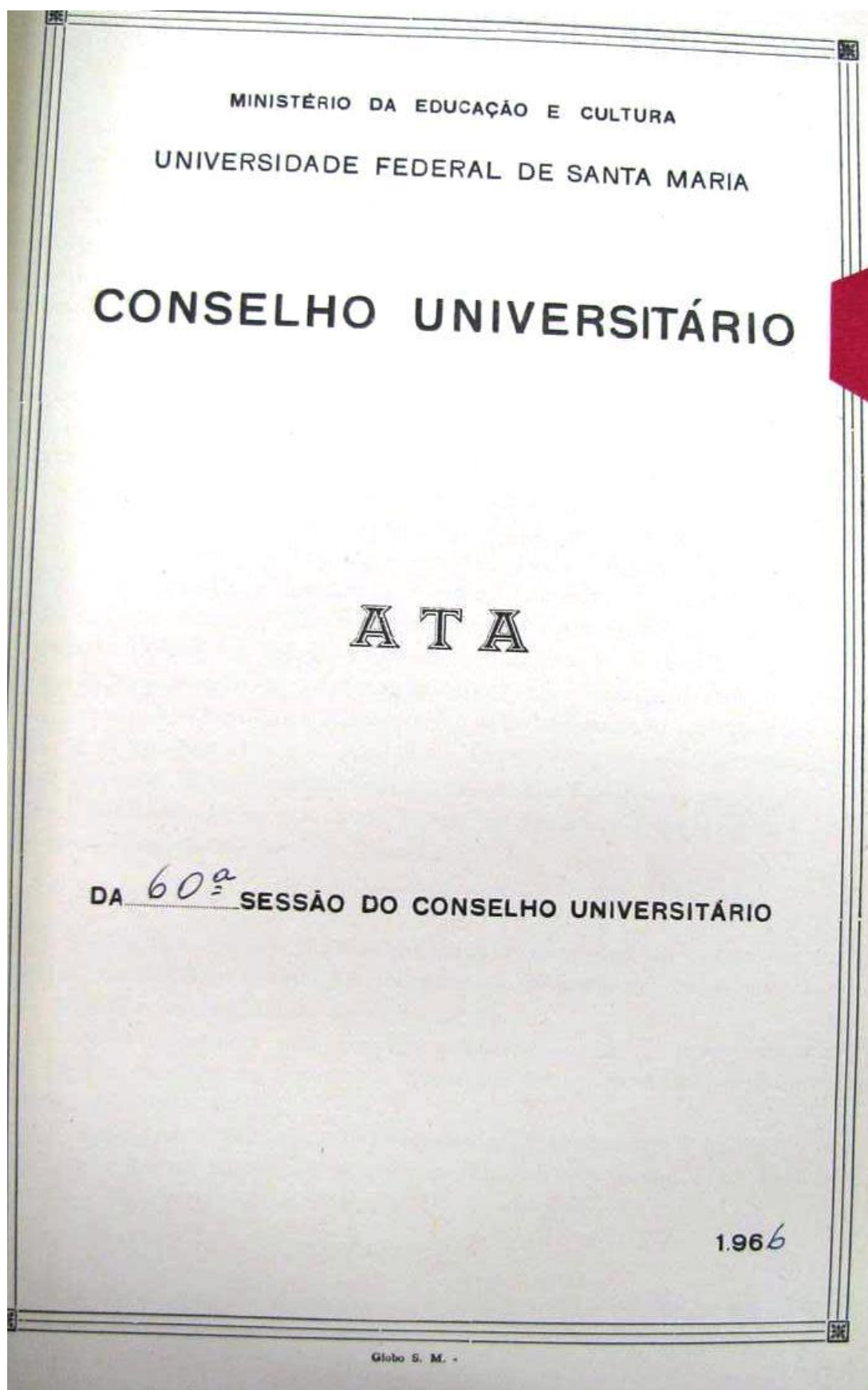
**“SHOW”**

**RESOLUÇÃO**

**DIA 21**

**CENTRO CULTURAL**

Anexo H – Ata da 60ª Sessão do Conselho Universitário





ATA DA 60ª SESSÃO DO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 1966, às 8 horas, na sala Prof. José Mariano da Rocha Filho, no edifício das Faculdades de Direito e de Ciências Políticas e Econômicas, sob a presidência do Exmo. Senhor Prof. José Mariano da Rocha Filho, Reitor, comigo Fernando Antônio Chagas Cauduro, Secretário "ad-hoc" abaixo assinado, e presentes os Senhores Conselheiros Hélio Homero Bernardi, Diretor da Faculdade de Farmácia; Leovegildo Leal de Moraes, Diretor da Faculdade de Medicina; Derblay Galvão, Diretor da Faculdade de Agronomia; Corintha Rodrigues Escobar, Diretor da Faculdade de Veterinária; João Carlos Pignataro, Diretor da Faculdade de Odontologia; Wilson Aita, Diretor da Faculdade Politécnica; Geraldo Maissiat, Diretor da Faculdade de Belas Artes; Carmen Silveira Netto, Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Maria e Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Imaculada Conceição"; Oscar Mombach, Diretor da Faculdade de Direito; Luiz Gonzaga Issia, Diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas; Noemi Lunardi, Diretora da Escola Superior de Enfermagem "Nossa Senhora Mediadora"; Alberto Thomaz Londero, Representante da Congregação da Faculdade de Farmácia; Cyro Melo Schmitz, Representante da Associação dos Livre-Docentes; e Paulo Jorge Sarkis, Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria - realizou-se a sexagésima sessão do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Maria.

Conforme se verifica do Livro de Presença, compareceu a totalidade dos Senhores Membros do Conselho.

COMPROMISSO E POSSE

Abrindo a sessão, o Senhor Reitor convidou os presentes a, de pé, assistirem ao ato solene de compromisso e posse do Professor Derblay Galvão, Diretor da Faculdade de Agronomia.

Após prestar o compromisso regimental, foi o novo Conselheiro empossado nas funções de membro do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Maria.

A seguir o Senhor Reitor renovou ao Professor Derblay Galvão as manifestações de confiança e cortezia de sua capacidade, já feitas - por ocasião de sua posse na Direção da Faculdade.

EXPEDIENTE

ATA - Posta em discussão e depois em votação a Ata da 59ª sessão, foi a mesma aprovada por unanimidade.



- 4 - Que, diante dos argumentos expostos, É DE PARECER que seja cobrado dos alunos que se servem do transporte da U.P.S.M. para a Cidade Universitária a importância de Cr\$ 20 ( vinte cruzeiros), por viagem, a partir da data de aprovação - deste.

Santa Maria, 25 de abril de 1966

Prof. Luiz Gonzaga Isaia  
- Relator -

Prof. Corintha R. Escobar  
Prof. Wilson Aita."

A discussão do parecer teve o seguinte desenrolar:

ACAD. PAULO JORGE SARKIS - ". Em primeiro lugar desejo solicitar a Secretaria deste Conselho que essa parte, a discussão deste processo deva constar *verbum ad verbum* na ata.

Não é pela primeira vez que neste Conselho são trazidas pela Comissão de Orçamento e Regência Patrimonial sugestões relativas à política tributária pelos diversos órgãos da Universidade, todas - las incidindo sobre os alunos. E também não é pela primeira vez que eu faço uso da palavra para me opor a este critério, qual seja o da adoção da política tributária por parte das Universidades, a qual, - no caso, seja a Universidade de Santa Maria, como outras isoladamen- ta.

Tenho defendido, tanto neste Conselho, como nas publicações do Diretório Central dos Estudantes, como por exemplo nosso último - número do jornal, a nossa posição frente à cobrança de taxas aos alu- nos que cursam o ensino superior.

Tem sido ponto predominante da nossa posição a reivindica- ção de que o critério para a cobrança de taxas, quaisquer que sejam, para utilização de recursos da Universidade, sejam unificados em uma taxa de matrícula, que deveria ser adotada uniformemente em todos os cursos de ensino federal superior universitário. Desta maneira evi- tar-se-iam critérios discricionários de universidade para universida- de, de região para região, do país. Aliás, preconizamos a manifesta- ção de Sua Excelência, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco que, quando de sua visita à Universidade Federal de Santa Maria, pre- conizou no seu discurso a cobrança de uma anuidade no valor de um dé- cimo de seu custo real, ou seja, o equivalente ao custo de um aluno no curso médio, o que subentende a determinação de um critério nacio- nal para cobrança dos cursos universitários federais.



Além do mais, nós consideramos que deve fazer parte de qualquer método de cobrança dessas taxas um critério em que se distinguem os estudantes que podem e os que não podem pagar. Como de resto é o critério que tem sido preconizado pelo Diretório Nacional dos Estudantes com apoio integral da Presidência da República do nosso país. E eu passo então a relatar uma parte do artigo que publicou o nosso jornal sobre este assunto, qual seja, a cobrança de taxas de matrícula e de outros elementos. Então diz:

Primeiro é citada uma série de fatores em que se chega à conclusão de que o ensino superior no Brasil deve ser pago, mas baseando-se logicamente numa classificação dos estudantes em três categorias: 1ª, os estudantes que podem pagar uma anuidade; 2ª, aqueles que não podem pagar uma anuidade; 3ª, os estudantes que, além de não poderem pagar a anuidade, devem receber um auxílio. E como se carece de elementos especializados, deve-se estabelecer normas que permitam o aproveitamento de todos os alunos. Por outro lado, devido ao seu orçamento deficitário, deve-se procurar não aumentar os gastos do governo federal, e em particular, das Universidades.

Como concordância entre esses diversos fatores surgiu no Fórum de Reitores, promovido pelo Diretório Estadual dos Estudantes no ano passado, a solução que passamos a descrever sucintamente:

1ª - Far-se-ia o cadastramento dos estudantes a fim de se verificar qual a disponibilidade mensal de cada um. Determinar-se-ia então o quantum necessário a cada um para manter-se estudando num curso superior.


2ª - Com base nesses dados seriam os estudantes divididos em três categorias, às quais se aplicariam normas distintas:

1ª - Os estudantes que podem pagar.

Seriam os estudantes que dispusessem mensalmente de quantias superiores às que fossem consideradas necessárias para a sua manutenção nos estudos. Esses pagariam anuidades, que não cobririam o custo do ensino, visto que este é muito elevado, mas suficientes para manter o auxílio a ser dado pelas Universidades aos estudantes necessitados. Isso está mais ou menos em acordo com o que preconiza o Presidente Castello Branco no seu discurso.

2ª - Os estudantes que não podem pagar.




 Seriam estudantes cuja disponibilidade mensal fosse considerada como estritamente necessária para a sua manutenção. Estes então não pagariam.

3º - Os estudantes que, além de não poderem pagar, deveriam receber auxílio.

São aqueles cuja renda mensal seria inferior às suas necessidades. Estes então receberiam auxílio por parte da Universidade.

Essa solução, apesar de difícil aplicação no que diz respeito à realização do cadastramento, seria ótima e de inteira justiça. Mas deve-se ressaltar que a medida deveria ser aplicada indistintamente a todos os cursos superiores federais do país. Não caberia, pois, às Universidades, isoladamente, a aplicação dessas medidas. Isso seria de competência direta do governo federal, como de resto parece que o Presidente Castelo Branco quer tomar como competência do governo federal a aplicação dessas taxas, ao estipular que a taxa deveria ser de 1/10 do valor real do custo do estudo.

De maneira como o problema tem sido conduzido nas diversas Universidades, inclusive, convém ressaltar, na Universidade Federal de Santa Maria, está-se caminhando para o estabelecimento de injustiças, mediante a cobrança de taxas elevadas por Universidades isoladas, sem um critério nacional.

Por essa razão nós nos opusemos à elevação das taxas de matrícula e quando aceitamos a realização de um cadastramento estudantil para fins de cobrança de anuidades em 1967, nós o fizemos para evitar injustiças maiores. Isso não significa que estejamos de acordo com o estabelecimento de política tributária por parte das Universidades.

Não nos opomos especificamente ao valor da taxa cobrada de Cr\$ 20. Estamos nos opondo principalmente ao precedente que se abre, ao critério que se está seguindo.

Esta é a nossa posição, e este é o nosso pensamento."

PROF. LONDERO - concordando com o Sr. Representante dos Alunos em que não possa haver um critério discricionário nas Universidades, e expondo o seu pensamento de que, para serem evitados problemas, discussões e precedentes, deveria a Universidade suprimir o Serviço de Transporte que vem mantendo com os seus ônibus.



PROF. HÉLIOS HOMERO BERNARDI - inicialmente esclarecendo que com relação ao pagamento de anuidade, por uma questão de coerência, é contrário, por entender que o Brasil ainda precisa que o ensino superior seja gratuito, e que, partindo desse princípio, não pode concordar também com a divisão dos estudantes em três categorias, segundo as palavras do Senhor Representante dos Alunos.

Disse também o Conselheiro Hélio Homero Bernardi não concordar com o parecer, porque cobrar Cr\$ 20 é assim como cobrar e não cobrar, ficando num meio termo sob todos os aspectos incômodo, e que sua opinião é de que ou a Universidade se reembolsa do dispêndio que tem, ou a Universidade oferece aos estudantes o transporte gratuito para a Cidade Universitária. Concluindo, disse que enquanto persistirem as condições atuais na Universidade Federal de Santa Maria, deve a Universidade facilitar o transporte aos alunos na medida das suas possibilidades e que, quando não mais for possível, por falta de verba de combustível, não mais o faça.

PROF. LONDERO - declarando-se totalmente de acordo com o Conselheiro Hélio Homero Bernardi.

SR. RELATOR - esclarecendo que o parecer procura atender à política traduzida pelo Senhor Presidente da República e explicando que se os Cr\$ 20 não apresentam exatamente 1/10 do custo real, significam uma tendência a essa realidade que se faz sentir em todo o país em todos os terrenos, afirmando ser inteiramente a favor dessa tendência à realidade.

PROF. LEOVEGILDO LEAL DE MORAES - dizendo que uma vez que a Comissão de Orçamento e Regência Patrimonial não trouxe um estudo exato do custo real de uma passagem, não se poderá decidir exatamente qual a importância a ser cobrada e que para uma decisão o mais exato possível tornam-se imprescindíveis estes dados.

SR. RELATOR - esclarecendo que o parecer recomenda a cobrança de Cr\$ 20 por passagem devido somente ao fato de que no corrente ano a verba de combustível da Universidade não permitirá o funcionamento dos serviços dos ônibus além do mês de agosto, e que esta cobrança iria suprir a deficiência de verba.

ACAD. PAULO JORGE SARKIS - " Quero me referir às diversas manifestações. A primeira, a do Prof. Londero, que sugeriu que se vendam os ônibus. Vendam-se os ônibus e a Universidade fica sem poder dar as aulas, porque quem é que vai ir a pé daqui até lá? Agora, quando estiverem prontos os prédios lá fora, quando houver condições



de residência lá, a situação será outra. Eu acharia que mais anti-patriótica, mais antieconômica seria impossibilitar os alunos de assistirem às aulas em Camobi.

Além do mais, quer me parecer que eu deixei bem claro que me opunha não só ao valor cobrado de Cr\$ 20, mas sim à política que se está adotando, que se está encaminhando, porque bem sabem os Senhores que não é a primeira vez, em outra oportunidade eu aqui falei contra uma política incidindo em taxas sobre os estudantes. Amanhã talvez se queira cobrar alguma outra coisa. Como vêem os Senhores, alguns estudantes iriam ocupar o transporte quatro vezes ao dia, o que daria Cr\$ 80."

PROF. DERBLAY GALVÃO - dizendo da sua opinião de que a cobrança de Cr\$ 20 não resolveria o problema e que deveria ser trazido ao Conselho Universitário um estudo real, para que êle seja estudado na sua realidade.

ACAD. PAULO JORGE SARKIS - " Qual o motivo que não existe verba ? Não foi previsto, no orçamento a verba ?"

SR. RELATOR - esclarecendo que a verba fôra solicitada, mas a Universidade não receberá como solicitou.

SR. REITOR - esclarecendo que, apesar de incansáveis esforços, os orçamentos das Universidades têm diminuído de ano para ano, fruto da desvalorização do dinheiro e dos cortes determinados pelo Governo, fazendo um apêlo no sentido de que essa luta por melhores orçamentos para a Universidade seja generalizada e que os alunos tomem parte nela.

Disse ainda o Senhor Reitor que, como administrador, via-se diante dêste impasse: verbas cada vez menores e necessidades cada vez maiores.

PROF. CORINTHO ESCOBAR - declarando que, como membro da Comissão de Orçamento e Regência Patrimonial assinara o parecer por entender que atualmente ainda se está sob a influência de que o ensino seja gratuito, e essa pequena cobrança serviria justamente como que de uma advertência dessa mudança que se faz sentir no país, além do que, possibilitaria a continuação do serviço, de ônibus da Universidade até o fim do exercício.

DR. CYRO MELO SCHMITZ - manifestando sua opinião favorável à do Conselheiro Derblay Galvão e perguntando se as verbas de combustível das Faculdades não poderiam resolver o problema, sendo-lhe respondido pelo Senhor Relator que a utilização dessas verbas iriam prover o funcionamento do serviço dos ônibus por apenas mais quinze dias, e dizendo o Conselheiro Hélio Homero Bernardi que as Faculdades



necessitam das suas verbas de combustível justamente para as excursões dos alunos.

PROF. LEOVEGILDO LEAL DE MORAES - dizendo crer que o mais certo seria cobrar-se de uma vez por tódas 1/10 do custo real do ensino, conforme as palavras do Presidente da República trazidas pelo Representante dos Alunos, o que daria uma taxa de Cr\$ 225.000 por aluno.

ACAD. PAULO JORGE SARKIS - " Mas seria então um critério nacional, isso é importante."

SR. RELATOR - esclarecendo que os orçamentos das diversas Universidades também são diversos e que se estava agora tentando resolver um problema da Universidade Federal de Santa Maria.

PROF. OSCAR MOMBACH - " O problema é, como nós estamos vendo, complexo. Ele não é isolado. A parte técnica foi aqui ventilada, eu creio, e suficientemente esclarecida.

Entretanto, há um outro aspecto do problema, que é o seu enquadramento dentro de uma política financeira educacional, e essa política financeira educacional foi em parte bem definida pelo Senhor Presidente da República, na Aula Inaugural que êle proferiu na Universidade. Não concordo inteiramente com o pensamento do Presidente, e, se fôr o caso, direi porque, mas nesta parte de política financeira educacional êle nos deu realmente o tom, e não poderia realmente ser dado outro tom a não ser êsse, que está de acôrdo ainda com a nossa Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases que, em síntese, diz o seguinte: nas Escolas, nas Universidades, o aluno que prove que não pode pagar o custo dos seus estudos, não pague nada. Aquêlle que pode pagar, deve pagar."

SR. REITOR - dizendo que o aluno que comprovadamente é carente de recursos está recebendo bôlsa da Universidade.

PROF. OSCAR MOMBACH - " Mas o critério é justamente nós podemos revisar. Vou invocar aqui um velho princípio de Rui Barbosa: a justiça é a igualdade entre iguais e a desigualdade entre os desiguais. E é essa justamente a política que o Governo quer fazer: o que pode, paga; o que não pode, não paga. E nós, na própria política financeira das bôlsas, temos um critério que é oito ou oitenta. Esse critério deveria mudar, porque nós, que somos da Comissão da Casa do Estudante e das Bôlsas, temos alunos que nos apresentam por exemplo a prova de que o pai recebe 250 de vencimentos, outro 300, por mês. O que recebe 250 vai ter a bôlsa integral, o outro não recebe nada. E esse critério de distribuição de vantagens é que nós deveríamos revisar.



sar, na concessão de bolsas, na concessão da Casa do Estudante e na cobrança de passagens de ônibus.

Finalmente, quero dizer que a política financeira do Governante aqui referiu. Não concordo com tudo o que ele falou, mas na questão de política financeira educacional ele andou acertado e não poderia deixar de estar, porque ele deve cumprir a Constituição, pois que ele deve cumprir a Lei, e a Lei prevê isso e a Constituição também, data vênha de alguma controvérsia que nós poderíamos ter quanto à interpretação disso, mas, invocando esse princípio de igualdade para os iguais e desigualdade para os desiguais, eu seria favorável à cobrança dessa passagem de quem pode pagar muito mais do que está aí no parecer, e quem provar que não pode, pois que não pague nada. Assim, a Universidade teria um recurso de onde pode tirar e não oneraria a quem não pode onerar, porque não tem nada."

SR. REITOR - esclarecendo que só, pelo fato da Universidade estar pagando Bolsa, está permitindo o pagamento da passagem e que, sem dúvida, a justiça apresentada pelo Conselheiro Oscar Mombach é a eublime, uma justiça fabulosa, uma justiça de nuances, uma justiça de verificar, de se fazer exatamente de acordo com as posses de cada um.

PROF. GERALDO MAISSIAT - considerando que a importância recomendada no parecer é irrisória, e há quasi a possibilidade de haver um colapso na Universidade e deveria o Conselho Universitário chegar a uma conclusão.

ACAD. PAULO JORGE SARKIS - " Exatamente prevendo esse colapso, que então não seria somente o caso dos ônibus, foi que sugerimos em princípio, um critério centralizado, um critério que ao nosso ver, deveria incidir sobre todas as Universidades federais porque, se dois estudantes, um aqui e outro em outro lugar, estudam em uma Universidade Federal, um deve pagar e o outro não deve. Creio que devem os dois pagar ou os dois não pagar."

PROF. LONDERO - discordando, porque as condições não são iguais entre as Universidades.

ACAD. PAULO JORGE SARKIS - " Mas que seja então um critério nacional."

SR. RELATOR - reafirmando que a cobrança de Cr\$ 20 por passagem iria atender à despesa de combustível.

PROF. LEOVEGILDO LEAL DE MORAES - discordando da cobrança de apenas parte da despesa e dizendo que sua opinião é de que se faça um estudo do verdadeiro custo e se cobre então o real.



PROF. LONDERO - concordando plenamente com o Conselheiro Leovegildo Leal de Moraes.

PROF. JOÃO CERLOS PIGNATARO - dizendo que se está discutindo em torno de uma questão em que faltam os elementos básicos e reais como sejam números, o estudo da situação e como se poderia chegar a uma solução.

PROF. LEOVEGILDO LEAL DE MORAES - propondo que a Comissão de Orçamento e Regência Patrimonial faça esse estudo e o traga ao Conselho Universitário.

SR. RELATOR - aceitando plenamente a proposição feita pelo Conselheiro Leovegildo Leal de Moraes.

SR. REITOR - encaminhando à votação a proposição apresentada, e já aceita pela própria Comissão de Orçamento e Regência Patrimonial, que deverá trazer ao Conselho Universitário um estudo do custo real de uma passagem, para uma decisão final.

DECISÃO - aprovada por unanimidade a proposição.

---

A esta altura da sessão o Senhor Conselheiro Presidente - suspendeu os trabalhos, determinando seu reinício para às 16 horas.

---

Às 16 horas, no mesmo local, sob a Presidência do Exmo. Senhor Prof. José Mariano da Rocha Filho, comigo Fernando Antônio Chagas Cauduro, Secretário "ad-hoc", e presentes os Senhores Conselheiros Hélio Homero Bernardi, Diretor da Faculdade de Farmácia; Leovegildo Leal de Moraes, Diretor da Faculdade de Medicina; Derblay Galvão, Diretor da Faculdade de Agronomia; João Carlos Pignataro, Diretor da Faculdade de Odontologia; Wilson Aita, Diretor da Faculdade - Politécnica; Carmen Silveira Netto, Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Maria e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Imaculada Conceição"; Negrini Lanardi, Diretora da Escola Superior de Enfermagem "Nossa Senhora Medianeira"; Oscar Mombach, Diretor da Faculdade de Direito; Luiz - Gonzaga Iesia, Diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas; Cyro Melo Schmitz, Representante dos Livre Docentes; e Alberto Thomaz Londero, Representante da Congregação da Faculdade de Farmácia - tiveram prosseguimento os trabalhos da sexagésima sessão do Con-

Anexo I – Reportagem do Jornal A Razão sobre o Encontro Estudantil de 1968

**ENCONTRO DE ESTUDANTES:**

# Os Que Seriam Atacados Foram Libertar Colegas

Confirma-se assim que a realidade não havia liduraria na convocação da classe estudantil para participar do chamado I Encontro de Estudantes de Santa Maria. Não só por terem seus promotores deixado o recinto da reunião, quando nem bem ela havia começado, sob a alegação de que estavam convocados por um aparato militar, que na verdade foi visto apenas por eles.

A realidade foi bem outra. Mal eles se puseram à mesa, a movimentação, conduzida por estudantes do grau médio e superior, começou a apressar-se, por não sentir qualquer representação do mundo estudantil santamariense.

**ENQUETARAM POUCA A MESA**

Antes mesmo das 14 horas de ontem, na sede da Ação Católica, salão de reunião, e defronte aquele prédio, reuniu-se grande número de estudantes aguardando, com expectativa, o início dos trabalhos, os quais, desde as primeiras horas de sexta-feira, estavam sendo anunciados. As notícias veiculadas pela "A Razão", através do pronunciamento do presidente da União Santamariense de Estudantes (USE), Jurandir Rodrigues, e do presidente Nelson Schweitzer, do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, afirmaram que aquele encontro, servia de verdade por não contar com o apoio e participação das entidades representativas dos estudantes locais, desperdiçou o interesse da classe, a qual maliciosamente foi ver o que de real existia.

**FORAM TARADOS**

Os trabalhos foram abortados por Naldo Dias Alves, que convidou a participar da mesa a dirigente Susana Souza, ex-presidente do Diretório da Faculdade de Filosofia, e um ex-professor da Universidade Federal de Santa Maria.

Logo após o início dos trabalhos, esses estudantes afirmaram que não prosseguiriam a reunião em virtude do aparato militar existente, e, conseqüentemente, encerravam naquele instante os trabalhos. A assembleia, de imediato, passou a apressar-se, com o que se retiraram da Ação Católica.

**ASSEMBLIA COM OUTRO COMANDO**

Tendo em vista essas circunstâncias, até certo ponto inesperadas, assumiram a liderança do encontro os representantes das entidades estudantis santamarienses, já descritos em nosso noticiário inserido na primeira página.

A primeira providência tomada foi estabelecer um novo nome para o movimento, que passou a denominar-se Jornada de Integração dos Estudantes de Santa Maria.

Estabelecido o lema, ficou sinalizada para dada a ser designada, uma nova Jornada, a qual se revestiria de outras características, ou seja, o prévio estabelecimento de assuntos a serem discutidos, os quais seriam exclusivamente de interesse da classe estudantil.

**FUGA DOS RESPONSÁVEIS**

Ficou, uma vez mais, evidenciada a ausência dos investigadores e responsáveis por movimentos orientados para perturbarem a tranquilidade da vida estudantil do País.

Numa prática que já está sendo amplamente reconhecida, profissionais da agitação ideológica fazem com que jovens estudantes se envolvam nesses movimentos, deixando-os depois ao sabor de sua própria sorte. Esse episódio foi, mais uma vez, repetido ontem em Santa Maria.

**PRISÕES E DETENÇÕES**

Encontra-se preso no Regimento Coronel Pillar (1º Regimento de Polícia Rural Montada) Silvio Gomes Lana, que veio do Rio de Janeiro em companhia de uma moça que o abandonou em Porto Alegre.

Silvio portava uma carteira de identidade como aluno do 2º ano de Filosofia da Universidade do Brasil. Em interrogatório realizado naquele Regimento, confessou que não é estudante atualmente, pois teria trancado sua matrícula. Em virtude dessas suas declarações e de outras contradições, continua a disposição das autoridades competentes.

Gilberto Braun, professor Rural da Escola Reunida de São José, João Nascimento, funcionário da Câmara Municipal de Santa Maria, e Pericles da Costa, acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Santa Maria, foram presos às 12,30 horas em frente à Ação Católica, tendo, por cerca das 17 horas, sido liberados pelo comando do regimento Coronel Pillar.

Os dirigentes do movimento estudantil santamariense de Santa Maria estiveram em visita a nossa Redação, pelas 19 horas, quando se faziam acompanhar de Pericles da Costa e Gilberto Braun. Estes últimos, em declarações à nossa reportagem afirmaram haver tido um tratamento cortês e respeitoso por parte das autoridades e da Polícia Militar, a qual, depois de ouvi-los e concluir que não estavam envolvidos na programada agitação estudantil, os liberou.

E de se ressaltar, embora os presidentes do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria e da União de Estudantes solicitassem elementos presos, e sobre nesses silêncio e respeito, a atenção que devem a quem tinham referências de que não eram continuos agitadores.

Porém, especialmente junto as autoridades militares interceder para que eles, após ouvidos fossem soltos, o que realmente aconteceu. Isso é bom que se divulgue para que, no futuro, outros estudantes não se deixem envolver por catinadas de investigadores, os quais, no momento inoportuno, desaparecem, deixando-os sem assistência e proteção.

## ESTUPRADA POR TARADO MENOR DE OITO ANOS

Um tarado foi preso ontem pela Polícia. Trata-se do indivíduo Laury Rodolfo Alves, de 29 anos de idade, casado e separado da família, que vive maritalmente com Vicentina Machado Silva, no Deco da Av. Borges número 33. Dando vazão a seus baixos instintos, estupro ontem a menina de iniciais M.S.S., de apenas 8 anos de idade e filha de sua amante.

O caso revelante foi levado ao conhecimento do plantão da 1ª DP, inspetor Schultz, que efetuou a prisão do albeito indivíduo.



**Anexo J – Modelo de Carta de Cessão****CARTA DE CESSÃO**

**À Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Ciências Sociais e Humanas – CCSH**

Eu, .....,  
RG ....., CPF .....,  
declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no(s) dia(s)  
..... de ..... de .....,  
pelo pesquisador Mateus da Fonseca Capssa Lima, para ser utilizada integralmente ou em  
partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a  
sua audição, transcrição e usos das citações a terceiros, ficando vinculado ao controle da  
Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo o presente, que terá  
minha assinatura.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

## Anexo L – Trechos das Entrevistas

### a) Carlos Alberto Robinson

**Mateus:** O Grupo da Vanguarda se dissolve quando? Por que?

**Carlos Alberto:** Ele vai se dissolvendo assim... ele não chegou a se dissolver formalmente, ele foi perdendo, vamos dizer assim, o leitmotiv, que era aquele dos secundaristas... A política secundarista parecia que nos agregava mais, entendeu? E fomos... outra realidade também, outra realidade nossa, de grupo. Mas ele perdurou por muito tempo: 65, 66, 67, 68. Aí em 68 nós já estamos perto da metade do curso, aí tu já começa a ter preocupações mais objetivas também, né? Profissionalmente falando. Aí estamos trabalhando, ou já tão na política. Em 66 eu já faço, o Tarso e eu já fizemos parte do diretório municipal do MDB, se transforma em MDB com a extinção PTB. Então o Tarso em 68, estudante, é eleito vereador. Eu coordeno uma sublegenda do MDB, que foi aquela altura o Floriano Rocha. O Tarso tava com outra legenda, que era a ligação histórica do pai dele com [inaudível], ganha a eleição. O Rolim, naquele espectro mais à direita do MDB, era o PTB com outro nome. Mas nós todos participando já mais efetivamente, lecionando à noite nos cursos preparação ao... aquela época chamava madureza, e aí nós fomos tendo outra... Depois cada um fez, eu também fui fazer política partidária, participei da administração, estudante ainda. [...] Em 66 o pai do Eduardo é caçado, antes da eleição, uma violência muito grande. Nós íamos para deputado federal, tava com a eleição ganha. Nós sempre nessa militância. Eu te diria que a nossa militância estudantil é nesse período aí. Tu vai até 64, né? Então é exatamente isso aí, 64. 62, 63, 64. E 65 também.

**Mateus:** Pela questão da vanguarda?

**Carlos Alberto:** Da Vanguarda e da USE também. Mas em 65 nós saímos da USE. E elegemos o Dalcione. Tu chegou a falar com o Dalcione? [M: falei com o Dalcione]. Mas por que o Dalcione? O Dalcione não tinha nenhuma participação [M: foi o que ele me falou]. Ele era um cara já mais velho, estudava de noite no Maria Rocha e eu ia, todas as noites eu ia no Maria Rocha. E tinha lá as lideranças de aula, aquelas coisas todas, e as questões do colégio. Eu não era presidente do grêmio estudantil, mas era ali da diretoria e tal, e vi que o Dalcione era uma pessoa, era um colega, que tava de acordo. Nós tínhamos lá dentro também uma oposição muito grande. Me lembro que tinha o Irineu Magnago, se não me engano. Eram... se autodenominavam democratas. Então havia aquele maniqueísmo muito forte. A Ditadura leva



a isso. Não tem como. Ou tu é de um lado ou tu é de outro. Então aquela linha gris do centro, dos moderados, poucos... aí então tu deixa de ser, tu tem que fazer opção. "Eu sou do centro. sou mais moderado". O Dalcione mesmo, ele era contra a Ditadura, e os outros, que se diziam democratas, tinham uma certa compreensão assim... não falando quem já era a favor mesmo, digo dos mais, né? Então o Dalcione aparece como um candidato. Nós tivemos uma divergência com o João Gilberto. Eu realmente não sei, eu não me lembro bem. Eu não sei dizer o que aconteceu, mas a divergência depois perdurou, porque o João Gilberto era nosso colega de turma. Eu e o Tarso, e o Luiz Alberto, somos da mesma turma do direito. E ali ela se aprofundou. O Tarso principalmente e o João Gilberto. Eu fiquei no MDB, PMDB, fui parceiro do João Gilberto. Inclusive quando nós saímos do PMDB. Aí já é mais adiante, não é o foco teu, me elegi vereador. Então eu sei que muito jovens nós estávamos tendo um protagonismo muito grande. Mas ali então, 63, 64 e pedaço de 65, elegemos o Dalcione, e nós já estávamos saindo, já tava estudando para o vestibular.

**Mateus:** Por que vocês não quiseram colocar um nome de vocês, assim, na chapa? Porque vocês escolheram o Dalcione...

**Carlos Alberto:** Como é que eu vou te dizer... Acho que uma intuição, um feeling político, eleitoral. Eu acho que nós estávamos, assim, nós tínhamos uma marca. [...] Algumas pessoas que compunham a aliança que ele [João Gilberto Lucas Coelho] fez, eu acho que por disputa de espaço mesmo, de liderança, ele fez uma composição e que agregou algum pessoal ditos de direita, ditos né? Ditos de direita, vamos dizer assim, porque na Ditadura é difícil... Então, bom, como não deixou de ser uma cisão, penso eu agora, diante da tua pergunta, nós fomos buscar uma alternativa, alguém novo que estivesse conosco, entendeu? E não desse também muito perigo de tomar uma rumo próprio, né? Então eu e outros colegas, o Carlos Puhlmann, não me recordo agora, o pessoal do Maria Rocha, eu me esqueço dos nomes. Porque os colégios, quais eram os colégios que faziam isso aí, os colégios importantes? O Manoel Ribas tinha um peso muito importante, os colégios públicos, entendeu? Os colégios privados, depois na própria universidade, na própria faculdade, no início nosso, só para abrir um parêntesis, nós ali éramos assim, ante a Ditadura nós perdíamos quase todas as eleições. Ou quase todas. Era muito forte porque as faculdades particulares, a nossa era particular agregada à universidade, eram os maristas, até 1970 ela foi, nós fomos a última turma dessa faculdade marista, mais a faculdade das franciscanas, tinham um contingente muito grande, então as eleições nesses locais... nós só ganhamos uma eleição que nós fizemos uma aliança com um pessoal mais... esclarecido... mais de centro, né? Eleição da faculdade de direito. Mas no

DCE, nós ali, durante o período que nós militamos, acho que nós perdemos quase todas as eleições.

#### **b) João Nascimento**

**Mateus:** Eu quero que tu fale mais como é que se dá a formação [do GVC], porque aí não são só estudantes, né? Vocês vão buscar também...

**João Nascimento:** Não. Aí nós estamos ampliando. Entende? Há aí um processo de ampliação, né, classe média. Mas o que nos interessava mesmo não era a classe média, era o proletariado. Que a gente tinha, tinha...

**Mateus:** E vocês conseguiam algum contato com os ferroviários?

**João Nascimento:** Tinha, tinha, claro que sim, mas isso eu vou te deixar para outros falar. Outros vão te falar nisso. Mas assim, havia uma ligação com núcleos ferroviários, sim, tinha uma ligação permanente. Eles também nos procuravam. Porque nós éramos massa de frente, né? O primeiro embate se dava com quem? Sempre conosco. Então, eu te digo que, o embrião da Vanguarda começa aí, a partir da USE. A partir dali, do Eliezer na secretaria de educação, o projeto desenvolvido, a falta de apoio da esquerda católica, não é? A eleição da USE. Então essas coisas foram nos dividindo. Mas se nos dividia em relação à esquerda católica, também nos dividia internamente, porque aí, como toda a boa intelectualidade que se preza, e a gente achava que era, tu vai, o pensamento vai... é como um átomo, vai se repartindo. Então acabamos em diferentes setores de atividades e tendências.

**Mateus:** E tu ingressa em alguma corrente política?

**João Nascimento:** Não, eu fiquei independente.

[...]

**Mateus:** Eu queria que tu falasse um pouco mais sobre a Vanguarda pra mim.

**João Nascimento:** A Vanguarda é fundada dia 31 de outubro, que era o dia do ferroviário, depois a Ditadura trocou para não sei que dia, mas o dia do ferroviário era 31 de outubro.

**Mateus:** Quem que compunha a Vanguarda além dos estudantes? Tinha o Freire, né? [Sim, sim] Quem mais que tinha? Tinham mais intelectuais da cidade ali?

**João:** Nós éramos os intelectuais. Não, na verdade, nós éramos uns principiantes em literatura. Mas nós nos reuníamos todos os dias, todas as noites, discutindo literatura, poesia, crônica,

romance, poesia, política, sobremodo. Mais política do que outra coisa. Mas daí... os espaços de atuação que tinham era quase nenhum... Com o Golpe, o nosso espaço diminuiu. Nós já não tínhamos a mesma mobilidade. Então a literatura passou a ser um instrumento de divulgação das nossas ideias. E aí a Vanguarda ganhou também uma página no jornal A Cidade, onde nós publicávamos contos, poesias, crônicas, fazíamos crítica literária, crítica de artes plásticas, entende? Nem todas as críticas eram por nossos membros, nós pegávamos por exemplo, o James Giacomoni, que tu não sabes que é, né? Foi um professor de lá. Uma grande figura, que gostava muito de cinema. Então ele escrevia textos de cinema para nós. Então a gente foi crescendo nisso, e aí resolvemos criar um jornal, uma revista.

**Mateus:** Quando vocês entram, outro episódio que eu queria perguntar, tem uma polêmica que aparece nos jornais, que é a passeata dos bixos de 1966. Parece que rolou uma polêmica por causa dos cartazes. O que tu se lembra disso?

**João Nascimento:** É verdade. Assim, eu desfilei pela filosofia, porque era onde eu tinha entrado. A História Natural pertencia a filosofia. E havia censura nos cartazes. E eu me lembro que eu coloquei uma frase: "a liberdade é como o sol, ela tem que brilhar para todos", Sêneca. As freiras passaram ali... e iam vetar uma frase Sêneca? [...] Era a maneira de passar então. Várias frases lá conclamando a liberdade. Porque aquele tempo só tu clamar pela liberdade era uma coisa importante, era um ato político importante, que a sociedade toda se encaramujou. Ou por medo ou por cobiça.

**Mateus:** Vocês conseguiram nesse período, além dessas manifestações culturais, fazer algum tipo de outra manifestação, daquelas mais tradicionais, como ocorreram em Porto Alegre: passeatas, panfletagem, esse tipo de manifestação?

**João Nascimento:** Panfletagem sempre. Passeata nós tentamos uma. A Iara [Nascimento, secundarista em 1968] ela estava vindo de um Congresso em Santa Rosa, e aparece lá nesse Congresso em Santa Rosa um militante da AP de Porto Alegre, e um sujeito muito desenxabido, um bom nível de formação, acabou se afirmando, daí veio para Santa Maria e aqui ele acaba propondo uma manifestação pública, por causa do RU, que era o mote. Precisava de um motivo. E a motivação era o RU. E o nosso pessoal da esquerda independente e já daqueles grupos que começava a nascer, houve, a gente fez uma assembleia, e a nossa proposta foi derrotada. Foi vencedora a proposta de fazer a manifestação. Bom, a manifestação vai ser de esquerda, se for meia dúzia de gente lá vai perder o conjunto, e resolvemos ir todo mundo. E a assembleia era para ser ali na Ação

Católica. [...] E nos preparamos para isso. Aí acho que foi o Braum almoçar lá em casa e logo à frente, na esquina da primeira quadra. O Braum, que era amigo nosso, foi almoçar lá em casa. Almoçamos mais rápido, e a minha mão desconfiou: "onde é que vocês vão com essa pressa sábado?", "não, vamos sair e tal". Aí subimos devagarinho a Avenida [Rio Branco]. E aí, olhando, eu via um movimento muito escasso, eu olhei, quase ninguém, tudo deserto, aí e o Braum fomos tomar um cafezinho no Café Turfista. E aí vimos um outro companheiro nosso, Péricles. E aí conversamos, fomos sair, mas no que saíamos um cara chega pra mim e me pede identidade. Eu digo: "ah, não tenho", "então o senhor vai ter que me acompanhar". Eu digo: "Aonde?", "na delegacia de polícia", "não, não tem problema, porque eu moro do lado, então você pode ir que eu já vou". O cara disse: "negativo, você vai junto com nós". E aí me ocorreu, né, vou resistir um pouco aqui, o mais que eu puder. Aí ficamos, a discussão foi se agrandando, foi se elevando, foi chegando gente, e aí começou a se espalhar: "olha, o João está sendo preso" e aí culmina, depois de uns dez minutos de discussão, a discussão se agrandou, né, e o cara me dá uma borrachada na perna e eu meti-lhe a mão no peito do cara. Claro, eu não mandei muito longe, um guri sem força, mas foi o suficiente. Quando eu me dou conta os caras me atiraram para dentro do camburão como quem atira um saco de lixo. Estavam presos eu, Braum e Péricles. Ah, mas tem a manifestação, né? Aí já correu logo a notícia, "o João, Péricles, Braum foram presos" e a liderança nossa se reuniu e disse: "vamos lá". Chegaram lá no salão, estava lotado. Sabe quem tinha lotado o salão? O pessoal do NPOR, que eram estudantes, que tinham que estar sábado de tarde lá no quartel, sábado era dia de quartel. Estava todo mundo de cabecinha pelada. E aí, mesmo assim, eles resolveram ir lá na frente e não me lembro se o Tarso ou o Eliezer, algum deles, ele falou: "não vai dar para fazer, prenderam o nosso companheiro", e a manifestação da repressão já foi aquela vaia geral. Aí esse pessoal saiu, e o Jurandir [presidente da USE] assume a direção daquele encontro e aí sai aquela matéria que tu encontra no Correio do Povo, "os subversivos foram expulsos, os democratas tomam conta.

### c) Luiz Alberto dos Santos Rodrigues

**Luiz Alberto:** A minha participação ocorre a partir desse grêmio estudantil do Maneco, e depois na USE com o João Gilberto. Eu colaborava, eu não era secretário de nada, mas eu tinha uma colaboração lá com ele. Tanto é que no dia em que o João Gilberto foi preso eu também fui preso, porque houve uma panfletagem na cidade, né? Havia um sargento da brigada, que era nosso colega no Clássico, e ele então tinha mandado imprimir uns panfletos criticando o Golpe Militar, né? O Golpe ocorreu de 31 para 1º, de 31 de março para 1º de abril

de 1964, e ele... Naquela semana nós fizemos uma reunião e ele disse que tinha uma gráfica onde ele poderia imprimir uns documentos, esses panfletos pra gente fazer uma ampla panfletagem lá na cidade, nas escolas. E ele então, quatro ou cinco dias depois, ele trás um pacote, um pacote grande, e deixa numa árvore, porque nós estudávamos à noite, o clássico era à noite, ele deixa numa árvore em frente, numa praça que tem em frente ao Manoel Ribas, ele deixa ali. Queria entregar para o João Gilberto, e o João Gilberto não havia comparecido à aula naquela noite. E ele disse pra mim: então Luiz Alberto tu leva isso pra ele. Porque eu participei também da conversa, o Eliezer estava junto também. Bom, aí eu peguei esse negócio e levei pra minha casa, e no dia seguinte eu fui até a JUC, lá onde ele morava, e passei pra ele o pacote, e ele programou então uma distribuição do panfleto na cidade. Bom, eu não fui, porque havia em cada esquina, no centro, nas escolas, principalmente à noite, havia militares, soldados do exército, né? Fazendo a vigilância. E como tu sabes, já estudou isso, Santa Maria era um centro ferroviário, com muita participação política. E eu disse pra eles, lá na casa onde eles moravam, um grupo: "olha, eu não vou porque eu não vejo condições de segurança, a partir do momento que correr, qualquer coisa, esses caras vão atirar. Aí eles disseram que eu estava amedrontado, não sei o que. Eu digo: "não, é questão de segurança, eu acho que não temos segurança". E não fui. Eles fizeram essa distribuição, esse grupo, João Gilberto e outros, só que, no dia seguinte, a polícia pegou e identificou os tipos, os tipos da impressão, porque naquela época era composto manualmente nessa gráfica. E eles identificaram a gráfica. Foram lá, apreenderam o proprietário da gráfica, que era na rua Vale Machado, e o dono da gráfica disse que quem tinha mandado fazer era um amigo dele, sargento da brigada, que estava sediado lá nas Dores, acho que era o quartel lá. E aí pegaram o sujeito e ele acabou contando que havia combinado a edição desse documento com o João Gilberto, comigo, com outros. Bom, então aí me prenderam e prenderam o João Gilberto. E fomos. Naquela época tinha uma, eu não sei, era uma delegacia regional, polícia civil, e eles então me interrogaram. Mas o processo resultou que o João Gilberto foi acusado, ele e o Vasseur, lembra desse nome? [M: Sim, era o vice, eu acho]. Era o vice do João Gilberto. Ele e o Vasseur. Porque o Vasseur participou da distribuição, e eu fiquei como testemunha. Isso causou até um problema entre nós, porque depois na faculdade eu concorri para o Diretório Acadêmico e ele, João Gilberto, não me apoiou, até fez uma campanha contra, dizendo que eu arrumei alguns padrinhos pra não ser processado, e tal, deixei eles no processo, fiquei como testemunha, mas na verdade eu não tinha participado. Bom, então isso assim é um episódio só pra marcar um pouquinho aquela noite, eu acho que foi isso aí no dia 8 de abril, ou 7 de abril, não lembro bem. O Castelo Branco estava tomando posse logo em seguida na

presidência da república, o marechal Castelo Branco. E, bom, a partir daí que nós então começamos a pensar uma forma mais madura, né, começamos a refletir como fazer um trabalho político em Santa Maria no meio estudantil, nos secundaristas e no universitário. Este grupo, Vanguarda Cultural, ele foi criado em 65 e ele reuniu um grupo, que tu conheces já a formação desse grupo, visando desenvolver uma atividade de teatro, lançamento de livros, o Tarso foi um que lançou o Vento Norte, em 64, e em 65 nós criamos a Vanguarda e lançamos lá a Revista e também peças de teatro como A Prostituta Respeitosa, Disque M para Matar, eu não sei o autor, mas o Hitchcock filmou essa obra. Aí eu participei dessa peça, do Disque M para Matar, e fizemos um show, um show lá no Centro Cultural, onde hoje é o Teatro 13 de Maio, na praça, fizemos um show chamado "Resolução", que buscava inspiração no "Liberdade, Liberdade", do Flávio Rangel, que tinha o Paulo Autran, Tereza Raquel, Othon Bastos. Essa peça, "Liberdade, Liberdade", foi à Santa Maria e se apresentou lá no cinema Independência. E nessa peça a gente fez um show, Resolução, que eu acho que o João deve ter te mostrado alguns folhetos, onde nós tínhamos música, que era o Alceste Almeida, que era estudante de medicina, ele tinha um conjunto que se chamava Flamingos. Alceste Almeida, hoje, não sei se ainda é, mas ele está lá no Amapá e foi deputado federal, e acho que continua deputado federal, e a irmã dele, a Maria Augusta Feldmann, mulher do Jader, que também foi deputada estadual aqui, a Maria Augusta. Bom, então os músicos do Alceste, eles tocavam essa música popular brasileira, era cantada por um rapaz, um estudante, não lembro do que ele era, o Rogério, e a Joara, a Joara eu acho que já é falecida, e eu recitava poemas que o Tarso compôs, porque o Tarso era poeta, naquela época era poeta, que o Tarso compôs para esse show. Ele teve, eu acho, três noites de apresentação e depois ele foi censurado. Nós iríamos apresentar em Cachoeira do Sul quando ele foi censurado. Tinha um delegado lá regional, eu acho que ele era já o início da polícia federal, que se chamava coronel Almeida. Ele proibiu a resolução. Então essas eram formas que a gente tinha de atuação na cidade e buscando, evidentemente, conquistar estudantes, não só secundaristas, na época, como também alguns universitários. Mas, como se tornava cada vez mais difícil e a repressão muito intensa, mesmo numa cidade como Santa Maria, nós vimos que essas formas abertas de atuação, elas não tinham mais espaço, e começamos a procurar, a procurar não, a ser assediados por organizações políticas, e aí o PCdoB, como tinha uma inserção muito forte no movimento estudantil aqui em Porto Alegre, em Santa Maria menos, mas tinha, era o que tinha. Aí foi então fizemos uma discussão com o PCdoB, mas o PCdoB, mas o PCdoB tinha uma dissidência, na época já havia uma dissidência, isso já pra 66/67, uma dissidência que se chamava Ala Vermelha, onde nós ingressamos.

#### **d) Dalcione Rambo**

**Mateus:** Se tu pudesse começar contando como é que tu ingressou no movimento estudantil, na União Santamariense de Estudantes, como é que foi a tua trajetória?

**Dalcione:** Isso aí, até hoje eu não sei dizer porque eu entrei nisso. Eu trabalhava de dia e estudava de noite no Maria Rocha. E eu me dava com os professores todos lá, com amizade e tal, e não sei se através deles o pessoal da USE foi me procurar para ser candidato. Eu digo: "mas eu nunca fui nem pertenci a grêmio estudantil, nada", porque eu não tinha tempo, trabalhava de dia e só corria para o colégio. E eu digo: "a troco de que, a começar que eu nem entendo nada de política estudantil". E ele: "Não, nós recebemos a informação que tu seria o cara ideal para ser candidato da oposição ao João Gilberto. O João Gilberto era situação, ele indicou o José Vasseur para ser presidente, candidato. E aí, o professor Sérgio Bernardes, era muito meu amigo, inclusive o jipe dele que eu fiz toda a minha campanha política, foi com o jipe dele, hoje ele é falecido, e o Sérgio... Daí eu fui falar com ele: "o que tu acha?", e ele disse: "olha, acho uma boa, se tu gostar a turma aí", era o João Nascimento, Tarso, o Eliezer, era uma turma grande aí. Aí eu fui. Disse: "vou arriscar". Aí fui candidato, acabei ganhando a eleição e também terminou a política estudantil em 65, acabou a minha fase política. É só isso aí. Quer dizer, eu não tenho trajetória política, nem antes nem depois.

**Mateus:** Foi só durante essa gestão?

**Dalcione:** Só exatamente sobre esses dois anos aí.

**Mateus:** E antes tu não tinha participado de nenhuma...

**Dalcione:** Nunca, nem grêmio estudantil. Nem depois. Foi, como é, uma gestão tampão.

#### **e) João Gilberto Lucas Coelho**

**Mateus:** Sinta-se a vontade para falar sobre como tu começou no movimento estudantil...

**João Gilberto:** Pois não. Eu sou natural de Quaraí, na fronteira com o Uruguai, e na minha cidade natal na época não tinha o que hoje é o segundo grau, na época a gente chamava de científico, clássico. Ou seja, quando terminava o ginásio, que hoje é parte do primeiro grau, a gente tinha que sair. Foi assim que eu saí para Santa Maria. Fui estudar no Colégio Estadual Manoel Ribas, o Maneco, e isso foi, deve ter sido em 61 e lá em Santa Maria eu conheci, eu abri minha cabeça para a realidade e para o mundo, via a vertente cristã, ou seja, via o "Movimento Por Um Mundo Melhor", que na época existia, e logo depois a Ação Católica, que era formada pelos famosos J: JAC, JEC, JIC, JOC, JUC. No caso eu fui militante da JEC, Juventude Estudantil Católica, que se referia a pessoa do primeiro e segundo graus hoje,

ginásio, científico e clássico na época. Então eu sou um representante, naquele momento, depois segui outros caminhos, mas naquele momento sou representante típico dessa inserção que a vanguarda da igreja estava começando a fazer nos movimentos sociais, etc. A JEC tinha um método de pensamento que era: ver, julgar, agir; que era ver a realidade, julgar os valores dessa realidade, ou a falta de valores dessa realidade, e agir, e foi aí que surgiu a decisão do grupo que eu pertencia, da gente se inserir na política estudantil. Eu participei de algumas atividades do grêmio estudantil, do GEMAR, que até hoje existe, e depois fui candidato e fui eleito presidente da União Santamariense de Estudantes. Eu assumi a USE em 1º de julho de 63. A USE na época tinha uma robustez maior que hoje, o movimento estudantil era mais forte naquele momento histórico, depois sofrendo as restrições conhecidas e voltou com um outro cenário, com outras características, mas ele era muito ideológico, muito ativo naquele momento. Eu pego esse movimento de transição. Não só o pós-movimento de 64, sobre o qual nós podemos conversar, mas especialmente aquele momento final do governo Jango.

[...]

**João Gilberto:** O processo que me deu dor de cabeça mesmo era sobre um fato concreto, que é o fato que na noite, acho que do dia 31 de março, não na noite de 1º de abril de 64, nós distribuimos panfletos por toda a cidade lá, num tom muito duro contra o regime militar. E eles foram na gráfica, naquela época as gráficas tinham uma matriz, que a gente imprimia, e infelizmente a pessoa da gráfica tinha guardado a matriz, apreenderam ali, dali vieram a prender todos os envolvidos com isso. O processo foi a julgamento na Auditoria Militar e já em 68. Eu fui absolvido na época, mas fiquei três anos com toda essa situação aí.

#### **f) Luiz Carlos Illafont Coronel**

**Luiz Carlos:** Havia a dissidência do Partidão no Rio Grande do Sul, que tinha uma turma de secundaristas que eu tinha conhecido na UGES, muito boa, que era liderada pela turma chamada os... como é aquele filme? [M: Brancaleone?] Brancaleone, que tinha três ou quatro lideranças de peso. Um deles era o Luiz Eurico Tejera Lisboa, que veio a ser um preso político famoso, foi morto, e foi o primeiro corpo que a gente descobriu em São Paulo, Perus, ele tinha sido enterrado de modo clandestino. Bom, tava aquela história da dissidência e, da dissidência do Rio Grande do Sul com a Polop, que era uma base forte em Minas, é que se formou o POC. [...] Bom, então acompanhando tudo aquilo, participando do movimento estudantil, eu já tinha constituído um núcleo na universidade, de primeiro ano, e como eu vinha do secundário já vinha com uma certa liderança. Organizamos o "Movimento Universidade Crítica", que tinha uma base forte na Medicina, na Agronomia, no Direito, e



alguma coisa na Filosofia. Eram as principais. Porque a Engenharia e a Administração eram de direita. Sempre foram. A gente não penetrava. Tinha algum farmacêutico que era interessante, mas o foco mesmo era o Direito, a Medicina, a Filó, e as Ciências Humanas, né, História Geografia. Aí começamos a namorar aqui com o pessoal que estava formando o POC, acompanhei toda a discussão, participando já ativamente do movimento universitário. Porque a universidade, depois de 64, aí já era 67, 68... Santa Maria tinha uma repressão muito grande, por causa do movimento ferroviário, o prefeito era o PTB, o Lauda, o vice-prefeito era o pai do Tarso Genro, o Adelmo Simas Genro. Então houve uma repressão muito grande em Santa Maria e a universidade era uma universidade nova e muito conservadora, nunca a oposição tinha ganho, e aí nós começamos a constituir uma oposição, com muita receptividade. Nessas áreas principalmente. E tava indo bem. Aí eu não me lembro, se foi 68, por aí, que aí o pessoal do POC chegou, o Raul Pont, aqui de Porto Alegre, que era do POC aqui, era o Raul Pont, o Pilla Vares, que faleceu agora a pouco tempo, era o Flávio Koutzii, era o Marcos Faerman, já morreu há mais tempo, era um jornalista de destaque em São Paulo, esse que era assessor da, foi do Lula e agora é da Dilma, Marco Aurélio Garcia. Então era um time forte e vários assim como eu, esses eram mais velhos que eu, que se interessaram. E aí acabei fechando com eles. Fizemos um movimento forte em Santa Maria, nós tínhamos representatividade. Tanto é que o primeiro diretório a virar, em toda a universidade, que nós ganhamos, a esquerda ganhou, foi conosco na medicina. Minha chapa. Era o Paulo, está em Cachoeira do Sul, Paulo Almeida. Era o Paulo, eu... Nós levamos dois três anos construindo alternativa. Então foi o primeiro que nós ganhamos. Bem, com votação grande. E aí, digamos assim, entrei para o POC. Tava se organizando com essa turma, gostei, entrei. Começamos a trabalhar.

#### **g) Máximo Trevisan**

**Mateus:** Tu chegou a participar como secundarista de alguma atividade também?

**Máximo:** Não, porque o segundo grau eu fiz em São João do Polêsine, eu fiz na quarta colônia. Eu era interno, sabe. Não tive vida, vamos dizer assim, estudantil. Eu concluí o segundo grau e vim para Santa Maria e fiz vestibular para as duas faculdades, a Faculdade de Direito... época podia, porque era faculdades agregadas, então podia, se não havia coincidência de horário. Eu fiz as duas. Coursava uma de tarde e uma de manhã.

**Mateus:** Eu também queria te perguntar como é que tu via as posições da UNE e da FEUSM, que era a entidade aqui de Santa Maria, naquele contexto antes da deposição do Goulart e até a deposição dele.

**Máximo:** Olha, eu vou te ser bem sincero. Como eu tinha a minha origem no interior, e a minha formação ligada aos padres palotinos, Vale Vêneto, e São João do Polêsine, o grau de formação política que a gente tinha era muito menor. Acesso a jornais, rádio [...]

**Mateus:** E tenho um negócio para te mostrar, acho que tu vai querer ver, que eu consegui num jornal, n'A Razão, no Arquivo, eu transcrevi e depois coloquei a imagem original, de um manifesto que o diretório de vocês... [Entrego a transcrição e as imagens do manifesto]

**Máximo:** [...] "Havia clareza. Se você me pergunta. Você era sincero isso? Era. Hoje eu faço uma leitura, por toda a formação de segundo grau, formação até religiosa, formação cultural e tal, tanto é que eu fiz o vestibular sem qualquer curso pré-vestibular. A gente estudava realmente, mas não tinha acesso e a natureza da informação que o aluno que fez o vestibular aqui tinha. Então a formação política era uma formação, vamos dizer assim, valores bem claros, mas informações precárias. Vou ser bem sincero, hoje eu vejo, o grau de informação era de aluno interno, e só chegava o que era filtrado certamente pela direção".

#### **h) Dartagnan Agostini**

**Mateus:** Data desse teu tempo de secundarista aquele grupo, Vanguarda Cultural?

**Dartagnan:** Não, isso foi depois. O movimento Vanguarda Cultural surgiu mais ou menos em 65/66, eu não tenho, a data eu posso até te fornecer depois com concretamente, que eu não me recordo bem. Daí sim foi em função da luta política dos estudantes universitários e secundaristas e agrupando um grupo de intelectuais progressistas que daí se formou a vanguarda cultural, que era um grupo que tinha participação, tinha elementos vinculados ao teatro, à literatura, à poesia, pintura, então ela tinha essa conotação.

**Mateus:** E tinha, vinculado a essa questão cultural, uma questão política também?

**Dartagnan:** Sim, porque, tu vê, a vanguarda, nós tivemos na vanguarda, parte, um dos fundadores, eu era da direção da vanguarda também, [incompreensível], publicava livros de vanguarda política e cunho social, trouxemos peças de teatros de vanguarda, Paschoal Carlos Magno e vários outros, e também montamos peças de teatro e musicais de orientação do MPB, que era o movimento da Música Popular Brasileira, então ela tinha, na realidade, a

vanguarda tinha uma posição, não que todos os membros fossem de esquerda, mas ela automaticamente caminhava para uma posição de esquerda.

**Mateus:** Durou até quando, mais ou menos?

**Dartagnan:** A vanguarda, ela durou mais ou menos até 67/68. Ela publicava jornais, nós tínhamos um programa na rádio guaratã, na época, tínhamos um jornal, A Cidade, que era um jornal de orientação de centro-esquerda, nós tínhamos uma página, era um semanário, e tínhamos também uma revista que nós publicávamos enfocando também esse aspecto.

**Mateus:** Voltando um pouquinho para o período do Golpe, como é que foi essa movimentação do Golpe aqui em Santa Maria e como o Movimento Estudantil se posicionou diante disso?

**Dartagnan:** Bom, o Golpe de 64 em Santa Maria foi... Santa Maria é um meio emblemático do ponto de vista militar, porque ela era a maior guarnição militar do sul e ela se encontrava mais ou menos dividida entre elementos nacionalistas, que estavam principalmente no, com os oficiais ligados ao antigo sétimo regimento de infantaria, que hoje é a Brigada de Infantaria, que fica no fim da Bozano, aquele quartel. O QG, o general era não tinha uma posição muito clara mas tinha... a direita tava encastelada no Regimento Mallet que é mais ou menos lá no fim da rua Andradas. E no início aqui do Golpe a situação ficou mais ou menos indefinida, até no fim, no dia 31 se manifestou claramente, os oficiais nacionalistas foram presos e a reação tomou conta. O movimento secundarista, principalmente, e também alguns elementos universitários, apoiados principalmente no movimento sindical ferroviário, que era muito forte, era um movimento de esquerda, tomara posição contra o Golpe, mas como nós não estávamos preparados para uma reação militar, tentamos fazer uma manifestação política mas as forças armadas interviram no nosso principal apoio que era o movimento sindical dos ferroviários. Prenderam várias lideranças e transferiram outros para outras cidades mas ainda a gente tentou, passou dia 31, dia primeiro, tentando articular alguma coisa isso aí. Apoiado, que a prefeitura naquela época ela tava sob o comando do PTB, da ala mais radical, mas nacionalista do PTB, que era o doutor Paulo Lauda e o professor Adelmo Genro. Paulo Lauda era o prefeito, Adelmo era o vice, até ele tava na prefeitura, tentamos articular junto com a prefeitura pra ver se a gente conseguia impor uma manifestação de massa ou qualquer outra mais radical, mas nos demos conta mais tarde que seria [incompreensível] do ponto de vista de uma vanguarda, desorganizada, se tentou até, vamos fazer uma ação contra o quartel lá tal, essas coisas que a gente pensou, mas depois a gente começou a raciocinar, começou a juntar

gente, que tinha arma, quem não tinha, se dando conta que seria suicídio político e suicídio pessoal. Daí cessamos. Mas o movimento secundarista continuou forte ainda, apesar do Golpe ele se manifestou na suas posições. O movimento universitário, ele começou a partir de 64, ali logo depois ele começou a se rearticular de novo, aí o que, entrou um grupo de ex-secundaristas, que era ligado ao movimento secundarista, entraram na universidade. Eu entrei na engenharia, o Eliezer entrou na história, o Tarso entrou no direito, outros fazendo direito, tinha um pessoal na medicina e mais um pessoal da agronomia. Chegando nós conseguimos nos rearticular e disputamos uma eleição depois histórica em que a direita achou que ia nos ganhar e nós ganhamos, naquele tempo já era DCE. Então já houve uma rearticulação. Claro que a direita ainda era muito forte, mas nos conseguimos rearticular, nos unimos com o centro, isolamos a direita e conseguimos fazer uma eleição.